

VALMOR VIGNE

**PRISÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: (IN)OCORRÊNCIA NA  
PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CHAPECÓ.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em Direito da Universidade Federal de Santa  
Catarina, em convênio com a Universidade do Oeste  
de Santa Catarina – Campus de Chapecó -, para  
obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE.

FLORIANÓPOLIS, 2001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**A DISSERTAÇÃO**

**PRISÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: (IN)OCORRÊNCIA  
NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CHAPECÓ**

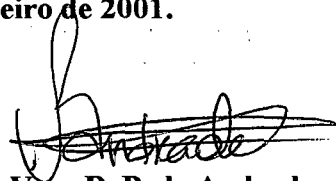
**elaborada por**

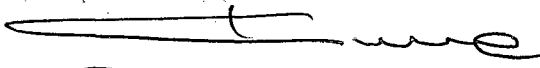
**VALMOR VIGNE**

**e aprovada por todos os membros da banca examinadora, foi julgada adequada para  
obtenção do título de Mestre em Direito.**

**FLORIANÓPOLIS, 28 de fevereiro de 2001.**

**BANCA EXAMINADORA:**

  
**Dra. Vera R. P. de Andrade**  
**(Presidente)**

  
**Dr(a). Maria Odete de Oliveira**  
**(Membro)**

  
**Dr(a). Orides Mezzaroba**  
**(Membro)**

**Orientadora**

**Dra. Vera Regina Pereira de Andrade**

**Co-orientadora**

**Dra. Silvana Winckler**

**Coordenador do Curso**

**Dr. Christian G. Caubet**



Para **IEDA MARIA** (esposa), **JOSÉ ANTÔNIO** e  
**CRISTIANE** (filhos), pelo amor e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora **Dra. VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE**, pela orientação segura, persistente e paciente. Pela amizade e incentivo.

À professora e co-orientadora **Dra. SILVANA WINCKLER**, pelas oportunas orientações, pelo incentivo, pela amizade.

À **Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC** -, pela disposição em conveniar com a UNOESC, Campus de Chapecó, possibilitando a efetivação do Mestrado.

À **Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC** -, Campus de CHAPECÓ, pela preocupação e empenho na busca de soluções para oportunizar a formação e a qualificação de seu corpo docente.

**Aos doutores, professores da UFSC**, que se dispuseram a ministrar aulas no Curso, na distante CHAPECÓ, pelos conhecimentos, zelo e dedicação, pelos conhecimentos e pela amizade.

Ao professor **IDIR CANZI**, coordenador do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, da UNOESC, campus de CHAPECÓ, pelo incentivo, apoio e amizade.

Ao colega mestrando **EDUARDO AZEVEDO PIANALTO**, companheiro de viagens, parceiro de lutas, amigo incentivador.

Aos colegas do Escritório Sócio-Jurídico, da UNOESC, Campus de CHAPECÓ, pelo apoio e compreensão.

Ao Administrador da Penitenciária Agrícola de Chapecó, **Sr. ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA**, por disponibilizar a realização da pesquisa empírica, aos **funcionários e presos entrevistados** daquele estabelecimento prisional, pela contribuição na realização da pesquisa.



## RESUMO

A presente dissertação trata do instituto da prisão, considerada como a mais violenta das penas, e da ressocialização dos presos, esta como a finalidade a ser alcançada com a execução penal, através da pena de prisão.

Tem como objetivo principal perquirir e avaliar se o Estado, que possui (ou pretende possuir) o poder punitivo, fazendo uso desse poder e aplicando a pena privativa de liberdade, consegue realizar a finalidade preventivo-especial da pena, ou seja, a ressocialização dos etiquetados delinquentes, que os enviou à prisão, condenados ou ainda apenas acusados de haverem cometido atos prescritos pelo sistema como criminosos.

Com isso, objetiva informar se o sistema de controle social é ou não eficiente na sua função de controlar a violência, diminuindo o número de delitos e os índices de reincidência criminal.

Os dados foram colhidos através de pesquisas bibliográficas, usando-se o método dedutivo, e através de pesquisa realizada junto ao administrador e a presidiários da Penitenciária Agrícola de Chapecó, a qual, dado o elevado número de presos que nela habitam, foi desenvolvida por amostragem, envolvendo 15% da população carcerária, abrangendo reclusos dos regimes semi-aberto e fechado.

A estrutura da dissertação compreende três capítulos.

O primeiro trata das penas e da legitimidade que o Estado tem de aplicá-las, assim como da necessidade de o poder público explicar, justificando, a aplicação das penalidades, como também dos meios e procedimentos utilizados, para tanto dá-se um enfoque nas teorias da pena. Faz-se um breve histórico da prisão e do trabalho prisional, evidenciando-se a conexão entre ambos. E, por último, nesse capítulo, algumas considerações críticas da pena e da prisão.

No segundo capítulo, trata-se especificamente da ressocialização. Caracteriza-se a estrutura do sistema penal, cujo funcionamento, especialmente através da prisão, presta-se à criminalização e à estigmatização. Em vez de ressocializar, no sentido de proporcionar condições adequadas para o regresso e convívio social, age de forma inversa: estigmatiza e aperfeiçoa o rotulado como delinquente.

O terceiro capítulo desenvolve-se através da apresentação do resultado da pesquisa empírica realizada na Penitenciária Agrícola de Chapecó, onde foram entrevistados 68 presos, por amostragem, e o administrador da Penitenciária, quando se deu grande relevância ao fator do trabalho desenvolvido pelos presos naquele estabelecimento, com o intuito de saber especialmente a opinião dos apenados acerca da importância que eles atribuíam ao trabalho na vida prisional. O resultado não é animador em favor da ressocialização. Nem o trabalho se presta para este fim.

## RESUMEN

La presente disertación trata del instituto de la prisión, considerada como la más violenta de las penas, y de la resocialización de los presos, ésta como la finalidad a ser alcanzada con la ejecución penal, a través de la pena de prisión.

Tiene como objetivo principal inquirir y evaluar si el Estado, que posee (o pretende poseer) el poder punitivo, haciendo uso de este poder y aplicando la pena de privación de libertad, consigue realizar la finalidad preventivo especial de la pena, o sea, la resocialización de los etiquetados delincuentes, que les envió a la prisión, condenados o todavía apenas acusados de haber cometido actos prescritos por el sistema como criminales.

Com esto, objetiva informar si el sistema de control social es o no eficiente en su función de controlar la violencia, disminuyendo el número de delitos y los índices de reincidencia criminal.

Los datos fueran colectados a través de pesquisas bibliográficas, usando el método deductivo, y a través de pesquisa realizada junto al administrador y a presidiarios de la Penitenciária Agrícola de Chapecó, la qual, dado el elevado número de presos que en ella habitan, fue desarrollada por muestra, envolviendo el 15% de la población carcelaria, comprendiendo reclusos de los regímenes “semi-aberto” y “fechado”.

La estructura de la disertación comprende tres capítulos.

El primer trata de las penas y de la legitimidad que el Estado tiene de aplicarlas, así como de la necesidad del poder público explicar, justificando, la aplicación de las penalidades, como también de los medios y procedimientos utilizados, para tanto de da un enfoque en las teorías de la pena. Se hace un breve histórico de la prisión y del trabajo en la prisión, se evidenciando la conexión entre ambos. Y, por último, en este capítulo, algunas consideraciones críticas de la pena y de la prisión.

En el segundo capítulo, se trata específicamente de la resocialización. Se caracteriza la estructura del sistema penal, cuyo funcionamiento, especialmente a través de la prisión, se presta a formar criminales y a la estigmatización. En vez de resocializar, en el sentido de proporcionar condiciones adecuadas para el regreso y convivencia social, obra de forma inversa: estigmatiza y perfecciona el rotulado como delincuente.

El tercer capítulo se desarrolla a través de la presentación del resultado de la pesquisa empírica realizada en la Penitenciária Agrícola de Chapecó, a través de la cual fueron entrevistados 68 presos, por muestra, y el administrador de la penitenciaría, cuando se dio gran relevancia al factor del trabajo desarrollado por los presos en aquel establecimiento, com el objetivo de saber especialmente la opinión de los encerrados acerca de la importancia que ellos otorgaban al trabajo en la vida en la prisión, cuyo resultado no es favorable para la resocialización, se concluyendo que las actividades laborales desarrolladas por los presos, en la PACH, no se prestan para el fin resocializador.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	v
RESUMEN.....	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	x
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
 <b>CAPÍTULO I – PENA DE PRISÃO E RESSOCIALIZAÇÃO</b> .....	 4
1.1 DISCURSO OFICIAL DE LEGITIMAÇÃO DA PENA E DA PRISÃO.....	5
1.2 PENA DE PRISÃO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO.....	11
1.3 TRABALHO CARCERÁRIO: SUA CONEXÃO COM A PRISÃO.....	18
1.4 DISCURSO REVISIONISTA OU CRÍTICO DA PRISÃO.....	23
 <b>CAPÍTULO II – SISTEMA PENAL E RESSOCIALIZAÇÃO</b> .....	 26
2.1 A "EFICÁCIA INVERTIDA" DO SISTEMA PENAL .....	27
2.2 A FINALIDADE RESSOCIALIZADORA DA PENA .....	28
2.3 (RE)SOCIALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIAL .....	32
2.4 QUANTIFICAÇÃO DE PENA NECESSÁRIA À RESSOCIALIZAÇÃO .....	34
2.5 CARÁTER DISCRICIONÁRIO NA APLICAÇÃO DA PENA .....	36
2.6 INADEQUAÇÃO NO PREPARO PROFISSIONAL E INTELECTUAL DO PRESO.....	38
2.7 CONDIÇÕES DAS PRISÕES .....	40

2.8 QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS .....	41
2.9 A (SUB)CULTURA CARCERÁRIA .....	43
2.10 REINCIDÊNCIA .....	45
 <b>CAPÍTULO III – A RESSOCIALIZAÇÃO NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CHAPECÓ</b> .....	 48
3.1 OBJETIVO DA PESQUISA .....	48
3.2 CARACTERÍSTICAS DA PENITENCIÁRIA .....	49
3.3 PROCESSAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	49
3.4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	51
3.4.1 Pesquisa com presos.....	51
3.4.1.1 Idade dos presos .....	52
3.4.1.2 Estado civil dos presos.....	54
3.4.1.3 Cor dos presos .....	56
3.4.1.4 Escolaridade .....	58
3.4.1.5 Religião .....	60
3.4.1.6 Profissão.....	61
3.4.1.7 Renda.....	64
3.4.1.8 Casa própria.....	65
3.4.1.9 Espécies de delitos.....	66
3.4.1.10/11 Reincidências .....	69
3.4.1.12 Pena aplicada.....	71
3.4.1.13 Opiniões sobre a prisão.....	73
3.4.1.14 Alimentação .....	75
3.4.1.15 Preocupações para pós-egressão.....	76
3.4.1.16 Destino pós-egressão.....	78
3.4.1.17 Fugas.....	79
3.4.1.18 Trabalho.....	81
3.4.1.19 Espécies de atividades laborativas .....	82
3.4.1.20 Sentidos atribuídos ao trabalho .....	85
3.4.1.21 Cursos e treinamentos .....	86
3.4.2 Entrevista com administrador da Penitenciária .....	88
3.4.2.1 Trabalho prisional .....	88
3.4.2.2 Interação preso/sociedade .....	91

3.4.3 Considerações finais sobre as entrevistas .....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	98
ANEXOS .....	104

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos presos.....	53
Gráfico 2: Estado civil dos presos .....	55
Gráfico 3: Cor dos presos .....	57
Gráfico 4: Escolaridade dos presos .....	58
Gráfico 5: Religião dos presos .....	60
Gráfico 6: Profissão dos presos .....	62
Gráfico 7: Renda dos presos .....	64
Gráfico 8: Possui casa própria? .....	66
Gráfico 9: Espécies de delitos dos presos.....	67
Gráfico 10: Reincidência técnica dos presos.....	69
Gráfico 11: Reincidência de fato dos presos.....	70
Gráfico 12: Pena aplicada .....	72
Gráfico 13: Opiniões sobre a prisão .....	74
Gráfico 14: Qualidade da alimentação .....	76
Gráfico 15: Preocupações para pós-egressão .....	77
Gráfico 16: Destino pós-egressão .....	78
Gráfico 17: Já fugiu da prisão? .....	80
Gráfico 18: Trabalha na prisão? .....	81
Gráfico 19: Setores de trabalho .....	83
Gráfico 20: Significados do trabalho .....	85
Gráfico 21: Utilidade dos cursos e treinamentos .....	87

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Idade dos presos.....	52
Tabela 2: Estado civil dos presos .....	54
Tabela 3: Cor dos presos .....	56
Tabela 4: Escolaridade dos presos .....	58
Tabela 5: Religião dos presos .....	60
Tabela 6: Profissão dos presos .....	61
Tabela 7: Renda dos presos .....	64
Tabela 8: Possui casa própria?.....	65
Tabela 9: Espécies de delitos dos presos .....	67
Tabela 10: É reincidente tecnicamente? .....	69
Tabela 11: É reincidente de fato? .....	70
Tabela 12: Pena aplicada .....	71
Tabela 13: Opiniões sobre a prisão .....	73
Tabela 14: Qualidade da alimentação .....	75
Tabela 15: Preocupações para pós-egressão .....	76
Tabela 16: Destino pós-egressão .....	78
Tabela 17: Já fugiu da prisão? .....	79
Tabela 18: Trabalha na prisão? .....	81
Tabela 19: Setores de trabalho .....	82
Tabela 20: Significados do trabalho .....	85
Tabela 21: Utilidade dos cursos e treinamentos .....	87

## INTRODUÇÃO

A pena privativa de liberdade, embora sua origem moderna tenha mais de dois séculos, guarda em sua gênese e processo histórico a própria evolução da sociedade moderna, mas que, paradoxalmente, pouco mudou nesse passar de tempo.

É, sem dúvida, a mais dura e violenta de todas as intervenções estatais sobre a liberdade individual, produzindo efeitos negativos e traumatizantes não apenas sobre a pessoa segregada, que ainda fica estigmatizada, como também sobre sua família, quando não sobre a sociedade como um todo.

Tida por alguns como instrumento de proteção e segurança social, a pena de prisão, para muitos outros somente se explica em sua função simbólica de manifestação de poder e em sua função de manutenção e reprodução desse mesmo poder.

Atualmente, inobstante todas as discussões que cercam o tema, a prisão, como pena central de nosso moderno sistema penal, encontra-se oficialmente legitimada através de um discurso baseado em sua tríplice função: reprovação, prevenção e ressocialização, a qual acha-se insculpida na maioria das legislações do mundo moderno ocidental.

Em contrapartida, como instrumento ressocializador, ou em suas demais funções de prevenção e reprovação, a pena de prisão tem sido colocada sob acirrada crítica, que questiona sua eficácia e legitimidade. A respeito, pode-se afirmar que ganham especial destaque aquelas trazidas pela Criminologia crítica, onde se insere a teoria do *labeling approach*, cujo argumento fundamental baseia-se na caracterização do sistema penal como



processo criminalizador e estigmatizante, no qual se destaca a pena privativa de liberdade, pelos efeitos negativos que ela exerce.

Dentro deste contexto e partindo-se deste referencial teórico, tem-se como objeto de análise a pena de prisão dentro de nosso atual sistema penal, cujo estudo desenvolveu-se pelo método dedutivo, tendo como estratégias metodológicas a pesquisa bibliográfica e empírica. Esta última realizada através de entrevista e coleta de dados junto à Penitenciária Agrícola de Chapecó, envolvendo presos, tanto do regime semi-aberto como do fechado, que precisou fosse realizada por amostragem, considerando-se o elevado número de apenados. Também foi entrevistado o administrador da Penitenciária. Igualmente, houve contatos informais com funcionários da casa, que prestaram informações gerais.

A presente dissertação compõe-se de três capítulos, como se passa a resumir.

No primeiro, aborda-se a origem e o desenvolvimento da pena de prisão no mundo ocidental, bem como seu discurso oficial e legitimador, iniciando-se com uma abordagem acerca das teorias da pena, as quais tentam justificar sua existência e aplicação. Nesse capítulo, faz-se também um breve histórico das atividades laborativas introduzidas nos estabelecimentos prisionais, questionando-se a sua conexão com o instituto da prisão. E, como complemento do capítulo, são feitas algumas considerações sobre o discurso crítico da pena e da prisão.

Na sequência, no segundo capítulo, discorre-se acerca da ressocialização, o discurso crítico a respeito dela, com a desconstrução do princípio da prevenção. De forma sintética, faz-se uma caracterização da estrutura do sistema penal, demonstrando que seu funcionamento é seletivo e estigmatizante.

Conclui-se o capítulo com uma crítica ao sistema penal que, ante a constatação de que a ressocialização não passa de um discurso legitimador e que em realidade sua função é simbólica e não instrumental, conclui-se que esse sistema penal tem como verdadeira função controlar seletivamente a criminalidade.

No terceiro e último capítulo, através da análise de pesquisa empírica, feita na Penitenciária Agrícola de Chapecó, procura-se verificar pontualmente a (in)eficácia das propostas legitimadoras do discurso oficial da pena de prisão e do trabalho, este como instrumento voltado para a ressocialização do apenado.

Como resultado da pesquisa, verifica-se que a ressocialização pretendida na Penitenciária Agrícola de Chapecó, que tem como principal agente de realização o trabalho prisional, não acontece, haja vista o elevado índice de reincidência criminal verificada nesta Penitenciária. Ao invés de ressocialização, constata-se que neste estabelecimento prisional há “fabricação de delinquência”, conforma expressão usada por Michel Foucault.

Relativamente às referências bibliográficas relacionadas no final da dissertação, nelas constam, além das referidas ao longo do texto, também todas aquelas que foram consultadas para a elaboração do presente trabalho dissertativo.

Ao final do texto, como anexos, acham-se inseridos os questionários aplicados aos presos pesquisados e ao administrador da Penitenciária.

A título de informação, explica-se que a escolha da Penitenciária Agrícola de Chapecó, como objeto da pesquisa, deveu-se em grande parte pela sua localização, isto é, por estar situada dentro da área de abrangência e atuação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Campus de Chapecó, local de atuação deste pesquisador, como docente. Mas teve significativa relevância o fato de a Penitenciária ser considerada prisão modelo, não só dentro do Estado, como também em nível nacional.

## **CAPÍTULO I**

### **PENA DE PRISÃO E RESSOCIALIZAÇÃO**

Este capítulo, que trata do instituto da prisão e da pretensão do Estado em ressocializar os apenados que condena e que recolhe aos seus estabelecimentos prisionais, foi desenvolvido em quatro itens, conforme segue.

No primeiro, discorre-se sobre a pena e como o Estado pretende justificar à opinião pública sua ação punitiva, legitimando seu poder de punir. Para tanto, necessário discorrer-se sobre as teorias da pena, com destaque para a preventiva especial, dada sua pretensão ressocializadora sobre os detentos.

No segundo item, discorre-se acerca das origens e desenvolvimento da prisão, no mundo ocidental, destacando-se as mudanças de finalidades, partindo da simples custódia, passando para a redenção e concluindo com a finalidade de pena privativa de liberdade, mas com pretensão ressocializadora.

Na continuação, aborda-se o trabalho prisional, demonstrando-se que ele possui conexão com a pena de prisão, especialmente por motivos econômicos.

Finalmente, no quarto momento, trata-se do discurso revisionista ou crítico da pena e também da prisão. Faz-se um confronto entre a programação normativa e a operacionalidade do Direito penal, com o objetivo de conhecer se as promessas preventivo-especiais da pena são realmente cumpridas.

## 1.1- DISCURSO OFICIAL DE LEGITIMAÇÃO DA PENA E DA PRISÃO

Desde que a sociedade precisou organizar-se, em decorrência da complexidade do convívio social, acabando por instituir o Estado, a este foi-lhe atribuído o monopólio do poder de punir. Cabe-lhe, pois, a prerrogativa de elaborar a legislação reguladora do comportamento humano e, nas eventuais transgressões, julgar e aplicar as normas sancionadoras. E, como complemento, controlar e fiscalizar a aplicação da pena<sup>1</sup>.

A pena, que resulta da reação do Estado contra os cidadãos assim etiquetados como delinquentes pelo sistema penal em decorrência de real ou suposta violação das normas reguladoras do convívio social, é sempre uma agressão contra o destinatário. Entretanto, foi continuamente usada – e parece não haver ainda remédio melhor, embora muito amargo e muitas vezes ineficaz<sup>2</sup> – para, em reprimindo o crime, servir de correção e de intimidação, sob o argumento de que assim procedendo está desmotivando a prática de atos contrários à conduta social normatizada.

Consoante as legislações mais recentes, traduzindo o discurso oficial, a pena deixa de ter caráter retributivo e passa a ser aplicada sob a justificativa de ser necessária para reeducar o criminoso, oportunizando-lhe condições de regresso e convívio com a sociedade.

O Estado, que detém o monopólio de aplicar a pena, precisa justificar à opinião pública<sup>3</sup> o porquê de seu proceder frente às situações que envolvem o cometimento de condutas tidas como delitos. O público quer saber que atitudes tomou e por que fez assim.

---

<sup>1</sup> E o ônus do Estado não termina aí, pois mesmo após o cumprimento da pena, se privativa de liberdade, cabe ao poder público acompanhar, ao menos temporariamente, a vida do egresso. Nesse sentido, entre nós, o disposto no artigo 10, parágrafo único, e artigo 25, ambos da Lei de Execução Penal.

<sup>2</sup> A elevada reincidência criminal é uma prova da ineficácia da pena privativa de liberdade.

<sup>3</sup> Em recente episódio ocorrido na Penitenciária Agrícola de Chapecó, em que houve fuga de presidiários, o apresentador de um programa televisivo queixava-se da não presença do administrador da Penitenciária, em seu programa, alegando que era o povo quem queria saber notícias sobre o acontecimento.

Os procedimentos na aplicação das penas diferenciaram de acordo com o tempo e com os regimes governamentais. Na antigüidade, por exemplo, a pena era tida como um castigo, uma expiação. Àquele que fosse considerado ofensor, o Estado aplicava uma pena-castigo como forma de pagamento pela ofensa causada à sociedade. O “mal” era pago com outro “mal”. Aliás, esse era o desejo do povo<sup>4</sup>. Diz-se, então, que a pena tinha caráter puramente retribucionista.

Mas, com o passar do tempo, a pena teve outras concepções. São comuns as referências às teorias absolutas ou retributivas e às preventivas. Vera Regina Pereira de Andrade<sup>5</sup> apresenta-as sob duas divisões: Teorias Absolutas e Teorias Relativas, sendo que, para as primeiras, a pena possui função exclusivamente retributiva, com finalidade própria e única, enquanto que, para as relativas, a finalidade da pena é a prevenção, a qual não se esgota em si mesma, visto que objetiva alcançar fins socialmente úteis, por isso, denominadas também de utilitárias.

A autora Vera Regina Pereira de Andrade, invocando esquema utilizado universalmente nos manuais, relativamente às teorias relativas, apresenta duas divisões: teorias de “prevenção geral” e de “prevenção especial”. E ambas comportam subdivisão: “prevenção geral negativa” e “prevenção geral positiva”, e “prevenção especial negativa” e “prevenção especial positiva”. A ressocialização é tratada nesta última.

Relativamente às teorias absolutas ou da retribuição da pena, são elas as mais antigas. Com certeza, as primeiras que explicaram e justificaram o direito de punir, legitimando o poder punitivo de que o Estado é detentor.

A existência da pena se justificava pela ocorrência do crime (*castiga-se porque pecou*) e sua única finalidade era realizar justiça, aplicando uma pena. A respeito, leciona

---

<sup>4</sup>Se assim pensava o povo na Idade Média, não é muito diferente o que pensa hoje a maior parte da população, especialmente, entre as classes mais simples. Muitos ainda são adeptos da Lei de Talião: ao ladrão, devem ser-lhe cortadas as mãos; o estuprador, ser privado de seus órgãos reprodutores.

<sup>5</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 56-57.

Juarez Cirino dos Santos<sup>6</sup>: “a compensação ou retribuição da culpabilidade contida no crime é a modalidade específica de realização da justiça penal, destacando a expiação como fim em si, comum tanto à tradição filosófica idealista (Kant, Hegel, etc.), como à tradição cristã.”

Cezar Roberto Bitencourt<sup>7</sup> destaca, entre os representantes das teorias absolutistas ou retribucionistas da pena, em especial os pensadores do idealismo alemão Immanuel Kant e Georg Wilhelm Friedrich Hegel. O primeiro fundamenta sua teoria sob o prisma da ética, enquanto que Georg W. F. Hegel fundamenta-a sob a ótica jurídica.

Embora sob diferentes fundamentações, de ordem ética/jurídica, os ideários dos dois pensadores alemães caminham para a mesma direção: a imperiosidade da aplicação da pena, como castigo pelo desvio de conduta.

Para Immanuel Kant<sup>8</sup>, a lei é um imperativo categórico e seus mandamentos devem ser seguidos à risca. Baseado em princípios éticos, apregoa que aquele que transgredir as disposições legais não é digno sequer do direito de cidadania, chegando a questionar a (in)validade da existência humana no caso de não haver justiça.

Immanuel Kant evidenciava uma estreita relação entre Direito e Moral. Assim, não bastava que o comportamento conforme as normas legais fosse respeitado por ser uma imposição, com poder de sanção, mas sua aceitação deveria vir da conscientização de sua utilidade e necessidade. Dessa forma, as imposições jurídicas transformavam-se também em deveres morais, determinantes das formas de vontade.

---

<sup>6</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime: um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 143.

<sup>7</sup>BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1993. p. 102.

<sup>8</sup> KANT, Immanuel. **Fundamentación metafísica de las costumbres**. Trad. de Garcia Morente. 8. ed.: Madrid, 1983. p. 61.

Quanto à qualidade e à quantidade da pena, Immanuel Kant pregava dever ser de acordo com a intensidade do mal que praticou, suficiente para realizar a justiça. Em suma, é adepto dos princípios do *ius talionis*.

Praticamente na mesma direção caminha Georg W. F. Hegel, também defensor da teoria da retribuição, por convicções de natureza jurídica. Para este filósofo alemão, a pena encontra justificativa na necessidade de ser efetivada a vontade geral, que foi violada pela prática delituosa. Assim, a retribuição não deve operar-se com a aplicação de um mal pela prática de um outro mal, mas sim servir para o restabelecimento da ordem jurídica quebrada, pois, sendo o delito a manifestação de vontade irracional, seria maior irracionalidade querer-se um mal só porque havia um outro mal anteriormente.

Santiago Mir Puig<sup>9</sup> explica o método dialético de Hegel, no Direito Penal, constituído das três partes fundamentais: tese, antítese e síntese, cada uma delas bem definida, assim: A tese é representada pela vontade geral, que se encontra expressa no ordenamento jurídico; a antítese resume-se no crime, que é a negação dessa ordem jurídica; a síntese expressa-se na aplicação da pena como castigo pelo crime praticado.

Reforçando o caráter retribucionista, leciona Georg W. F. Hegel que a aplicação da pena é a melhor, senão única, forma de compensar o crime, recuperando o equilíbrio que ficou perdido com a ação delitiva e que feriu a sociedade.

Dentre outros defensores da teoria retribucionista da pena, cabe nomear Francesco Carrara, para quem o restabelecimento da ordem social deve ser a finalidade principal da pena, posto que o delito, direta ou indiretamente, ofende toda a sociedade.

Mas, o Estado fracassa em sua pretensão de diminuir ou até mesmo zerar o índice de criminalidade, com o uso dessa política criminal retribucionista. Surgem, então, com a Escola Clássica, as teorias relativas ou preventivas, cuja característica fundamental é prevenir o cometimento de delitos.

---

<sup>9</sup> MIR PUIG, Santiago. **Introducción a las bases del derecho penal, concepto y método**. Barcelona: Bosch, 1976. p. 62.

Odete Maria de Oliveira<sup>10</sup> sintetiza a doutrina das teorias relativas, com a seguinte expressão: “Não se castiga porque pecou, mas para que não peque.” E acrescenta: “A pena se impõe porque é eficaz e deve ser levada em conta pelos resultados prováveis e seus efeitos político-social utilitários.”

Para as teorias relativas, a pena, apesar de um mal necessário, não deve ser imposta apenas como retribuição. Precisa ter um ingrediente bem maior e melhor: servir de exemplo, de elemento inibidor de crimes.

De forma resumida, sem as subdivisões anteriormente referidas, citam-se apenas como: Teoria da Prevenção Geral e Teoria da Prevenção Especial, conforme os destinatários sejam a população em geral ou apenas o próprio apenado. Ou, ainda, segundo lição de Vera Regina Pereira de Andrade<sup>11</sup>, na Teoria da Prevenção Geral o destinatário da pena é identificado na ameaça de castigo, e na Prevenção Especial, no próprio castigo.

Como defensores da primeira, isto é, da Teoria da Prevenção Geral, aparecem Jeremias Bentham, Cesare Bonesana (Marquês de Beccaria), Arthur Schopenhauer e Ludwig Andreas Feuerbach. Baseia-se esta teoria em duas idéias: intimidação e ponderação da racionalidade das pessoas. A intimidação resulta da ameaça que provém da aplicação da pena, o que cria nas pessoas em geral uma espécie de motivação para não cometer crimes. E, pela denominada ponderação da racionalidade humana, as pessoas podem decidir, com uso da razão, se cometem ou não cometem delitos, estando conscientes de suas conseqüências.

Como se depreende, a ação é dirigida à sociedade de forma geral e não diretamente à pessoa do perseguido, o que a diferencia da Teoria da Prevenção Especial.

Esta última, conforme já anunciado, tem como objetivo evitar a prática de novos delitos, operando na consciência do delinquente que ele não deve voltar a delinquir. Já não

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. Florianópolis: ed. da UFSC, 2. ed. revista e ampliada, 1996. p. 64.

<sup>11</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. op. cit., p. 57.



se trata de penalizar porque cometeu um delito, mas acima de tudo, penalizar para que não retorne ao mundo do crime, conscientizando-se do caráter ilícito, bem como da inutilidade e prejudicialidade de sua ação que foi considerada criminosa.

Em nossa legislação, o caráter preventivo especial da pena, com objetivo apenas de prevenir novos delitos, defendida pelas teorias da prevenção especial negativa, ainda continua presente em textos recentes, como ocorre, por exemplo, no Código Penal, alterado no ano de 1984, pela Lei nº 7.209:

Art. 59. O juiz atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: . . .

Já a Lei de Execução Penal, do mesmo ano da reforma do Código Penal, incorpora o caráter ressocializador da pena, ao proclamar a "harmônica integração social do condenado e do apenado", conforme redação do seu artigo 1º:

Art. 1º. A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do apenado.<sup>12</sup>

O objetivo ressocializador da pena encontra amparo nas teorias da prevenção especial positiva que, de acordo com lição de Vera R. P. de Andrade<sup>13</sup>, tendo sido:

[. . . ]desenvolvidas desde a Escola Positiva italiana e retomadas no pós-guerra pela teoria da Nova Defesa social representada entre outra por Ancel (1979) afirmam, ao revés, a função de tratamento do condenado para sua reeducação e readaptação à normalidade da vida social.

Relativamente às teorias da pena, resumindo, tem-se que as Absolutas tinham

---

<sup>12</sup> No mesmo sentido o artigo 10 que, além da prevenção, prescreve ser dever do Estado orientar o retorno do preso ao convívio social.

<sup>13</sup> ANDRADE, Vera R. P. de. op. cit., p. 57.

finalidade exclusivamente retribucionista, em que um “mal” deveria ser pago com um outro “mal”, sem nenhuma outra finalidade. As Relativas ou Preventivas têm uma primeira divisão em gerais e especiais. Pelas teorias da prevenção geral, o Estado justifica a aplicação da pena para que sirva de exemplo à população, intimidando-a, a fim de que ninguém cometa crimes, ou ao próprio considerado infrator para que, acima da intimidação, se conscientize da inutilidade da ação delituosa. E pelas teorias da prevenção especial, a justificativa do Estado é demonstrar que as penas servem como elemento neutralizador e oportunizam ao transgressor condições de (re)educação ou ressocialização, objetivando um retorno e uma convivência normais no seio da sociedade.

Em suma, são esses os discursos oficiais de que o Estado se utiliza para justificar a aplicação das penas.

E, como a principal das penalidades, no atual sistema penal, é a pena privativa de liberdade, com a segregação dos selecionados criminosos em estabelecimentos prisionais, tem-se como necessário e oportuno discorrer sobre a prisão.

## **1.2- PENA DE PRISÃO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO.**

Pode-se dizer que a prisão é uma pequena sociedade (microcosmo) imersa dentro de uma sociedade maior (macrocosmo).

É nesse microcosmo que vive um considerável número de pessoas<sup>14</sup>, segregadas da sociedade, tidas como desrespeitadoras de normas jurídicas, estas dotadas de poder coercitivo, sob o argumento de sua necessidade para a convivência social.

---

<sup>14</sup> A título de ilustração, cite-se, por exemplo, que no Brasil, de acordo com o Censo Penitenciário Nacional de 1995, havia, naquele ano, 148.760 pessoas presas, o que correspondia a 95,5 presos para cada 100.000 habitantes. Isto corresponde a quase um preso dentro de uma população de 1.000 habitantes. Cabe esclarecer a menção ao Censo Penitenciário de 1995, cujas informações com certeza estão defasadas, vez que nenhum outro, posterior, foi publicado.

O recolhimento se dá sob diversas justificativas e que tiveram ao longo da história da humanidade diferentes significados, desde a finalidade de garantir a aplicação da pena, aprisionando o delinqüente até a pena final, que normalmente era a morte, passando para uma finalidade preventiva, pela intimidação, e chegando ao moderno argumento ressocializador.

Historiando, tem-se que a prisão não é um instituto muito antigo<sup>15</sup>. Remonta, segundo a maioria dos historiadores e estudiosos do assunto, à Idade Média.

Cezar Roberto Bitencourt<sup>16</sup> leciona que nessa fase da história surgiram duas espécies de prisão: uma oficial, denominada Prisão de Estado<sup>17</sup> e outra criada pela Igreja, conhecida como Prisão Eclesiástica. A secular era destinada aos inimigos do poder. Nela já se inseria a idéia de prisão castigo, podendo ser temporária ou perpétua, embora ainda em voga a prisão como meio de custódia. A eclesiástica tinha como população alvo os religiosos transgressores das regras e regulamentos da Igreja ou das ordens religiosas. Cabe registrar-se um avanço importante nos objetivos perseguidos pela Prisão Eclesiástica, qual seja o sentido emendativo proposto aos detentos, que devia ser alcançado pela oração, meditação, leitura de livros sacros e muita penitência.

Este sentido corretivo que a Igreja lhe emprestou, repercutiu junto ao Estado que foi atribuindo à pena privativa de liberdade um objeto ressocializador, conforme seu discurso oficial.

Aliás, importa frisar que vem da Igreja<sup>18</sup> o abrandamento das penas, sejam as

---

<sup>15</sup> Ao menos como forma de castigo, de resposta retributiva da sociedade, através do Estado. Deve-se levar em conta que inicialmente a prisão tinha por finalidade apenas recolher o acusado com o único objetivo de garantir a futura aplicação da pena.

<sup>16</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. op. cit., p. 18.

<sup>17</sup> Exemplo de prisão estatal foi a de Bastilha, na França.

<sup>18</sup> Com base na doutrina do cristianismo, não necessariamente católica. Bitencourt destaca a importância do pensamento calvinista, que pregava a felicidade humana ainda na vida terrena. Indo além, esse pensamento foi de fundamental importância e muito mais avançado que o da Igreja Católica, pois para esta última o que importava era a felicidade pós-morte, nem que para tanto fosse necessário passar uma vida inteira sob sofrimentos.

cumpridas nas prisões, sejam em relação aos castigos infligidos aos criminosos. O cristianismo, que já admitiu e praticou a pena capital, ao término da Idade Média tornou-se totalmente avesso à pena de morte, admitindo excepcionalmente castigos, inclusive corporais, mas objetivando sempre o aperfeiçoamento do pecador.

Então, para evitar a submissão de um delinqüente à execução da pena capital, a Igreja recorreu à prisão, cumprida normalmente em porões, lugares lúgubres, em meio a privações, exceto luminosidade, posto que essa era necessária para as leituras e orações.

A exemplo da Igreja, também o Estado foi suprimindo a pena de morte. Não só questões de ordem moral e religiosa, mas também de ordem material, contribuíram para a tomada de semelhante atitude. Ocorre que, devido à onda de pobreza que assolou especialmente a Europa, em decorrência das guerras e da crise feudal, esta no fim do século XVII e início do século XVIII, aumentou muito a população etiquetada de criminosa, dada a prática de condutas igualmente etiquetadas de delituosas<sup>19</sup>.

A aplicação da pena de morte, ou a mutilação, que em geral eram aplicadas, uma ou outra, ou as duas, já não podia ser feita, dado o grande número de pessoas consideradas infratoras e a comprovação da inutilidade da pena capital, demonstrada pela reincidência.

A resposta estatal, então, passou a residir no recolhimento dos assim considerados delinqüentes e dos que não possuíam ocupação<sup>20</sup>, aqueles sob argumento retribucionista, ambos sob justificativa de prevenção contra futuros crimes.

A prisão, no início, não servia como castigo em si mesmo, posto que a custódia do delinqüente, mesmo que em lugares horríveis e submetido a toda espécie de sofrimentos, não purgava o mal que causara à sociedade. Ela servia apenas para assegurar a aplicação de

---

<sup>19</sup>Crimes geralmente contra o patrimônio, muitas vezes cometidos por grupos de pessoas, famintos. Era comum a invasão de centenas de pessoas oriundas de cidades e aldeias saqueadas e incendiadas.

<sup>20</sup> A ociosidade, que geralmente decorre da falta de oportunidades de trabalho, é sabido, favorece a prática de condutas sociais criminalizadas.

pena final, que era muito severa, quase sempre a morte.

Ao mesmo tempo em que se evitava a fuga do acusado, o que frustrava a aplicação da pena, evitava-se que a população avocasse para si a tarefa de julgar e de penalizar o criminoso, fazendo ela mesma justiça pelas próprias mãos.

Face a este quadro de torturas e sofrimentos, apoiados por uma legislação criminal bárbara, desumana, arbitrária, desigual, pois que concedia privilégios para determinadas pessoas, os amigos do rei, surgiram, movidos por ideais racionalistas e humanitários, alguns pensadores europeus que, ao tempo em que teciam severas críticas àquela legislação e àqueles procedimentos, apresentavam idéias e propostas inovadoras, voltadas à humanização das penas, observando as circunstâncias pessoais, as do ato criminoso e a individualização da pena. Ademais, em vez de retribuição, as penas deveriam privilegiar a correção e a recuperação dos detentos. Para tanto, necessárias boas condições nas casas correcionais e adequados procedimentos nessa tarefa.

Dentre esses pensadores merecem menção, mesmo que sucintamente, Marquês de Beccaria, John Howard e Jeremias Bentham, cujas idéias datam todas da segunda metade do século XVIII.

O italiano Cesare Bonesana, mais conhecido por Marquês de Beccaria, autor da clássica obra *Dos delitos e das penas*, destacou-se pela pregação e luta contra os julgamentos arbitrários e a aplicação de penas desumanas. A seu respeito, lê-se:

[ . . . ] contra a tradição jurídica, invoca a razão e o sentimento; faz-se porta-voz dos protestos da consciência pública contra os julgamentos secretos, o juramento imposto aos acusados, a tortura, a confiscação, as penas infamantes, a desigualdade ante o castigo, a atrocidade dos suplícios; estabelece limites entre a justiça divina e a humana, entre os pecados e os delitos; condena o direito de vingança e toma por base do direito de punir a utilidade social; declara a pena de morte inútil e reclama a proporcionalidade das penas aos delitos, assim como a separação do poder judiciário do poder legislativo.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di. *Dos delitos e das penas*. Trad. Flório De Angelis. Bauru: EDIPRO, 1993. Considerações preliminares da editora, pp. 7 e 8, na apresentação da obra.

Favorável à substituição da pena capital (tão em voga na época) pelas privativas de liberdade, atribuía à pena uma função utilitária, de prevenção<sup>22</sup>, considerando totalmente desnecessários os castigos corporais.

O inglês John Howard, a exemplo de Beccaria, pregou a humanização e a racionalização das penas, para tanto reclamou melhorias nas prisões<sup>23</sup>, com atenção para as boas condições de higiene, de alimentação e assistência médica, eliminação dos castigos, afastando toda idéia de sofrimento.

Justifica-se tamanha preocupação com o estado das prisões e o tratamento dispensado aos detentos, pois John Howard, além de seu humanismo, teve a amarga experiência de, durante uma viagem a Portugal, haver caído nas mãos de piratas franceses, feito prisioneiro, e, nessa condição, ter conhecido e vivido os horrores das prisões do castelo de Brest e de Morlaix.

Livre do cárcere, em 1773 foi nomeado alcaide do condado de Bedford. Visitou muitas prisões, conhecendo-lhes as deploráveis condições.

Como detentor de cargo de administração, teve a oportunidade de ele mesmo pôr em prática seus ideais humanitários e ressocializadores. Certamente por isso é que Neuman<sup>24</sup>, comparando Marquês de Beccaria e John Howard, afirmou que o primeiro foi um grande pensador e o segundo, um homem de ação.

Jeremias Bentham, a exemplo dos citados, pregou a humanização das penas, até porque, adepto da filosofia utilitária, entendia que o homem deve constantemente procurar

---

<sup>22</sup> Por isso, foi considerado por muitos como o grande influenciador da Teoria da Defesa Social, pelo caráter preventivo que atribuía à pena.

<sup>23</sup> As prisões encontravam-se em péssimo estado, o que se justificava pelo caráter punitivo e terrorífero que lhes era próprio, sem nenhuma preocupação reeducativa ou mesmo econômica, posto que nem o Estado e nem a sociedade reclamavam contraprestação em serviços da população carcerária.

<sup>24</sup> NEUMAN, Elias. **Evolución de la pena privativa de libertad y regimenes penitenciarios**. Buenos Aires: Ed. Pannedille, 1971. p. 71.

a felicidade. Para ele, o ato humano só possui utilidade se proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem-estar. Daí que a pena deve ter caráter utilitarista.

Apresenta como finalidade da pena especialmente a prevenção, mesclando a geral e a especial. Mas não abandona totalmente o fim retributivo, embora tenha posição contrária ao uso de penas infamantes, pois entendia e pregava que o castigo deveria ser proporcional ao mal cometido pelo delinquente.

Entendia que a prisão era um instrumento de controle necessário, em que pese considerá-la um lugar ruim, carente de tudo, a começar pelo espaço físico. O ócio favorecia os vícios<sup>25</sup>. Havia mistura de criminosos, reincidentes e primários, condenados a longas e a curtas penas, uns de índole ruim, outros de boa índole, sendo que os melhores ficam inevitavelmente sujeitos às influências negativas dos outros.

Bentham já dissertou sobre a formação da chamada subcultura carcerária, na qual os apenados criavam regulamentos próprios, os denominados “códigos dos presos”, a serem seguidos rigorosamente pelos internados, sob pena de graves consequências.

Defendeu a adoção do isolamento dos presos, como medida proveitosa, apontando, para tanto, vantagens como a segurança pessoal do preso e valia para a segurança geral, assim como sua importância para a reflexão, donde se pode concluir que a emenda também foi uma das preocupações deste filósofo e criminalista inglês.

Bentham foi o grande idealizador do modelo de prisão que recebeu o nome de panóptico, o qual se tornou mundialmente conhecido, destacando-se por sua arquitetura, assim resumida, com precisão, por Odete Maria de Oliveira<sup>26</sup>: “O panóptico era um tipo de prisão celular, caracterizada pela forma radial, em que uma só pessoa podia exercer em qualquer momento, de um posto de observação, a vigilância dos interiores das celas.” Aduz ainda que o preso ficava trancado em sua cela, observado continuamente pelo vigia,

---

<sup>25</sup> Por isso, sua manifestação a favor do trabalho carcerário, com o objetivo principal de manter o preso ocupado.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Odete M. de. **Prisão: um paradoxo social**. p. 48.

postado em local estratégico<sup>27</sup>. O recluso era visto, mas não via ninguém. Paredes impediam o contato e a comunicação com os outros presos.

Edificado dessa forma, o panótico reforça as funções intimidativa e preventiva que Bentham atribuía à prisão, especialmente esta última, considerando-se a preocupação em manter o isolamento do encarcerado. Admitia-se apenas que os presos podiam reunir-se em pequenos grupos, durante o dia, quando necessária a união de forças para a realização de alguns trabalhos. Com a ressalva, porém, de que esses grupos deviam ser homogêneos quanto ao comportamento.

Até aqui, discorreu-se, embora de forma sucinta, sobre as finalidades retribucionistas e preventivas da pena e como o Estado operava para torná-las efetivas prisionalmente. Mas a prisão também serviu para tirar de circulação parte do grande contingente de pessoas pobres que se acumularam por causa das guerras e da crise feudal, na Europa, situação que alcançou seu auge no fim do século XVII e início do século XVIII. Essa população, com grande número de pobres e miseráveis, muitos deles criminalizados e estigmatizados como delinquentes por força da situação, constituía-se um perigo, não só para a segurança pública, mas também para o próprio poder.

Ora, seu recolhimento não tinha fins retribucionistas e nem era propriamente prevenção. A prisão, nessas circunstâncias, tinha sobretudo objetivos políticos, por pretender eliminar as forças que porventura se opusessem àqueles que detinham o poder e, com isso, assegurar a continuidade do próprio poder.

A par desses objetivos, retribucionistas, preventivos e políticos, a prisão, conforme ensinamentos de historiadores, merecendo especial destaque Rusche e Kirchheimer<sup>28</sup>, sempre teve vinculação com interesses sócio-econômicos.

---

<sup>27</sup>Importante observar que não era necessário que os presos ficassem sob efetiva vigilância, pois, mesmo quando não observados, eles entendiam que estavam sendo vigiados.

<sup>28</sup>RUSCHE, Georg, KIRCHHEIMER, Otto. **Pena y estructura social**. Trad. Emilio Garcia Méndez. Bogotá: Editora Temis Librería, 1984. p. 25 e ss.



Destaca-se da obra desses dois sociólogos alemães que uma das grandes finalidades da pena de prisão, ao menos no período do surgimento e desenvolvimento da indústria, era amestrar os presos, objetivando seu aproveitamento nas fábricas, como pessoas submissas, adestradas e de baixo custo. A par disso, a prisão, pela numerosa mão-de-obra de que era depositária, passava a ser também controladora do mercado de trabalho, mas sempre operando em favor dos poderosos economicamente.

Da obra de Melossi e Pavarini<sup>29</sup>, especialmente quando tratam das *workhouses*, pode-se entender que a prisão não surgiu por motivos humanitários ou idealistas, com objetivos de reabilitação ou de ressocialização dos delinqüentes, mas sim como meio de submetê-los ao regime capitalista dominante, servindo também para controle do salário. E, reforçando essa intenção de submissão, destacam como grande objetivo das prisões o de preparar os homens para que se tornem instrumentos de exploração.

Nesse sentido, a importância do trabalho prisional, como aliado e significativo instrumento de submissão do preso, além de tornar a população carcerária produtiva, extremamente barata, quando não a custos zero.

### **1.3- TRABALHO CARCERÁRIO: SUA CONEXÃO COM A PRISÃO.**

Pode-se afirmar que o trabalho tem estreita relação com a prisão, ao qual se atribui diversas funções, desde como elemento complementar de castigo até a função ressocializadora como é apregoada pelo moderno discurso oficial.

A história das prisões registra que, no princípio, o trabalho foi introduzido para combater a ociosidade, mal de extrema gravidade e que favorece a ocorrência de outros males. Antes dele, para combater o ócio, nas penitenciárias eclesiásticas, desde seu

---

<sup>29</sup> MELOSSI, Dario, PAVARINI, Massimo. *Carcel y fabrica: los origenes del sistema penitenciario*. 3. ed. Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1987. p. 50 e ss.

nascedouro, foi imposta aos presos a meditação<sup>30</sup>, voltada para a religiosidade e a oração. Assim, o pensamento dirigia-se unicamente a Deus.

Nas prisões oficiais, controladas pelo poder público, como tentativa de solução contra os efeitos da ociosidade, surgiu a alternativa de preencher o tempo diurno dos presos com atividades físicas, até porque havia grande dificuldade de trabalhar no campo intelectual, especialmente pela baixa instrução da grande maioria dos detentos. Foi, então, introduzido o trabalho, dadas suas múltiplas utilidades, servindo não apenas para preencher o tempo, mas também com significado de castigo, além de sua utilidade prática, como meio de produção.

No sentido de ocupação de tempo livre e de correção, entre outras informações, tem-se que a introdução do elemento trabalho nas prisões remonta à segunda metade do século XVII. Para Cezar Roberto Bitencourt<sup>31</sup>, o início teria ocorrido na Inglaterra, por iniciativa da Igreja e a colaboração do rei, que concedeu o Castelo de Bridwell para ser usado como presídio, mas intensificou-se ao final daquele século, com a criação das denominadas Workhouses (casas de trabalho), funcionando sob o comando da Igreja, com apoio e incentivo governamental.

Em época anterior, final do século XVI, em Amsterdam, na Holanda, funcionaram casas de correção, as denominadas Rasphuis<sup>32</sup>, onde o trabalho tinha objetivo educativo, sem desprezar os castigos corporais, embora tivesse mais finalidade de amestramento<sup>33</sup> do que propriamente de correção.

Cabe um breve registro à forma como o trabalho era realizado. Em todas as casas

---

<sup>30</sup> A meditação tinha por principal objetivo elevar o pensamento a Deus e conscientizar o delinquente sobre a gravidade do seu ato e a necessidade de emendar-se.

<sup>31</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: ...** p. 25.

<sup>32</sup> A denominação Rasphuis, segundo lição de Melossi e Pavarini, op. cit. p. 38-9, deve-se à tarefa executada pelos presos, nessas casas, que era de raspar uma certa espécie de madeira, reduzindo-a a pó, o qual passava a ser utilizado pelos tintureiros para colorir as fibras utilizadas na indústria têxtil.

<sup>33</sup> O trabalho objetivava também educar o preso para que se tornasse uma pessoa dócil, obediente, submissa.

de detenção, onde permitidas as atividades laborativas, eram elas executadas isoladamente ou, quando necessário, em pequenos grupos, feitas em absoluto silêncio. Esses grupos reuniam presos que tivessem características semelhantes. Em algumas casas, como no Hospício de San Felipe Neri, em Florença, os reclusos deviam ficar anônimos, por isso, trabalhavam com a cabeça encoberta.

Conforme leciona Rodrigo Sanches Rios<sup>34</sup>, foi John Howard, com sua obra *State of prisons in England and Wales*, publicada em 1777, o iniciador de um movimento de reforma do sistema penitenciário, conhecido mais tarde como Escola Penitenciária Clássica, com a qual, além da proposição de segregar os presos em celas, propunha a obrigatoriedade do trabalho, como meio de combate à ociosidade. Importa, porém, frisar que esse criminalista inglês já caracterizara a ilação entre economia e prisão, indo além da finalidade puramente humanitária, pregada até então, para entrar na seara da economia.

Assim, em resumida conclusão, pode-se afirmar que o trabalho nas prisões foi instituído com o objetivo primeiro e principal de combater a ociosidade, mas, ao mesmo tempo, servia como castigo, vez que, à época, eram muito usados os trabalhos forçados. Finalmente, com objetivos sócio-econômicos, fazendo-se o aproveitamento da mão-de-obra dos encarcerados, no início totalmente graciosa e, quando passou a ser paga, a remuneração era praticamente simbólica<sup>35</sup>.

Esta importância sócio-econômica não se limitou à baixa remuneração e outros benefícios. Foi de relevância fundamental como regulador do mercado de trabalho: quando a mão-de-obra livre escasseava, supria-se a demanda com a intervenção da mão-de-obra carcerária; e quando aquela era abundante, havia exploração por parte dos empresários, os quais, aproveitando-se de sua posição superior, bem se pode imaginar que pagavam salários baixíssimos a seus empregados, com ameaça de despedida, sob a alegação de que poderiam dispor do trabalho dos presos a quem pagavam, em contrapartida, salários muito

---

<sup>34</sup>RIOS, Rodrigo Sanches. **Prisão e trabalho: uma análise comparativa do sistema penitenciário italiano e do sistema brasileiro**. Curitiba: Champagnat, 1994. p. 14.

<sup>35</sup> Além dos baixos custos, o trabalho dos detentos oferecia outras vantagens, como a não incidência de impostos e encargos sociais.

inferiores àqueles pretendidos pelos trabalhadores livres.

A relevância da mão-de-obra carcerária na economia, na política e no mercado de trabalho dá-se com o surgimento e desenvolvimento da chamada revolução industrial ou industrialização capitalista, cujos objetivos foram puramente utilitários em que pese o discurso ideológico fosse humanitário.

Cabe citar, nessa relação prisão/trabalho, o que aconteceu na Holanda, nas casas de correção e de trabalho denominadas Rasp-huis ou Rasphuis de Amsterdam, no século XVII. Historicamente coincide com a origem do capitalismo. Especialmente na Holanda verificava-se grande desenvolvimento do mercantilismo, com pouca oferta de mão-de-obra e, em consequência, muito valorizada, o que refletia nos custos de produção e, em última análise, punha em perigo o principiante capital holandês.

Diante dessa situação econômica e social por que passava, a Holanda empreendeu mudança nos seus modelos carcerários, no intuito de desperdiçar o menos possível a força de trabalho, passando a controlá-la e regular o seu uso conforme as necessidades de valorização do capital. Optou por estender o trabalho aos presos reclusos nas penitenciárias, não mais apenas como acréscimo punitivo ou como elemento preventivo ante as perniciosas influências da ociosidade, decorrência do isolamento celular, mas como aproveitamento da mão-de-obra, abundante, barata e sempre disponível, a ser exercida por pessoas, em geral, muito humildes, passivos e submissos.<sup>36</sup>

Nessa nova visão das casas de detenção e dos apenados, substituiu-se o isolamento e os presos passaram a alojar-se em celas coletivas. E nessas celas ou no pátio interno desenvolviam seus trabalhos, geralmente manuais.

Tais casas, de correção mas também de trabalho, eram conhecidas em toda parte como Rasphuis. A denominação, muito provavelmente, deu-se pela atividade dos reclusos

---

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. A respeito da submissão e docilidade dos corpos, diz o autor, p. 119: "A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'."

de raspar madeira, reduzindo-a a pó, com o qual era produzida tinta, destinada ao tingimento de tecidos.

Melossi e Pavarini<sup>37</sup> relatam que a madeira usada para a produção da tinta era originária da América do Sul<sup>38</sup>. Descrevem também a forma como era trabalhada, isto é, reduzida a pó, tanto pelo processo mecânico, como pelo manual, este feito pelos detentos. Apontam vantagens deste último, especialmente pela redução de custos, mas também pela diferença de qualidade do produto.

A referência a essas casas de detenção serve para mensurar a importância que o trabalho executado pelos encarcerados teve no setor industrial, na Holanda – como de resto nos demais países industrializados da Europa - com reflexos no comércio, suprimindo e incrementando a mão-de-obra manufatureira, como também na economia, dados os baixos custos operacionais, e ainda dada a função controladora dessa mesma mão-de-obra no mercado de trabalho.

A mesma importância, porém, não pode ser atribuída à ação ressocializadora do trabalho, posto que as atividades laborativas a que os presos foram submetidos tinham apenas finalidade econômica, além da terapêutica que se verificou nos primeiros tempos de sua introdução no meio prisional.

Aliás, essa ação de ressocialização dos apenados, pelo trabalho, continua não acontecendo, no sistema carcerário, nem nas penitenciárias tidas como exemplares, como se verá quando dos resultados da pesquisa empírica realizada nos meses de julho e agosto de 2000, na Penitenciária Agrícola de Chapecó, de que trata o Capítulo III, desta Dissertação.

---

<sup>37</sup> MELOSSI e PAVARINI, op. cit. p. 39.

<sup>38</sup> Não há referência à espécie de madeira, exceto que se tratava de madeira dura. É possível que tenha sido o famoso pau brasil, dada a característica de dureza e utilidade para pintura e a coincidência temporal de exportação dessa madeira para a Europa.

#### 1.4- DISCURSO REVISIONISTA OU CRÍTICO DA PENA E DA PRISÃO.

O Estado, como já se discorreu, centraliza o sistema penal, o qual, por sua vez, compreende tanto a dimensão programadora como a operacional, sendo que a primeira compreende as regras e normas e a segunda, as ações e decisões. Segundo Vera Regina Pereira de Andrade<sup>39</sup>: “O sistema é, pois, um conceito bidimensional que inclui normas e saberes (enquanto programas de ação ou decisórios), por um lado, e ações e decisões, em princípio racionalizadas, por outro.”

Diz-se que dentro do sistema penal, na função operacional, está inserido o poder de controle social, exercido pelo Estado. E, para o exercício desse poder, o Estado precisa justificar como faz esse controle, sob que argumentos aplica as penas e de que meios se utiliza para tanto.

A aplicação da pena privativa de liberdade, através da prisão, decorre do exercício do poder punitivo que o Estado possui, que é racionalizado, posto que alicerçado na legislação normativa penal, daí sua legitimação pela legalidade.

É através das teorias da pena que o Estado pretende, pois, justificar suas “ações” punitivas, através do poder de controle social de que é detentor. E, com as teorias, pretende igualmente justificar a criação e uso da prisão, como já dissertado retro. Agora, busca-se, através de críticas, demonstrar a inutilidade e ineficácia dessa pretensão justificacionista.

De acordo com Rusche e Kirchheimer<sup>40</sup>, as teorias retribucionistas fracassaram porque nelas havia um mero problema de imputação jurídica entre o fato considerado criminoso e a pena aplicada, em resumo, entre a culpabilidade e a expiação, sendo que a idéia de culpabilidade está estreitamente vinculada à de livre arbítrio.

---

<sup>39</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica*: ... p. 175.

<sup>40</sup> RUSCHE, Georg, KIRCHHEIMER, Otto. *Pena y estructura social*. p. 1.

Juarez Cirino dos Santos<sup>41</sup> acrescenta ainda o “caráter irracional” da teoria, como outra causa do seu fracasso, dizendo que:

a pena, como expressão de culpabilidade só poderia ser admitida por um ‘ato de vontade’ mediante o qual um mal (o crime) seria destruído por um outro mal (a pena), em uma atitude caracteristicamente irracional, geralmente inspirada em imperativos divinos, inteiramente incompatíveis com uma justiça realizada em nome do povo organizado em Estado.

Em desfavor da teoria da prevenção geral destaca-se, em especial, sua tendência para o terrorismo estatal, na expressão usada por Juarez Cirino dos Santos<sup>42</sup>, segundo o qual o poder de punir seria ilimitado.

Por igual, mereceu críticas a teoria da prevenção especial, sendo a principal, a indeterminação do tempo de duração da pena, uma vez que deveria durar até que o apontado criminoso se corrigisse. Mas também foi criticada porque a intimidação, quando feita contra quem não é propenso ao crime e nem tem qualquer possibilidade de voltar a delinquir, não tem nenhum valor e nem pode ter qualquer eficácia. Ademais, questiona-se a própria forma usada pelo Estado para desencorajar os cidadãos em geral e o próprio criminoso na prática de crimes, que é feita com o uso da intimidação, a qual não passa de uma agressão psicológica.

Considera-se também frustração do objetivo perseguido por essa teoria quando a intimidação se dirige contra aquele que, imune à ação psicológica, não se deixa intimidar, delinquindo ou voltando a delinquir independente de ser ou não sujeito passivo da ação intimidativa.

A teoria preventiva especial positiva, que preconiza um fim ressocializador para a pena privativa de liberdade, por igual, não consegue o êxito desejado, o que é

---

<sup>41</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. *As raízes do crime*: ... p. 144.

<sup>42</sup> SANTOS, J. Cirino dos. *Idem*, *ibidem*. p. 144.

perfeitamente constatável, em especial pelo elevado número de presos reincidentes<sup>43</sup>, o que vem provar que a prisão não se presta para esse fim declarado.

Dissertando sobre o assunto, Maria Lúcia Karam<sup>44</sup> assim se expressou:

Em sua vertente mais civilizada, que trabalha com a idéia de ressocialização, a inviabilidade da prevenção especial mostra-se evidente, notadamente em um sistema que faz da pena privativa de liberdade o seu centro. A idéia de ressocialização, a pretender concretizar o objetivo de evitar que o autor do delito volte a delinquir, através de suas reeducação e reintegração à sociedade, é absolutamente incompatível com o fato da segregação. Um mínimo de raciocínio lógico repudia a idéia de se pretender integrar alguém à sociedade, afastando-se dela.

Importa informar que a respeito da ressocialização, tratar-se-á com maior abrangência e profundidade no capítulo que segue.

Como se vê, em que pese os progressos e avanços conseguidos com as teorias preventivas da pena, em relação às teorias absolutas, o Estado não conseguiu explicar de forma convincente as razões de sua ação executora de penalidades, sem que, com seu agir, não fira os mais elementares direitos humanos, consubstanciados no exercício da plena liberdade de ir e vir.

Constata-se, pois, que todas as teorias da pena têm fracassado em seu objetivo fundamental de justificar o poder de punir do Estado. A criminalidade não se extingue, sequer diminui, embora ilusoriamente tente demonstrar que o sistema jurídico-penal é bom e favorece a segurança.

---

<sup>43</sup> Na Penitenciária Agrícola da Chapecó, a reincidência técnica chega a 42,65% dos apenados e o índice nacional, embora não conste no Censo Penitenciário de 1995, é mais elevado.

<sup>44</sup> KARAM, Maria Lúcia. **Pelo rompimento com as fantasias em torno de delitos e de penas**. IN: Revista Brasileira de Ciências criminais, São Paulo, n° 29, janeiro-março 2000. p. 338.



## **CAPITULO II**

### **SISTEMA PENAL E RESSOCIALIZAÇÃO.**

O presente capítulo, sob o título de Sistema Penal e Ressocialização, foi desenvolvido em tópicos, que procuram demonstrar e/ou questionar o descompasso entre as promessas do sistema penal e sua efetiva realização.

A partir de um enfoque crítico, com base no paradigma da reação social e da Criminologia crítica, discorre-se sobre prisão, ressocialização e sistema penal, analisa-se os processos de combate à criminalidade e de ressocialização dos criminosos, que se desencaminham para a fabricação da delinquência e estigmatização dos delinquentes, donde se conclui que a função real do sistema penal, ao menos nas sociedades capitalistas, é controlar seletivamente a criminalidade, construindo a delinquência. Daí, dizer-se que o sistema penal, nessas circunstâncias, tem uma eficácia invertida: em vez de controlar a criminalidade e ressocializar o criminoso, age, exatamente de forma inversa, isto é, cria a delinquência, de forma seletiva, e perpetua o delincente imprimindo-lhe o estigma de ex-presidiário.

Em face disto, afirma-se que a prisão fracassa na sua promessa de ressocializar o criminoso, eis que, como instrumento, ela não alcança esse objetivo. Mas, ao mesmo tempo, é um sucesso, pois seu discurso de ressocialização continua com êxito ao legitimar a pena e o sistema penal.

## 2.1- A "EFICÁCIA INVERTIDA" DO SISTEMA PENAL

A Criminologia tradicional informadora de nosso sistema penal tem como objeto de estudo a criminalidade, partindo da premissa de que o crime é um fenômeno ontológico, com gênese na própria natureza da pessoa humana. Por esse modelo, os criminosos, devido a deformações bio-psicológicas inatas, são pessoas predestinadas à prática delitiva. Portanto, de acordo com o mesmo modelo, o estudo do homem criminoso traz as razões e explicações da origem do crime, sendo este um fenômeno singular e de ocorrência em específica e identificada faixa social.

Todavia, observa-se que o estudo realizado a partir do criminoso já julgado (selecionado pelo Sistema) é bastante limitado em seu objeto, pois não inclui aqueles "criminosos" que ainda não foram selecionados pelo sistema. O que força a concluir que este estudo é incompleto por não abranger a criminalidade em sua totalidade, conforme sustentado retro.

Não bastasse isto, o estudo é realizado apenas do "final", isto é, a partir da seleção já realizada pelo sistema, deixando de fora todo o processo (realizado pelo próprio sistema) que levou a esta "catalogação" de criminoso.

A desconsideração nesta análise do verdadeiro contingente de criminosos não "catalogados" (representados pelas cifras negras), mostra com clareza a forma desigual e seletiva com que o sistema penal opera, como refere Vera Andrade<sup>45</sup>:

As pesquisas sobre a 'criminalidade de colarinho branco', as **cifras negras** da criminalidade e a crítica das estatísticas criminais, sobre as quais se baseia a Criminologia da Reação Social, conduziram a uma correção fundamental deste conceito corrente de criminalidade e sua distribuição (estatística) nos vários estratos sociais.

---

<sup>45</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?** Florianópolis: Seqüência, n° 33, 1996. p. 96.

A conclusão de que a cifra negra é considerável e de que a criminalidade real é muito maior que a oficialmente registrada, permitiu concluir que desde o ponto de vista das definições legais, a criminalidade manifesta-se como o comportamento da maioria, antes que de uma minoria perigosa da população e em todos os estratos sociais, mas a criminalização é, com regularidade, desigual ou seletivamente distribuída.

Desta forma de atuação do Sistema Penal são extraídas algumas conclusões importantes e que irão demonstrar que, longe de cumprir suas declaradas funções, na realidade, o sistema cumpre outras, muito opostas àquelas.

Isto pode ser observado claramente com relação à pena de prisão, cujas funções declaradas norteiam-se pela ressocialização, mas que, quando de seu cumprimento pelos estabelecimentos prisionais, contrariamente revelam-se funções crimínógenas e estigmatizantes, como se pretende demonstrar a seguir.

## **2.2- A FINALIDADE RESSOCIALIZADORA DA PENA**

Diante da evidente inutilidade das penas com fins retributivos, como também com finalidade de prevenção geral e especial negativa, a pena carcerária, consoante o discurso oficial, deveria passar a ter como objetivo principal, senão único, o preparo do detento para seu retorno ao convívio social em condições de manter uma vida e uma convivência em conformidade com os padrões tidos como normais, sendo útil à sociedade. É o fim ressocializador que as modernas legislações penais atribuem à pena privativa de liberdade.

A tarefa dos estabelecimentos prisionais, de acordo com a teoria da prevenção especial positiva (ressocializadora), é proporcionar aos cidadãos (que o Estado alijou do seio social e os mantém reclusos) oportunidades iguais de participação na vida social, mormente no campo do trabalho, cuja oferta de emprego é extremamente escassa, muito

aquém da demanda. Mesmo sabendo que, em consequência da pena de prisão que lhes foi imposta, encontram-se em posição de desigualdade na sociedade frente aos demais cidadãos, pois foram selecionados pelo Sistema, jogados na prisão e, conseqüentemente, estigmatizados. Esta “pecha”, que marca para sempre os ex-presidiários, lhes traz grandes dificuldades na concorrência direta, em todos os setores da vida, com aqueles que não a possuem.

Francisco Muñoz Conde<sup>46</sup>, teorizando, faz outras restrições à idéia de ressocialização. Entende, por exemplo, que falta legitimidade à sociedade, ao menos no campo moral, para promover ressocialização, vez que é ela mesma quem produz e define a criminalidade, chegando ao ponto de dizer que “Não é o delinqüente, mas sim a sociedade quem deveria ser objeto de ressocialização.”<sup>47</sup>

Embora pareça muito paradoxal, há muito significado na afirmativa. Sabe-se que a sociedade sempre foi um depósito de mazelas e de maus exemplos comportamentais. Ora, também é sabido que os delinqüentes não passam de produto dessa mesma sociedade. Então, não pode o Estado, sem questionar a qualidade das regras e normas que norteiam a vida social, querer impor aos sentenciados, como padrões de comportamento social, condutas que a sociedade vivencia e adota (ou aceita) como exemplares. Ademais, acrescenta Francisco Muñoz Conde, as normas que regem os membros de uma sociedade não são permanentes, às quais seus membros devam estrita adaptação. Ao contrário, elas se alteram rápida e profundamente, em decorrência da evolução da própria sociedade.

Cabe também lembrar a lição de Santiago Mir Puig<sup>48</sup>, para quem a causa do delito é sempre a sociedade. Por isto questiona o sentido em ressocializar o delinqüente em vez de modificar a sociedade?

<sup>46</sup> MUÑOZ CONDE, Francisco. **La resocialización del delincuente: análisis y crítica de um mito**. IN: **Política y reforma del derecho penal**. Coord. Santiago Mir Puig. Bogotá: Temis, 1982. p. 131 e ss.

<sup>47</sup> MUÑOZ CONDE, F. Idem, p. 135.

<sup>48</sup> MIR PUIG, Santiago. **Qué queda en pie de la resocialización?** San Sebastián: Eguskilore, 1989. p. 35-41.

Cabe questionar igualmente que espécie(s) de conduta o Estado deseja incutir nos ressocializandos? Que valores pretende impor-lhes? Qual o perfil dos apenados? De que segmentos sociais eles provêm?

O discurso fala de reintegração, reinserção social ou ressocialização, cujos prefixos indicam o retorno a uma condição anterior, isto é, integrar novamente, inserir-se de novo na sociedade, voltar à socialização. Mas daí cabe a pergunta: a que espécie de sociedade? Sabe-se que entre os diversos estratos sociais há diferentes padrões de vida, de comportamento. A esse respeito, Roberto Bergalli<sup>49</sup> lembra que “existem muitas diferenças entre as normas, valores e modelos de comportamento das diferentes classes sociais . . .”.

Convém lembrar também a lição de Francisco Muñoz Conde<sup>50</sup>, que afirma não existir uma absoluta correlação entre delinquência e ressocialização, bem por isso nem todos os delinquentes precisam dela, pois, mesmo que tenham cometido um delito, não rompem seus vínculos com a sociedade, continuando a respeitar-lhe a legalidade penal. Assim, a exemplo do que se apregoa como desnecessária a prisão para uma série de delitos menos graves, por igual, pode-se dizer que o “treinamento” para a ressocialização, é plenamente dispensável em relação aos autores de crimes de pequena monta ou, como usado na Lei nº 9.099/95, os crimes de “menor potencial ofensivo”. Também podem ser incluídos os autores de crimes passionais, posto que, ao cometer tais crimes, as pessoas são movidas muito mais por questões emocionais do que sociais.

O mesmo autor ressalva que não são apenas os infratores de pequenos crimes que a ressocialização não alcança. Há criminosos de grande porte que, igualmente, não necessitam de semelhante tratamento. Como exemplificativo, cita os criminosos de guerra, os quais, em que pese a extensão de seus crimes, nunca se sentiram alheios à sociedade e sua reincorporação não acarretaria maiores problemas. Outro exemplo citado é o dos autores da chamada delinquência econômica.

<sup>49</sup> BERGALLI, Roberto. **Readaptación social por medio de la ejecución penal?** Madrid: Publicaciones del Instituto de Criminología. Universidad de Madrid, 1976. p. 46.

<sup>50</sup> MUÑOZ CONDE, Francisco. **La resocialización del delincuente: . . .** p. 139.

Efetivamente, nem todos os apenados precisam submeter-se ao processo ressocializador. Para muitos, totalmente desnecessário; para outros, ineficaz. Entendida como reinserção social<sup>51</sup>, a ressocialização supõe uma transformação interior, uma auto-conscientização, uma mudança interna. Ela não se efetiva se as alterações de comportamento e de atitudes acontecem apenas exteriormente, pois este aparente conformismo pode dar-se unicamente pelo medo do castigo, da inflição da pena. Assim, caso os meios coativos venham a ser supridos, fatalmente irão desaparecer aquelas atitudes tidas como ressocializadas.

Ora, tudo isso acontece porque, na efetividade, não se operou a mudança desejada. A prisão, vale repetir, não se presta para isto.

A par dessa questão, convém lembrar que muitas das práticas carcerárias em nada favorecem a ressocialização. Por exemplo, o tratamento dispensado ao detento, por parte do Estado, através de seus funcionários e agentes prisionais é, com frequência (senão de regra), inibidor e desestimulante. Efetivamente, com o intuito de manter a disciplina e favorecer o controle, são comuns os maus tratos, o distanciamento, a indiferença, a negação não só de favores ou benefícios como também de direitos, gerando nos apenados um clima de revolta e de desesperança.<sup>52</sup>

Ora, com semelhante ensinamento, pode-se reafirmar que a ressocialização, embora discurso declarado pelo sistema, não é, na efetividade, o fim verdadeiro e principal da pena privativa de liberdade, mas, operado pela "eficácia invertida" deste sistema, cumpre funções criminógenas, estigmatizante e de reincidência.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> BARATTA, Alessandro. *Resocialización o control social: por un concepto crítico de "reintegración social" del condenado*, p. 254.

<sup>52</sup> Sabe-se que no Presídio Municipal de Chapecó, todos os presos (mesmo os provisórios) são submetidos a corte de cabelo, desde o início do internamento sob pretexto de melhores condições de higiene.

<sup>53</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Introdução crítica ao estudo do sistema penal*, p. 32.

### 2.3- (RE)SOCIALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIAL.

É fato incontroverso que é impossível socializar ou ressocializar uma pessoa mantendo-a afastada da sociedade, pois tal tarefa exige experiências práticas, não podendo limitar-se à teoria.<sup>54</sup>

Contrariamente ao objetivo (re)socializador, ocorre exatamente o inverso: o detento, com seu afastamento da sociedade, perde os elos que o ligam a ela e à família, perde o “jeito” do convívio social e adquire outros, próprios da cultura carcerária, que, quando sair, vai sentir-se um “estranho na multidão”.

Cezar Roberto Bitencourt<sup>55</sup> aponta, dentre outros fatores negativos à ressocialização pelo cárcere, a perda da convivência social e dos seus efeitos positivos, dizendo: “A segregação de uma pessoa do seu meio social ocasiona uma desadaptação tão profunda que resulta difícil de conseguir a reinserção social do delinquente.”. E os efeitos negativos são tanto maiores quanto mais longa for a pena de condenação. Por isso, as penas de longa duração já não devem mais ser admitidas, pois a sociedade sofre mudanças profundas, de forma muito rápida, que não podem, evidentemente, ser acompanhadas por quem não está inserido nela.

Uma pessoa que, por exemplo, fica 10 anos (nem precisa tanto) recolhido a uma prisão, ao sair dela vai encontrar um “mundo” muito diferente daquele que deixou. E na prisão o tempo pára, nada evolui. Para o Estado, interessado na manutenção do *status quo*, não interessam as evoluções. Por tudo isto, a readaptação social vai ser muito difícil (senão impossível) de acontecer.

Alessandro Baratta<sup>56</sup>, sobre o afastamento do preso da sociedade, e seus efeitos negativos, assim se pronuncia: “Um dos elementos mais negativos da instituição carcerária

---

<sup>54</sup> A título de exemplificação, seria o mesmo que pretender ensinar alguém a jogar futebol, apenas com ensinamentos teóricos, sem lhe oportunizar contato com a bola, com o campo de futebol e com seus parceiros de time.

<sup>55</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: ...** p. 146-147.

decorre do isolamento do microcosmo carcerário em relação ao macrocosmo social, que vem simbolizado pelos muros da prisão." E complementa dizendo que enquanto esse estado de coisas continuar, as chances de ressocialização são mínimas, pois "Não se pode segregar pessoas e ao mesmo tempo pretender reintegrá-las."

Trata-se, em verdade, de um autêntico paradoxo: o Estado retira o cidadão da sociedade, sob a alegação de que quer socializá-lo.

Mesmo que a segregação, na forma como funciona o sistema carcerário, deva existir, ela não pode, em absoluto, fazer uma cisão entre presos e sociedade. Ao contrário, o vínculo deve ser mantido. E este intercâmbio deve funcionar tanto de fora para dentro como o inverso, isto é, de dentro para fora. Assim, não só deve ser assegurado o direito da família e parentes visitar seus presos, como estes devem ter o direito de, amiúde, sair da prisão para visitar sua família. E mais: esse contato não deve resumir-se às relações preso/família, mas estender-se à comunidade como um todo.

Muitos são os meios e as oportunidades que podem viabilizar essa integração, como sessões de esporte, culturais, educacionais, eventos familiares e comunitários, acontecimentos sociais. De máxima importância e de extrema utilidade é a prática de atividades laborativas, seja dando condições para que empresas abram campos de trabalho no interior dos estabelecimentos prisionais, aproveitando a mão de obra carcerária, seja permitindo que os presos saiam da prisão para trabalhar nas empresas. E, o que é muito importante, que as atividades desenvolvidas contribuam para que os presos encontrem mercado de trabalho quando saírem da cadeia<sup>57</sup>, favorecendo-lhes a reinserção social.

---

<sup>56</sup> BARATTA, Alessandro. *Resocialización o control social*: ... p. 254.

<sup>57</sup> A respeito da preocupação com a inserção do ex-presidiário no mercado de trabalho, cabe destacar projeto de lei apresentado recentemente (dezembro/2000) pelo deputado paulista Eduardo Suplicy que prevê a obrigação de as empresas que trabalham com o governo federal serem obrigadas a ter em seus quadros uma porcentagem mínima de ex-presidiários.



## 2.4- QUANTIFICAÇÃO DE PENA NECESSÁRIA À RESSOCIALIZAÇÃO.

A pena tem uma finalidade ressocializadora (é a principal), mas a classificação do criminoso é realizada pelo crime praticado e pela sentença a ele atribuída.

Mas, onde está a avaliação do criminoso? Se a pena é ressocializadora, como se avalia a eficiência desta função? E, caso a pena cominada exacerbe o tempo suficiente para sua ressocialização, de que servirá o restante da pena?

Ora, sendo a finalidade principal da pena a (re)socialização do apenado, cabe ser criticada a pré-determinação da quantificação da pena a ser definida na sentença, pois o julgador não tem condições de saber quanto tempo é necessário para alcançar o fim perseguido. Cada sentenciado tem seus aspectos individuais, suas características próprias, daí a necessidade da classificação de cada um, o que deve ser feito por profissionais capacitados.

Observa-se que o anterior objeto das políticas criminais, o ato criminoso, desloca-se para o ator. Com isso, obrigatoriamente, alterou-se o significado e a organização das prisões. A respeito, leciona Antônio Luiz Paixão<sup>58</sup>:

“Seu (da prisão) objetivo já não é a custódia ( . . . ), mas a recuperação do criminoso. Este não é parte de uma massa indiferenciada e amorfa. Há que identificar e diagnosticar as múltiplas determinações causais de seu comportamento para a aplicação das terapias eficientes de recuperação. O novo paradigma demanda, portanto, a *classificação* dos criminosos.”

Conforme o mesmo autor, essa *classificação* é necessária para determinar-se a natureza da criminalidade do agente e deve ser realizada por equipes interprofissionais, capazes de recomendar programas terapêuticos mais apropriados e consistentes para cada caso. Que não precisa ser exatamente a prisão, que, é sabido, tantas vezes desnecessária, quando não prejudicial.

<sup>58</sup> PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir?: como o Estado trata o criminoso*, p. 32.

Aliás, a respeito da desprisionalização, merecem ser destacadas as seguintes considerações oferecidas pela Comissão acerca do Projeto de Lei que altera a Parte Geral do Código Penal:

**Item 13** – Como já afirmado, o núcleo da presente reforma desenvolveu-se em torno do título das penas. O espírito que norteou a reforma de 1984 continua presente nesta parte, principalmente quando reafirmamos que ‘uma política criminal orientada no sentido de proteger a sociedade terá de restringir a pena privativa de liberdade aos casos de reconhecida necessidade, como meio eficaz de impedir a ação criminógena cada vez maior do cárcere. Esta filosofia importa obviamente na busca de sanções outras para delinquentes sem periculosidade ou crimes menos graves. Não se trata de combater ou condenar a pena privativa da liberdade como resposta penal básica ao delito. Tal como no Brasil, a pena de prisão se encontra no âmago dos sistemas penais de todo o mundo. O que por hora se discute é a sua limitação aos casos de reconhecida necessidade.

Mas, retornando à questão da quantificação das penas, cabe transcrever a seguinte lição de Foucault<sup>59</sup>:

ela (a prisão) permite quantificar exatamente as penas, graduá-las segundo as circunstâncias, e dar ao castigo legal a formas mais ou menos explícita de um salário; mas corre o risco de não ter valor corretivo, se for fixada em caráter definitivo, ao nível do julgamento. A extensão da pena não deve medir o ‘valor de troca’ da infração; ela deve se ajustar à transformação ‘útil’ do detento no decorrer de sua condenação. Não um tempo-medida, mas um tempo com meta prefixada. Mais que a forma do salário, a forma da operação.

Por seu turno, Paulo Roberto da Silva Passos<sup>60</sup>, questiona, no caso de uma pessoa condenada a 4 ou 5 anos de prisão que viesse a se “socializar” ou “ressocializar” em um ano, tendo a pena alcançado sua finalidade ressocializadora, o que deveria ser feito com o restante do tempo da pena? Pergunta o autor se esse *plus* não seria “mera vingança pública”?

<sup>59</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: ... p. 205.

<sup>60</sup> PASSOS, Paulo Roberto da Silva. **Elementos de criminologia e política criminal**. Bauru, SP: EDIPRO, 1994. p. 24.

Faz também um raciocínio inverso, isto é: se, após o cumprimento de todo o tempo da pena cominada, o condenado não apresentar melhora, deveria ser solto?

Ora, como o objetivo é alcançar a (re)socialização, o que importa é a obtenção do resultado. Para tanto, o tempo deve funcionar apenas como instrumento, a ser usado na quantidade necessária à consecussão do fim desejado.

## **2.5- CARÁTER DISCRICIONÁRIO NA APLICAÇÃO DA PENA**

Se o período (tempo de pena) tem alguma correlação com a ressocialização, quais os parâmetros para se estabelecer a extensão de pena tão diferenciada para um mesmo crime, cuja “discricionariedade” é critério exclusivo e, por vezes, “arbitrário” do julgador?

Efetivamente, muitos dos dispositivos penais prevêm uma elástica faixa entre o mínimo e o máximo de tempo que pode ser cominado à pena aplicada. Assim, apenas para exemplificar, toma-se o artigo 318, do Código Penal, (corrupção passiva), cuja pena pode variar entre 1 (um) a 8 (oito) anos, e para o peculato (artigo 312, CP) a faixa situa-se entre 2 (dois) e 12 (doze) anos de reclusão. Para o crime de tráfico de entorpecentes (artigo 12, da Lei 6.368/76), a pena pode variar entre 3 (três) e 15 (quinze) anos.

É tempo muito elástico, que fica ao livre arbítrio do juiz. E os critérios para estabelecer a quantidade de pena vêm catalogados no artigo 59, do Código Penal, que podem ser resumidos basicamente num exame superficial da personalidade e da periculosidade do sentenciado. Mas é, além do mais, um exame feito por um homem só (o juiz) e inteiramente subjetivo.

A propósito do tema, sensível às impropriedades de alguns dos critérios quantificadores da pena e das determinantes influências sociais à criminalidade<sup>61</sup>, o projeto de lei que altera a parte geral do Código Penal ofereceu nova redação ao artigo 59 do Código Penal:

Art. 59. O juiz, atendendo à culpabilidade, antecedentes, reincidência e condições pessoais do acusado, bem como as oportunidades sociais a ele oferecidas, aos motivos, circunstâncias e consequências do crime e ao comportamento da vítima, estabelecerá conforme seja necessário e suficiente a individualização da pena:

O que vem ao encontro daquilo que já se referiu acerca do descompasso existente entre a proposta terapêutica da pena (ressocialização), sua quantificação e a discriminatória aferição de algumas circunstâncias ainda em vigor em nosso Código Penal, o que é bem esclarecido pelas considerações apresentadas pela Comissão encarregada do estudo do mencionado Projeto de Lei, em seu Item 36:

“Na seara dos critérios relativos ao autor, cedem lugar a personalidade, de improvável e discriminatória aferição e a conduta social, pelas condições pessoais e oportunidades sociais a ele oferecidas, expressões mais atuais e que revelam a plúrima dimensão do homem como centro de valorização do direito penal”.

Destarte, ressalte-se que o conceito de **personalidade**, de aferição reconhecidamente improvável e discriminatória, vige ainda, não só no atual artigo 59 de nosso Código Penal, como já citado, mas também no artigo 5º da Lei de Execução Penal, constituindo-se num dos elementos classificadores e orientadores da individualização da pena.

Não fosse isto, há uma outra questão pertinente, pois, em algumas situações, o juiz que aplica a pena não é o mesmo que a executa. Logo, surge a questão de saber se o critério “personalidade”, a ser observado para execução da pena, é aquele já fixado pela sentença condenatória ou será outro, agora observado pelo juízo de execução.

---

<sup>61</sup> O reconhecimento da influência social na construção da criminalidade (criminalização) está em consonância com o modelo da Reação Social.

Não se pode esquecer que, em muitos casos, o preso já esteve recolhido por força de prisão preventiva, pronúncia etc. Conseqüentemente, em tese, é de se admitir que sofreu, por força desta prisão, um “processo ressocializador”, o que, de regra, nunca é levado em conta na execução de sua pena fixada definitivamente, se admitirmos que o juiz da execução seja o mesmo prolator da sentença.

## **2.6- INADEQUAÇÃO NO PREPARO PROFISSIONAL E INTELECTUAL DO PRESO**

O preso chega na prisão despreparado para permanecer nela e sai dela despreparado para viver na sociedade.

Efetivamente, jamais o sistema carcerário lembrou que poderia (e deveria) preparar psicologicamente o sentenciado para sua permanência na cadeia. Ao contrário, o que acontece, de regra, é que antes de ser condenado, ele faz um “estágio” nas delegacias de polícia ou nas cadeias públicas, onde as condições de vida são muito piores do que aquelas que vai encontrar nas penitenciárias destinadas aos sentenciados. Também nunca se ouviu dizer que as prisões tenham se preocupado com a adaptação dos seus presos à vida carcerária.

A pessoa que é mandada para a prisão, por força do etiquetamento criminoso de que foi alvo, passa a viver totalmente afastada da sociedade, longe de tudo e de todos, exceto dos companheiros de infortúnio, das mais variadas espécies.

Ora, se a prisão é uma espécie de escola, onde o Estado pretende ensinar e capacitar os presos à vida em sociedade, devia-lhes oportunizar condições e ambiente propícios a essa educação. Preocupar-se, primeiro, com o presente, objetivando preparar o futuro almejado.

Feito isto, deve preparar os presos, nivelando-os, ou ao menos aproximando-os aos homens livres, com quem passarão a conviver na sociedade, após cumprido o estágio prisional.

Infelizmente, não faz nem uma nem outra coisa. Profissionalmente, os cursos e treinamentos ministrados nos estabelecimentos penais não são adequados às necessidades dos apenados, especialmente para seu ingresso no seletivo e exigente mercado de trabalho. Ou são totalmente inadequados ou, quando não, trata-se de habilitações muito limitadas, de escasso campo de trabalho ou, então, de muita concorrência.<sup>62</sup>

Assim, despreparado profissionalmente e estigmatizado, não encontra emprego. Retorna às práticas rotuladas como delitivas, é facilmente preso novamente, pois o ato praticado está entre aqueles etiquetados pelo sistema penal e ele enquadra-se dentre os selecionados pelo mesmo sistema. Retorna à prisão. Aumenta o índice de reincidência.

Esta é uma ilustração contundente de como o sistema penal funciona sob a lógica da seletividade e que, ao invés de controlar ou, pretensamente, acabar com a criminalidade, fabrica a delinquência.

No campo educacional, igualmente, não há maior preocupação com os presos por parte do poder público. E, atente-se para o fato de que a prisão é um local adequado para a instrução escolar. Há, principalmente, muito tempo disponível e muita clientela que necessita aprender.

Qualquer estatística prisional vai revelar que o grande contingente de presos é composto de pessoas de baixo nível escolar<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Os ofícios de montagem de grampos de prender roupas e de costura de bolas, por exemplo, são exercidos em quase todas (ou em todas) as prisões, entretanto são atividades laborativas que não encontram mercado de trabalho no mundo “extramuros”, nem utilidade prática.

<sup>63</sup> Levantamento realizado no Distrito Federal, em 1995, revelou que 75,8% da população carcerária não possuía o 1º Grau completo. E na Penitenciária Agrícola de Chapecó, conforme pesquisa realizada em julho/agosto de 2000, por este mestrando, a percentagem encontrada foi de 73,53%.

Existem programas educacionais, mas seu maior sucesso fica por conta da alfabetização. O aperfeiçoamento escolar é quase sempre nulo. Preso estudar fora da cadeia é muito raro acontecer e quando acontece vira manchete nacional.

## 2.7- CONDIÇÕES DAS PRISÕES

No tocante às más condições físicas da grande maioria dos estabelecimentos prisionais – o que é facilmente constatável e mostrado quase que diariamente pelos meios de comunicação – são elas consideradas empecilhos à tarefa de reintegração social, vez que, além do mais, são desumanas.

Outro fator relevante, a par das más condições físicas dos estabelecimentos prisionais, é a superlotação e, conseqüentemente, a falta de espaço para acomodar o elevado número de apenados<sup>64</sup>, sejam provisórios – à espera de julgamento, muitos deles em delegacias de polícia – sejam condenados, estes reclusos em penitenciárias.<sup>65</sup>

Se a situação é péssima nas penitenciárias, muito pior é aquela em que se encontram as cadeias públicas e próprias delegacias de polícia, onde ficam “provisoriamente” os presos que ainda não foram julgados.

Como tudo é “provisório”, os detentos ficam amontoados em cubículos, em número que corresponde ao no mínimo o dobro de sua capacidade, passando praticamente 23 horas por dia “trancafiados” em suas celas. Isto sem adentrar nas deficiências e carências de higiene, saúde, alimentação, lazer, etc.

---

<sup>64</sup> Pelo Censo Penitenciário Nacional de 1995, havia naquele ano 129.169 presos, o que dá uma média de 88 presos por 100.000 habitantes, ou UM preso para cada 880 pessoas.

<sup>65</sup> É o que determina a LEP. Entretanto, não é o que ocorre na prática. A respeito, o Censo Penitenciário de 1995 acusava que dentre o total de condenados, apenas 61,4 % cumpriam pena regularmente, em estabelecimentos prisionais apropriados. Os demais estavam irregularmente recolhidos em delegacias ou cadeias Públicas.

Mas, o que é ainda pior, é o fato de os presos estarem aí sem saber por quanto tempo, posto que ainda não houve sentença. E estão antecipadamente condenados e sofrendo as consequências de uma condenação, que poderá não vir.

Em qualquer das situações mencionadas, isto é, encontrar-se nas penitenciárias, presídios, cadeias públicas ou delegacias de polícia, há sempre grave ofensa à lei de Execução Penal, a qual determina o cumprimento da pena, nos regimes fechado e semi-aberto, em local apropriado, destinando-se para os presos cela com espaço físico mínimo de 06 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).<sup>66</sup>

## **2.8- QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS**

Os recentes levantamentos estatísticos realizados junto aos estabelecimentos penais do país tem demonstrado, ao contrário do que se imaginava, que não há escassez de funcionários. A bem da verdade, a média encontrada de um funcionário para cada três apenados é bastante alta e atende as necessidades e as recomendações técnicas, porém, verifica-se, numa análise mais crítica, a má distribuição deste efetivo profissional.

Relativamente ao pessoal que trabalha nas cadeias, verifica-se que em toda parte são em número sempre menor do que o mínimo necessário, muito menor, logicamente, daquele considerado ideal, em que pese as estatísticas mostrarem um quadro muito otimista. Neste sentido, o Censo Penitenciário de 1995, em seu Quadro XX, mostra que, entre os 22 Estados da Federação que responderam ao questionário dentro do prazo

---

<sup>66</sup> Conforme artigo 88, parágrafo único, letra “b”, da LEP, cujo dispositivo está em consonância com as Regras Mínimas da ONU.



estipulado, para um total de 81.398 presos havia 27.830 funcionários, o que perfaz uma média de menos de três presos para cada funcionário.<sup>67</sup>

Na prática, porém, seja pela má distribuição dos funcionários entre as penitenciárias, seja pela má distribuição interna, são poucos os funcionários que estão diretamente em contato com os presidiários. Como exemplo, traz-se a informação de Drauzio Varella<sup>68</sup> que, referindo-se ao Pavilhão 8, do presídio de “Estação Carandiru”, afirma que para cuidar de mais de 1.500 presos há entre 10 a 12 funcionários, isto durante o dia, pois à noite o número se reduz ao máximo de 07 funcionários.

Mas, não bastasse o número reduzido de efetivos para trabalhar diretamente com os presos, a falta de uma melhor qualificação profissional igualmente atenta contra a qualidade do trabalho dos funcionários que prestam seus serviços nos presídios.

Júlio Fabbrini Mirabete<sup>69</sup>, comentando o artigo 77, da LEP, que dispõe sobre as qualidades exigidas para os funcionários dos presídios, é enfático ao afirmar que “uma boa reforma penitenciária exige a preparação técnica e a formação humanista do pessoal penitenciário.” Na continuação, tece críticas ao baixo nível cultural, especialmente dos guardas, e à falta de critérios de seleção dos mesmos. Diz ser indispensável que os candidatos a cargos de funcionários de penitenciárias tenham aptidão especial para tanto. Requisito, aliás, que vem expresso no próprio dispositivo legal já referido.

Embora carente de estatísticas acerca do assunto, sabe-se da pouca preocupação do Estado em qualificar seu quadro de funcionários que atuam nos estabelecimentos prisionais. As exigências para ingresso na carreira são as comuns para todos os

---

<sup>67</sup> A título de ilustração, conforme o referido Censo, São Paulo contava com um funcionário para cada 5,95 presos, enquanto que Roraima possuía 147 funcionários para atender uma população carcerária de apenas 123 presos.

<sup>68</sup> VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 111.

<sup>69</sup> MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Comentários à Lei nº 7.210, de 11-07-84**. 8. Ed. ver. e atualizada. São Paulo: Atlas, 1997. p. 200.

funcionários públicos, como nível de escolaridade, aptidões físicas e intelectuais para o cargo. Os testes vocacionais, quando exigidos, não são suficientemente abrangentes para uma completa avaliação das condições psicológicas dos candidatos. Bem por isso o grande número de queixas e manifestações contra os funcionários, assuntos quase sempre presentes nas rebeliões.

Os cargos considerados de confiança, em geral, levam menos em conta a qualificação técnica do que a identificação político-partidária dos indicados, o que vem em prejuízo ao sistema penitenciário. Isto sem contar com as constantes substituições das pessoas que ocupam tais cargos, ficando sem solução de continuidade qualquer programa encetado pela administração que sai.

## 2.9- A (SUB)CULTURA CARCERÁRIA

De acordo com ensinamentos de Alessandro Baratta<sup>70</sup>, relativamente às mudanças de comportamento que ocorrem nas cadeias, o que normalmente se alcança nas prisões é uma alteração aparente, de fachada, no comportamento e nas atitudes dos reclusos, que geralmente desaparece quando longe da vigilância. Também não devem ser esquecidos os efeitos contrários provocados pela incorporação da subcultura da mentira e da dissimulação que o cárcere cria entre os seus reclusos<sup>71</sup>.

Diz Muñoz Conde<sup>72</sup>, relativamente à questão penitenciária, como meio pretendido

---

<sup>70</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999. p. 183-6.

<sup>71</sup> BITENCOURT, op. cit., p. 146-7: “Um dos problemas mais graves que a reclusão produz é que a prisão, por sua própria natureza, é um lugar onde se dissimula e se mente.”

<sup>72</sup> MUÑOZ CONDE, Francisco. **La resocialización del delincuente: . . .** p. 144.

com o fim de alcançar a ressocialização, que as críticas feitas a essa atividade não vêm apenas contra a própria ressocialização, mas também contra o meio ou sistema empregado para consegui-la, que é o tratamento penitenciário, destacando a falta de liberdade como fator que impede a consecução do objetivo ressocializador do recluso. E acrescenta que a falta de liberdade imposta ao preso, além de ser um obstáculo ao seu tratamento, produz efeitos negativos para a ressocialização.

A respeito do tratamento dispensado nas prisões, resume em duas objeções básicas: sua ineficácia, para os fins que enuncia no discurso, em consequência das más condições de vida verificadas nelas, e os perigos para os direitos fundamentais dos reclusos decorrentes da forma impositiva do tratamento.

No primeiro caso, a existência de uma subcultura carcerária, com uso e respeito de um regulamento ou código de postura e comportamento próprio, superior às normas oficiais da instituição carcerária, em que se destaca a absoluta imperiosidade do companheirismo e lealdade entre os presos, cujas regras vêm acompanhadas de sanções, que vão desde o isolamento e maus tratos, podendo chegar à pena capital.

À evidência, a imposição e a gradativa adoção dessa subcultura carcerária, mais que um elemento dificultador, é um empecilho à atividade ressocializadora. Cria no preso a chamada “desculturação”<sup>73</sup>, que é a perda das capacidades vitais e sociais para uma vida própria, de liberdade, de auto-confiança e de auto-determinação, passando a adquirir uma cultura que é própria do preso, a chamada “aculturação” ou “prisionalização”, processo pelo qual o apenado passa a adotar comportamentos e atitudes próprias da cultura prisional, incluindo-se usos e costumes, tradição e cultura dos estabelecimentos carcerários, a tal ponto que muitos chegam a aceitar a prisão como forma de vida<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> A respeito da terminologia e seu significado, ver especialmente BARATTA, op. cit. p. 184. Ver também GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 23, que usa a expressão “desculturamento”.

<sup>74</sup> BERGALLI, Roberto. **Readaptación social por medio de la ejecución penal?** p. 55, vê um aspecto positivo nessa conformação, em aceitando a vida prisional como *modus vivendi*, quando esse processo de prisionalização se opera nas pessoas condenadas a penas perpétuas.

No segundo caso, ou seja a falta de liberdade do apenado, que se traduz na imposição de tratamento e de adoção de uma cultura que o Estado considera ideal, é de se perguntar se realmente se efetiva a ressocialização nessas circunstâncias, ou seja, sem a aceitação, ou ao menos sem a colaboração do ressocializando, eis que, dessa forma, haveria simples manipulação do sistema sobre o encarcerado. Ou, segundo alguns historiadores, uma lesão aos direitos fundamentais da pessoa, posto que, nesse caso, conforme lição de Bergalli<sup>75</sup>, é indispensável o consentimento espontâneo, não bastando uma simples aceitação.

O tratamento sem o consentimento do apenado é manipulação. É ofensa aos direitos fundamentais do homem, que não os perde com a perda da liberdade. Assim, o preso tem o direito de não aceitar a cultura que o Estado pretende impor, especialmente se essa contraria seus princípios, sua escala de valores. É o “direito de não ser tratado” que, segundo Muñoz Conde<sup>76</sup>, é parte integrante do “direito de ser diferente”, o qual deve existir em toda sociedade pluralista e democrática.

## 2.10- REINCIDÊNCIA

O elevado índice de reincidência criminal é uma prova de que a prisão não se presta para o fim ressocializador. Ora, se muitos ex-detentos voltam à prática de condutas consideradas criminosas, na maioria das vezes as mesmas pelas quais foram anteriormente condenados, a conclusão lógica é que a pena restritiva de liberdade não foi eficaz na sua função de (re)socializar.

Infelizmente, o Censo Penitenciário de 1995 não contemplou esse dado, reputado como importantíssimo, relativo aos índices de reincidência delitiva. Em contato mantido

---

<sup>75</sup> BEGALLI, Roberto. op. cit. p. 67.

<sup>76</sup> MUÑOZ CONDE, Francisco. op. cit. p. 148.

via telefone, com representante do órgão responsável, obteve-se a confirmação de que realmente não houve referência a respeito desse assunto.

Em pesquisa realizada no ano de 1996, no Distrito Federal, por iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios<sup>77</sup>, ouvidos 1.584 presos, 30,7% deles responderam que eram reincidentes, dos quais 61,8% haviam reincidido em crimes contra o patrimônio. Aliás, esse último dado estatístico, qual seja a elevada reincidência que se verifica entre os infratores de crimes contra o patrimônio, torna obrigatória uma consideração colateral, para dizer que tal demonstra que, além da inefetividade do objetivo ressocializador, a questão social, o estado de pobreza, senão de miséria, a exclusão social, a falta de oportunidade de trabalho, também são causas que concorrem para a criminalização, onde o excluído social vê-se obrigado a atentar contra o patrimônio alheio para a subsistência própria e a de sua família.

Retornando-se à questão da reincidência, em sentido geral, tem-se que é muito elevado o número dos que, após cumprirem pena privativa de liberdade, voltam à prática dos mesmos considerados delitos. E, muitas vezes, da mesma espécie daqueles pelos quais foram anteriormente condenados. Ora, tudo isto acontece porque o “tratamento” dispensado pelas prisões não foi eficaz no sentido de controlar a criminalidade. Ao contrário, serviu para aumentar as condições e oportunidades para a criminalização.

A prisão age de forma inversa, como afirma Michel Foucault: “A prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos.”<sup>78</sup>

Diante disso, chega-se a questionar a responsabilidade do Estado face ao não cumprimento de suas promessas, isto é, de ressocializar aqueles que mandou e manteve na prisão por tanto tempo. Aliás, é um compromisso que assumiu com a sociedade, quando fez (e continua fazendo) tais promessas.

---

<sup>77</sup> LEITE, George Lopes (Org.). **O perfil do preso no Distrito Federal**. Brasília: Subsecretaria de serviços gráficos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 1998. p. 56-7.

<sup>78</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: ... p. 221.

À primeira vista, a idéia produz um certo choque e tende a encontrar resistência à tese de responsabilizar o agente público pela volta à delinquência por parte de ex-presos. Entretanto, considerando-se que uma das funções do Estado, com o segregamento prisional é, consoante o disposto no artigo 1º, da Lei de Execução Penal, “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.”, a pretensão deve encontrar ressonância, pois que semelhante ação é juridicamente possível e o Estado tem, sim, legitimidade passiva *ad causam*.

Não é diferente a responsabilidade de quem não executa ou executa mal uma tarefa que se comprometera realizar.

Em vez disso, o que está ocorrendo é exatamente o inverso. O Estado que deveria ser acionado é ele que, através do Ministério Público, aciona a máquina judiciária, objetivando ver condenado, novamente, o ex-detento, que voltou á prática de ações etiquetadas como criminosas. E o resultado é o retorno do ex-presidiário à cadeia, com os gravames decorrentes da reincidência.

### **CAPÍTULO III**

## **A RESSOCIALIZAÇÃO NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CHAPECÓ.**

### **3.1. OBJETIVO DA PESQUISA**

A pesquisa realizada na Penitenciária Agrícola de Chapecó pretendeu conhecer a realidade da Penitenciária e seu *modus operandi*, com o objetivo central de aquilatar a ocorrência, no caso em que grau, ou a inoccorrência da ressocialização dos seus apenados, que pretende ver realizada especialmente através do trabalho, o qual é oportunizado a todos os detentos.

A questão gera justificada curiosidade, pois o trabalho prisional constitui-se elemento principal para a finalidade ressocializadora da pena de prisão, nessa Penitenciária, que é alardeada pelo Estado e considerada pelos meios de comunicação como modelo dentre as instituições prisionais, o que é atribuído principalmente às oportunidades de atividades laborativas que a instituição oferece aos seus reclusos visando à efetiva reintegração do apenado à sociedade.

### **3.2. CARACTERÍSTICAS DA PENITENCIÁRIA**

A Penitenciária Agrícola de Chapecó, cuja sigla adotada nesta dissertação é PACH, está localizada nos limites do perímetro urbano de Chapecó, lado noroeste da cidade.

Criada em 11 de março de 1973, pela Lei nº 4.818, começou a funcionar em maio do mesmo ano. Possui 8.821m<sup>2</sup> de construção, erigida sobre uma área de 986.000m<sup>2</sup>.

Tem capacidade para abrigar 488 detentos, sendo 338 no regime fechado e 150 no semi-aberto<sup>79</sup>. De acordo com informação oficial, contida no Boletim de julho de 2000, havia naquele mês 351 presos cumprindo pena no regime fechado e 105 no regime semi-aberto, totalizando 456 detentos.

A Penitenciária é atendida por 138 funcionários, neles incluídos, além de cargos de gerência e administração, agentes prisionais, técnicos, assistente social, nutricionista, professores, pedagogo, odontólogo, médico psiquiatra e policiais militares.

Sob a denominação de laboterapia, a Penitenciária, de acordo com informações constantes em seus boletins, oferece aos seus apenados atividades laborativas diferenciadas de acordo com os respectivos regimes. Assim, os presos sob regime fechado trabalham em fábrica de tubos, marcenaria moveleira e artesanal, alfaiataria, costura de bolas, montagem de prendedores de roupa e reciclagem de lixo. E os presos em regime semi-aberto laboram na agricultura, horta, pecuária, suinocultura, aviários de postura, oficina mecânica, borracharia, fábrica de telas, serraria, apicultura e piscicultura. Existe ainda a prestação de serviços externos, para a Prefeitura Municipal de Chapecó, conforme convênio com a mesma, pelos quais os presos recebem R\$ 4,00 por turno de trabalho.

### **3.3. PROCESSAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

---

<sup>79</sup> Dados extraídos do Boletim Informativo da Penitenciária, de julho de 2000. O Boletim nº 01, de novembro de 1995, informa que a capacidade total era de 420 presos: 300 para o regime fechado e 120 para o semi-aberto. A diferença, conforme explicado por funcionário da Penitenciária, é decorrência das adaptações internas realizadas posteriormente.



Na elaboração da pesquisa, procedeu-se a entrevistas com os detentos da Penitenciária Agrícola de Chapecó, tanto daqueles que estão sob o regime fechado como os do regime semi-aberto.

Considerando-se as dificuldades de entrevistar a totalidade dos reclusos, optou-se pela entrevista de 15% da população carcerária, adotando-se o critério da seleção pela antigüidade de tempo de reclusão. Tal critério foi escolhido por entender que os detentos dessa faixa etária melhor poderiam opinar sobre a prisão e seus efeitos.

Assim, como à época da pesquisa empírica havia 105 presos no regime semi-aberto e 351 no regime fechado, foram entrevistados 16 e 52 presos, respectivamente, totalizando 68 pesquisados, num total de 456.

Os trabalhos de pesquisa realizaram-se nos meses de julho e agosto de 2000, na sede da Penitenciária, em dias previamente ajustados com o responsável pela segurança.

No mês de novembro, foi realizada entrevista com o administrador da Penitenciária.

Como método de coleta dos dados, utilizou-se, para os presos, questionários com perguntas abertas e questões fechadas, que eram colocadas ao entrevistado oralmente e cujas respostas eram transcritas nos formulários, resumidamente quando necessário. O mesmo procedimento adotou-se na entrevista com o administrador.

No formulário utilizado para entrevista com detentos, pretendeu-se qualificar os detentos, com 14 itens, obter informações quanto à(s) prática(s) delituosa(s) e informações preliminares sobre o trabalho. Num segundo momento, numa questão fechada, quis-se saber quais os sentidos que os presos davam ao trabalho, por ordem de importância. Em seguida, formularam-se mais 12 perguntas, abertas, perquirindo-se sobre diversos aspectos da prisão, a projeção de seus efeitos, as preocupações e destino após a saída da cadeia, cursos e treinamentos que a Penitenciária oferece. Por último, oportunizou-se que os entrevistados fizessem considerações sobre recreação, alimentação, saúde, visitas e outros

de seus interesses. Tudo foi resumido em 21 tabelas, com a devida interpretação.

Já o questionário destinado ao administrador da Penitenciária, composto de 20 questões abertas, objetivou em especial saber qual a política oficial adotada na Penitenciária, com relação ao trabalho prisional e à intensidade da ação interativa entre a população carcerária e a sociedade, com vistas à ressocialização dos apenados.

Como observação final, registre-se a normalidade com que ocorreu o processo da pesquisa empírica junto à Penitenciária, destacando-se a cordialidade e a boa vontade demonstradas pelo administrador e pelos agentes penitenciários com o pesquisador.

Merece especial registro as manifestações de consideração e amizade dos entrevistados para com o entrevistador, este interpretado como um aliado às suas causas.

É imperioso que se faça um alerta sobre a possibilidade de eventuais erros, nos dados estatísticos, especialmente pelo fato de que a pesquisa com os presos foi feita por amostragem, abrangendo apenas 15% da população carcerária.

### **3.4. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA**

#### **3.4.1. Pesquisa com presos**

A pesquisa com os presos foi realizada, conforme narrado no item 3.3, retro, nos meses de julho e agosto de 2000. O local foi o interior da Penitenciária, numa sala localizada próxima à do chefe de segurança. As entrevistas, realizadas individualmente, tiveram a duração média de 50 minutos cada uma. Por prescrição do regulamento interno, sob a alegação de segurança, os presos do regime fechado tinham as mãos algemadas, excetuando-se os que estavam em gozo de regalia.

Os principais dados foram resumidos em 21 itens, cada um assentado sobre tabelas e respectivos gráficos. As tabelas fornecem informações quantitativas do número de

presos, dentre os entrevistados, que se encontram em cada situação, conforme apresentada na 1ª coluna, com a respectiva porcentagem obtida considerando-se o número de entrevistados. Essas quantidades numéricas e porcentagens vêm apresentadas de forma individual por regime de cumprimento da pena, conforme colunas dois e três, e de forma geral na quarta.

Os gráficos, por sua vez, estão subdivididos em três: o primeiro, geral, fornece dados obtidos da “massa” carcerária como um todo; o segundo refere-se apenas aos presos do regime semi-aberto; e o terceiro restringe-se aos detentos do regime fechado.

Alerta-se para as tabelas 9, 13, 15 e 20 e respectivos gráficos, que não seguem a mesma padronização, pois nas três primeiras os entrevistados podiam dar mais do que uma resposta e na tabela 20 não há porcentagem, mas sim a pontuação<sup>80</sup> que os presos entrevistados atribuíram para cada significado que se pretendeu emprestar ao fator trabalho.

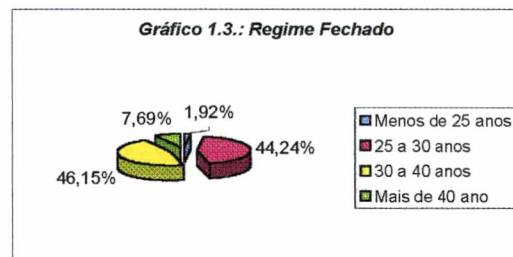
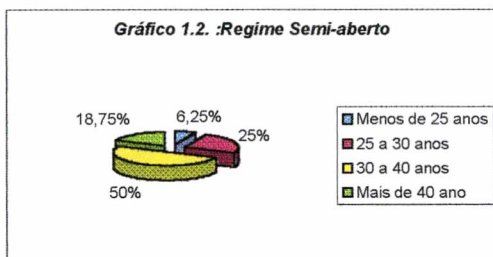
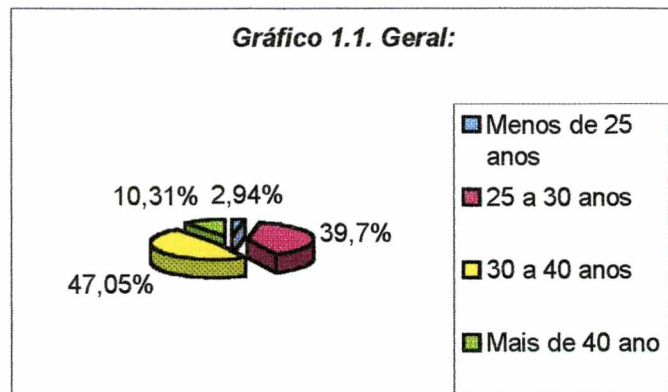
### 3.4.1.1- Idade dos presos

**Tabela 1: Idade dos presos**

FAIXA ETÁRIA	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
- de 25 anos	01	06,25%	01	01,92%	02	02,94%
25 a 30 anos	04	25,00%	23	44,24%	27	39,78%
31 a 40 anos	08	50,00%	24	46,15%	32	47,05%
+ de 40 anos	03	18,75%	04	07,69%	07	10,31%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

<sup>80</sup> A tabela e o gráfico 20 mostram a nota (na escala de ZERO a CEM) que os presos atribuíram a cada item relacionado ao trabalho.

Gráfico 1: Idade dos presos



A tabela e os gráficos demonstram que, na medição global da população carcerária, o grande número de presos situa-se na faixa etária entre 25 a 40 anos.

Na faixa menor que compreende dos 25 a 30 anos, verifica-se uma porcentagem de 39,70% dos presos e na de 31 a 40 anos essa margem eleva-se para patamares de 47,05%.

Ora, somando-se as duas faixas, chega-se a uma cifra de 86,77%, sobrando menos de 14% para as demais faixas etárias, isto é, menores de 25 e maiores de 40 anos.

A pesquisa, como se vê, mostra que o grande contingente de reclusos, na Penitenciária Agrícola de Chapecó-SC, está dentro da faixa etária em que a pessoa tem maior e melhor capacidade laborativa.

Ora, isso faz questionar se de fato não há interesse do Estado em manter encarceradas essas pessoas, considerando-se especialmente que é mão-de-obra que deixa de disputar vagas no mercado de trabalho e, com isso, além do mais, diminuir os índices de desemprego, nas estatísticas oficiais.

Por seu turno, comparando-se os resultados de uma e outra faixa, não há diferença acentuada entre os detentos que cumprem pena em regime semi-aberto e os do regime fechado. Exceção feita à faixa dos que ultrapassaram os 40 anos, pois nesta, o número de apenados que estão no regime semi-aberto é quase três vezes maior (18,75% contra 07,69%) do que aqueles do regime fechado<sup>81</sup>.

Tal resultado estatístico vem confirmar a tese da despreocupação do Estado com a ressocialização dos apenados tendo como componente ativo a qualificação do preso para o exercício de trabalho útil. Explica-se: no regime semi-aberto há possibilidade de exercer, aprendendo ou aperfeiçoando ofícios que podem encontrar mercado de trabalho aberto. Entretanto, como é sabido, a idade, superior a 40 anos, por si só é um elemento selecionador, que exclui o candidato.

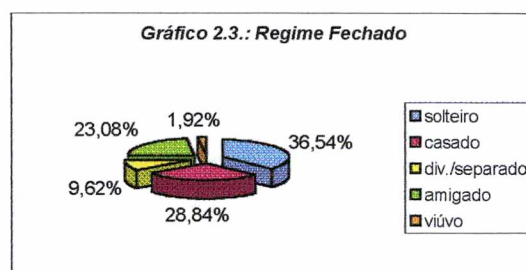
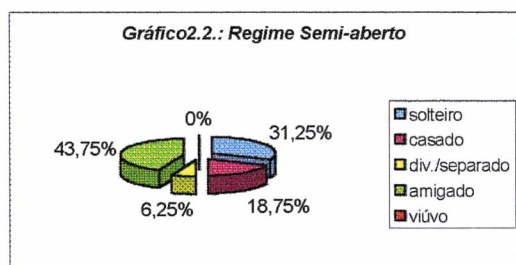
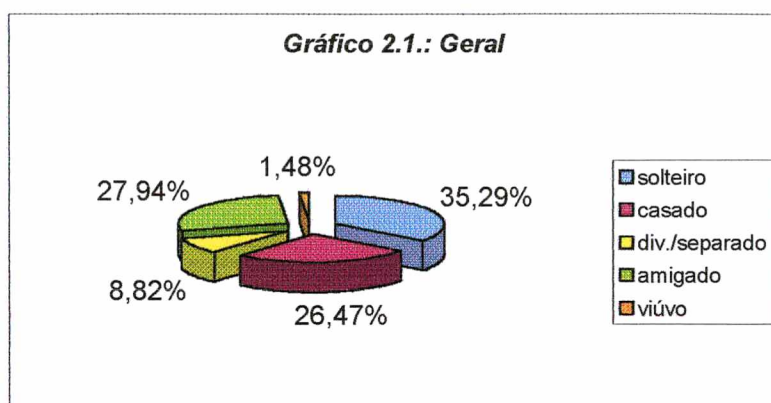
### 3.4.1.2- Estado civil dos presos

**Tabela 2: Estado civil dos presos**

Estado civil	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Solteiro	05	31,25%	19	36,54%	24	35,29%
Casado	03	18,75%	15	28,84%	18	26,47%
Separado/divorciado	01	06,25%	05	09,62%	06	08,82%
Amigado	07	43,75%	12	23,08%	19	27,94%
Viúvo	00	-	01	01,92%	01	01,48%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

<sup>81</sup> Este fato permite levar à conclusão que a antigüidade na cadeia tem muito mais efeito para a progressão de regime do que para a correção e a ressocialização dos apenados.

## Gráfico 2: Estado civil dos presos



Sobre este item, a pesquisa apenas confirma os resultados já obtidos em outras instituições, como a realizada no Distrito Federal, em 1998, por iniciativa da Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios<sup>82</sup>, onde se verifica a predominância dos solteiros, seguidos de perto pelos amigos, ficando os casados na terceira colocação.

Em termos comparativos, a pesquisa no Distrito Federal revelou que 43% dos presos eram solteiros, 34% amigos e 15% casados, enquanto que na Penitenciária Agrícola de Chapecó o número de solteiros é de 35,29%, os amigos são 27,94% e os casados representam 26,47% da população carcerária.

<sup>82</sup> LEITE, George Lopes (Org.). **O Perfil do Preso no Distrito Federal**, p. 30.

Se o número de solteiros é expressivo, os que têm família galga a primeira posição, pois que, somados os amigos e os casados, na PACH, chega-se à cifra de 54,41%.

Esse dado demonstra a importância que os detentos dão à família, até porque é uma instituição que, geralmente, não os abandona e os anima a continuar vivendo, apesar das mazelas da prisão.

Essa tese fica melhor confirmada com os resultados da questão nº 16, quando perguntados sobre onde pretendiam ir após a saída da prisão, 88,24% dos entrevistados elegeram a família como referencial de destino.

Infelizmente, tal elemento agregador não é muito valorado pela Penitenciária, haja vista as limitações às visitas que, no regime fechado ficam restritas a cada 15 dias e os encontros se dão em salas coletivas.

Essa prática contraria frontalmente as idéias ressocializadoras pregadas por Baratta, que preconiza a máxima interação entre população carcerária e comunidade, mormente presos e sua família.

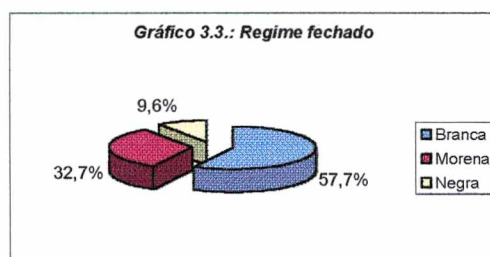
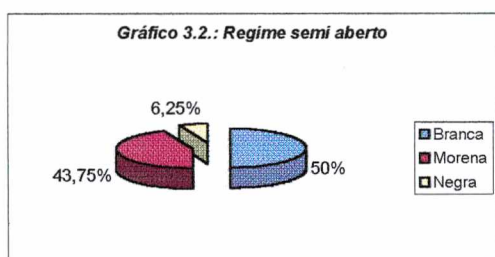
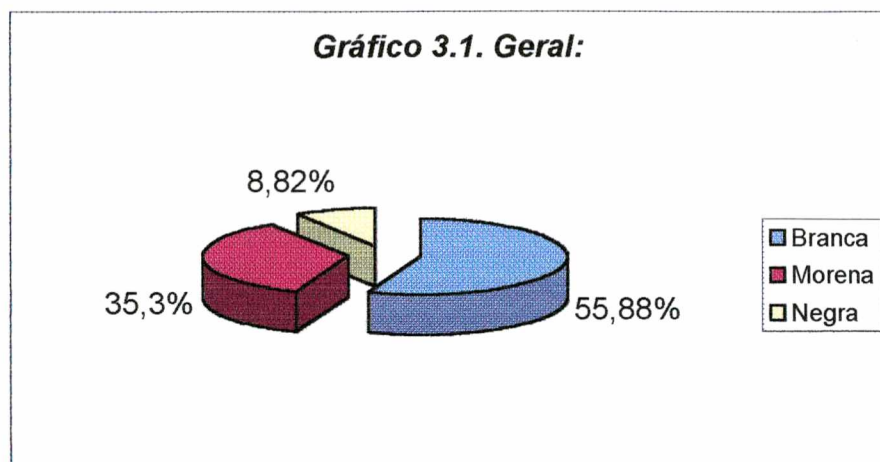
### 3.4.1.3- Cor dos presos

**Tabela 3: Cor dos presos**

COR DOS APENADOS	Regime semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Branca	08	50,00%	30	57,70%	<b>38</b>	<b>55,88%</b>
Morena	07	43,75%	17	32,70%	<b>24</b>	<b>35,30%</b>
Negra	01	06,25%	05	09,60%	<b>06</b>	<b>08,82%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>



**Gráfico 3: Cor dos presos**



Os resultados da pesquisa, relativos a esse item, aparentemente vêm de encontro ao clichê popular que, “no Brasil, só os **pretos, pobres e prostitutas** vão para a cadeia”.

Diz-se aparentemente, pois a “massa” carcerária pesquisada teve características peculiares. Primeiro, a pesquisa foi realizada em penitenciária exclusivamente masculina, o que prejudica o item relativo às **prostitutas**; segundo, porque a população que compõe a PACH é predominantemente de cor branca ou morena. Quase não há **pretos**. Por isso a pesquisa revela uma porcentagem média de apenas 08,82% de cor negra. Impõe-se, contudo, fazer menção ao fato de que, enquanto há 06,25% de negros que cumprem pena no regime semi-aberto, no sistema fechado o número eleva-se a 09,60%. É um dado que permite ser entendido como revelador da maior rigorosidade contra as pessoas de cor.



Ademais, deve-se esclarecer que o número reduzido de presos de cor negra justifica-se pela predominância de brancos e morenos que compõem a população da área de abrangência da PACH, o que encontra explicação pela colonização européia e a presença de índios (guaranis e kaingangues), assim como o resultado pela miscigenação dessas raças.

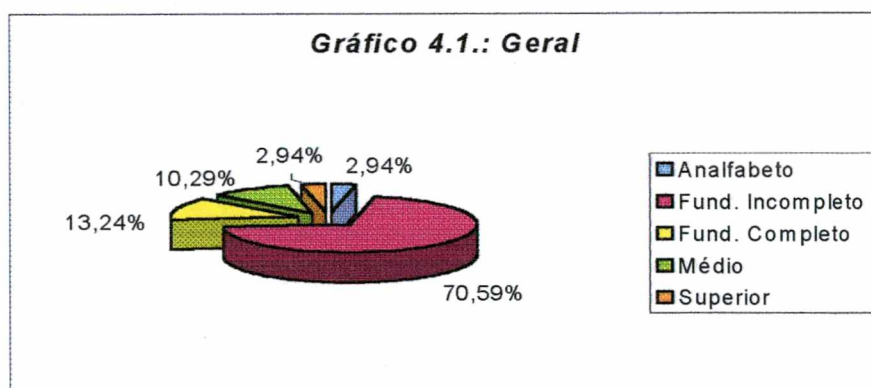
A regra também fica mantida em relação à população pobre, restando comprovada pelos resultados apresentados na “Tabela 7: Renda dos presos”, que mostra quais os rendimentos auferidos pelos presos antes de ingressarem na cadeia.

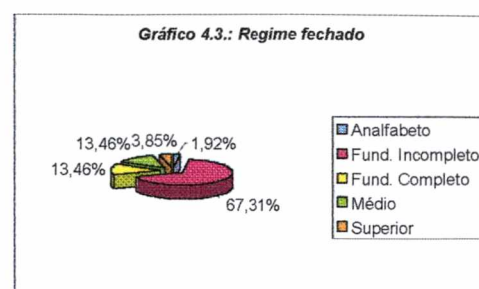
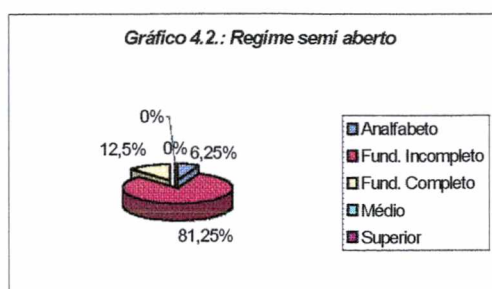
#### 3.4.1.4. Escolaridade

**Tabela 4: Escolaridade dos presos**

NÍVEL ESCOLAR	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Analfabeto	01	06,25%	01	01,92%	02	02,94%
Fund. Incompleto	13	81,25%	35	67,31%	48	70,59%
Fund. Completo	02	12,50%	07	13,46%	09	13,24%
Médio	00	-	07	13,46%	07	10,29%
Superior	00	-	02	03,85%	02	02,94%
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 4: Escolaridade dos presos**





A absoluta predominância é dos presos que têm apenas conhecimentos escolares básicos, traduzidos no saber ler e escrever, pois 70,59% da população carcerária disse possuir o Ensino Fundamental incompleto.

Dentre os que cumprem pena no regime semi-aberto não foi encontrado nenhum preso que tivesse curso médio, muito menos superior. Mas, no regime fechado, 13,46% dos detentos declararam haver concluído o antigo 2º grau e 03,85% serem portadores de diploma de curso superior. É no meio desses que se encontram especialmente os traficantes e estelionatários.

Cabe registrar-se o baixo número de analfabetos, o que se deve em grande parte à ação alfabetizadora empreendida pela Penitenciária. Entretanto, a preocupação com a instrução termina aí. Na pesquisa não foi detectado nenhum preso que dissesse ter permissão para estudar fora da prisão. E apenas 01 entrevistado manifestou disposição de prestar concurso vestibular. Para tanto, revelou estar se preparando por conta própria.

Sob esse aspecto, também, constata-se que o Estado não privilegia na prática a ressocialização dos seus presos. Contenta-se em proporcionar condições para que os analfabetos se alfabetizem, o que é elogiável sob o ponto de vista humanitário, mas não o suficiente para que se opere a propalada ressocialização de seus apenados.

Esta, no aspecto educacional, é muito mais do que a simples aprendizagem da leitura e escrita, a alfabetização. Ora, se ressocializar, em termos gerais, é proporcionar condições ao apenado para que se insira na sociedade, tornando-o membro participativo e

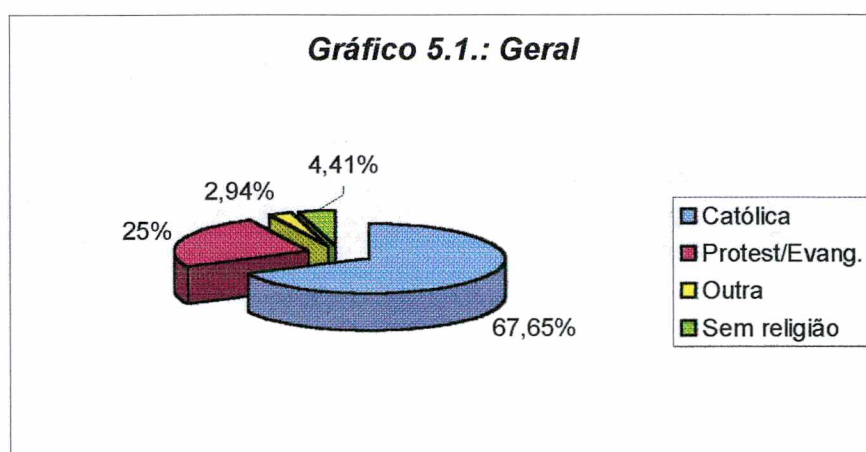
atuante, há que ser aproveitada parte do tempo de segregação para o aperfeiçoamento de seus estudos, galgando saberes, não importa a profissão que vá exercer quando em liberdade. Se, como é comum acontecer, a necessidade de trabalhar, quando em idade escolar, obrigou-o a abandonar a escola, deve agora aproveitar o tempo de que dispõe, para retomar os estudos interrompidos.

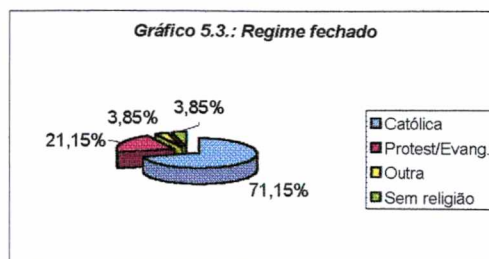
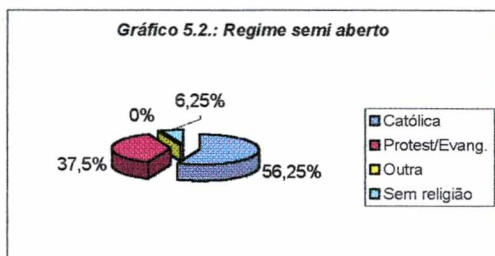
### 3.4.1.5. Religião

**Tabela 5: Religião dos presos**

Religião a que pertence	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Católica	09	56,25%	37	71,15%	<b>46</b>	<b>67,65%</b>
Protestante/Evangélica	06	37,50%	11	21,15%	<b>17</b>	<b>25,00%</b>
Outra	00	-	02	03,85%	<b>02</b>	<b>02,94%</b>
Sem religião	01	06,25%	02	03,85%	<b>03</b>	<b>04,41%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 5: Religião dos presos**





As religiões cristãs apresentam-se com absoluta predominância entre os reclusos, alcançando cifra de 92,65%.

O resultado revela a grande influência do cristianismo na região. Também revela a necessidade que o preso sente em apoiar-se naquele que acredita possuir muito mais poder que o poder atribuído ao Estado, que é opressor.

Mas o preso revelou também que as pregações dos padres, ministros e pastores são importantes ajudas, auxiliando-os a aceitar a cadeia. Disso resulta um estado de resignação e submissão, muito apreciado pelo sistema. Por isso, compreensíveis os elogios dos agentes e administradores prisionais aos trabalhos das religiões junto aos presidiários.

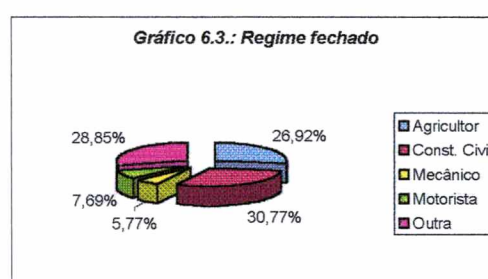
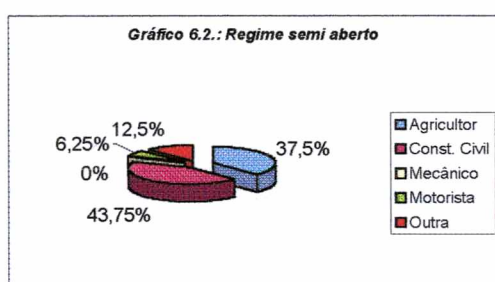
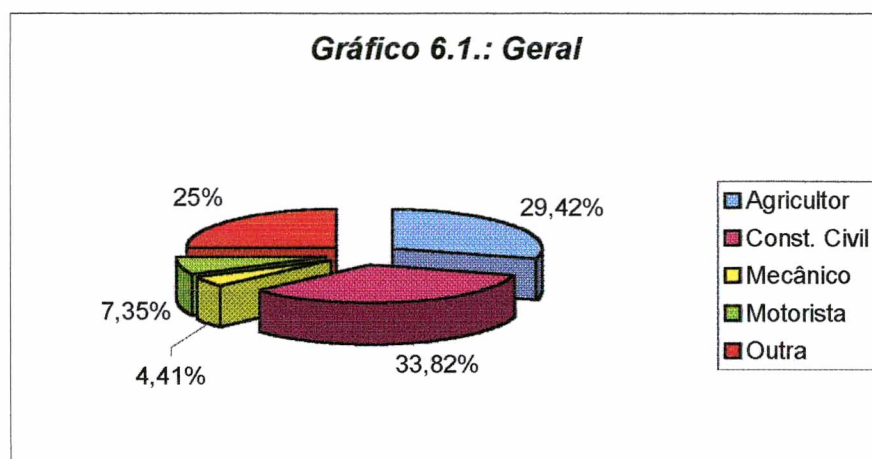
### 3.4.1.6. Profissão

**Tabela 6: Profissão dos presos**

Profissão que exercia	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Agricultor	06	37,50%	14	26,92%	20	29,42%
Constr. Civil	07	43,75%	16	30,77%	23	33,82%
Mecânico	00	-	03	05,77%	03	04,41%
Motorista	01	06,25%	04	07,69%	05	07,35%
Outra	02	12,50%	15	28,85%	17	25,00%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>



Gráfico 6: Profissão dos presos



Na região de abrangência da PACH predominam as atividades rurícolas, fato que auxilia a entender a cifra de 29,42% dos presos serem originários da agricultura.

Um pouco acima, com 33,83%, encontram-se os presos que exerciam suas atividades laborais no setor de construção civil, o que também é compreensível pelo desenvolvimento desse setor na região, mormente em Chapecó, cidade sede da Penitenciária.

Em ambos os setores, a porcentagem é maior entre os que cumprem pena no regime semi-aberto. Tal se explica pelas espécies de crimes cometidos pelos trabalhadores na agricultura e na construção civil: principalmente os contra a vida e a integridade física

(brigas de que resultam homicídios consumados e tentados e lesões corporais).

No item *Outra*, designativa de profissão, com predominância dos que se encontram presos em regime fechado (28,85%), aparecem diversas outras profissões, como: comerciante, segurança, contabilista, vendedor, fotógrafo, marceneiro, leiturista, diarista, etc, todos com uma porcentagem inferior a quatro pontos percentuais. Nesses aparecem com maior incidência os estelionatários, traficantes, estupradores e latrocidias.

O que se constata, também, é que a grande maioria da população carcerária exerce profissões que normalmente são de pouca lucratividade ou baixa remuneração. Os agricultores (29,42% dos presos), por exemplo, em sua absoluta maioria, são pequenos ou mini produtores rurais, o que também é característica regional. Os trabalhadores na construção civil (33,83% dos apenados), grande parte composta de serventes e auxiliares são, igualmente, pessoas que recebem remuneração pouco acima do salário mínimo. As demais profissões elencadas no parágrafo anterior também não auferem ganhos mais significativos. Como se vê, não se encontra entre os presos da PACH pessoas que exerçam atividades laborativas que proporcionam altos rendimentos. Não há, por exemplo, grandes comerciantes e empresários, ricos industrialistas, granjeiros, pecuaristas . . . pessoas, enfim, abastadas economicamente. E não se diga que ao menos algumas dessas pessoas não são dadas a práticas delitivas.

O que acontece é que, para confirmar a regra, é muito difícil que ricos e poderosos habitem as prisões.

Cabe, ainda, a respeito das profissões exercidas pelos presos, fazer-se ao menos uma consideração no que tange à proposta oficial de ressocialização: os agricultores, em geral, não necessitam de atividades, nem físicas nem mentais, objetivando sua reinserção social, podendo situar-se entre aqueles que não se desviaram das normas gerais de comportamento social e que têm condições de retornar à sociedade com naturalidade e sem nenhuma rejeição. Por seu turno, o trabalho em absoluto se presta para tanto. O agricultor necessita trabalhar não para aprender novo ofício, nem para aprimorar o que possui, posto que profissão ele já tem, em geral possui terra onde trabalhar, e na Penitenciária não

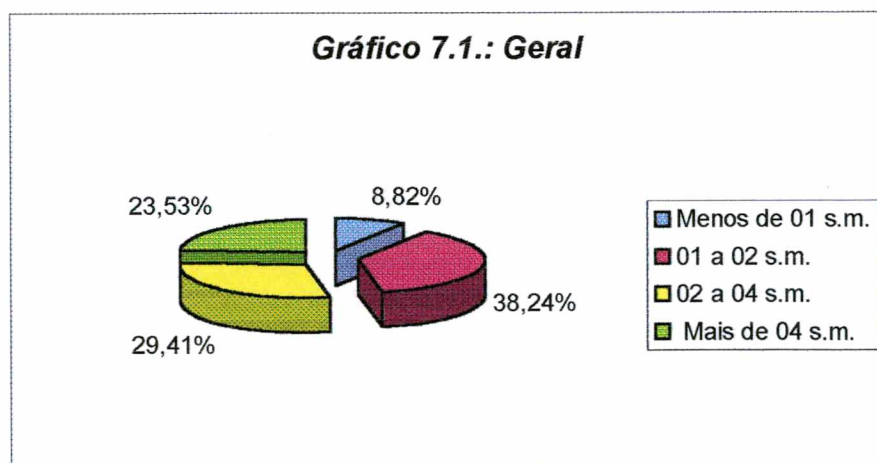
aprende técnicas novas de manuseio da terra, pois os treinamentos que o próprio governo oferece (por ser um setor produtivo) e os ministrados pelas cooperativas são melhores e mais eficazes do que aqueles oportunizados pela Penitenciária. Busca atividade laborativa para manter-se fisicamente ocupado. Essa é para ele a principal razão do trabalho.

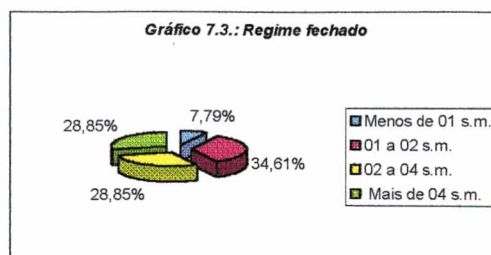
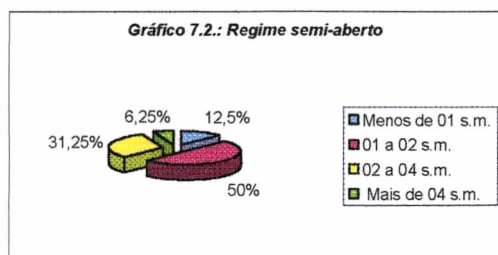
### 3.4.1.7 Renda

**Tabela 7: renda dos presos**

<b>Faixas de Renda</b>	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		<b>Total</b>	
- de 01 s.m.	02	12,50%	04	07,69%	<b>06</b>	<b>08,82%</b>
01 a 02 s.m.	08	50,00%	18	34,61%	<b>26</b>	<b>38,24%</b>
02 a 04 s.m.	05	31,25%	15	28,85%	<b>20</b>	<b>29,41%</b>
+ de 04 s.m.	01	06,25%	15	28,85%	<b>16</b>	<b>23,53%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 7: Renda dos presos**





O resultado da pesquisa sobre a renda que os presos auferiam antes de entrarem para a prisão aponta que a grande maioria (38,24%) recebia entre um a dois salários mínimos por mês, seguindo-se os que declararam receber entre dois a quatro salários mínimos, estes num percentual de 29,41%. Uma pequena parcela, num percentual de 08,82%, informou que não tinha renda fixa e que não conseguia perceber sequer o mínimo mensal. Houve um contingente de 23,53% que declarou possuir, antes da prisão, uma renda mensal superior a quatro salários mínimos, o que está de acordo com o número daqueles que declararam exercer profissões que, em tese, são mais lucrativas.

Como se vê, a maioria da população carcerária é de baixa renda, podendo ser considerada pobre. Isto confirma que a cadeia destina-se principalmente para os pobres.

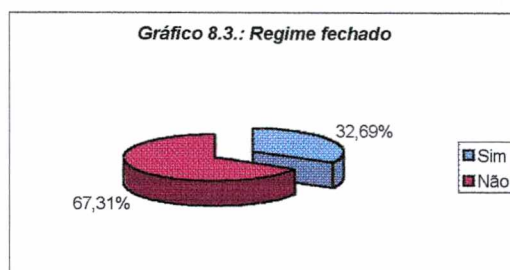
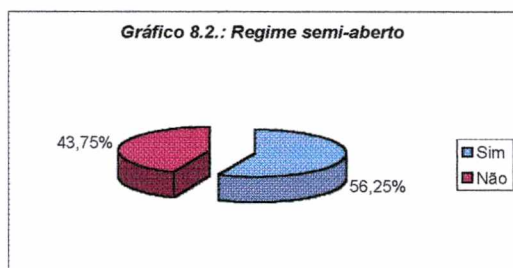
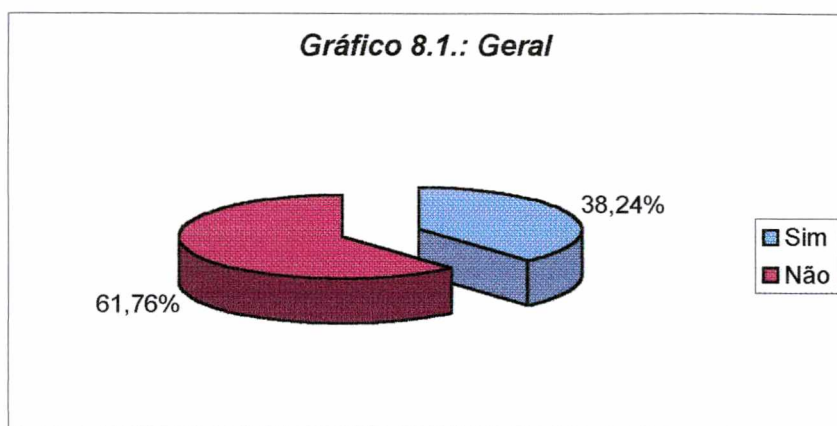
### 3.4.1.8. Casa própria

**Tabela 8: Possui casa própria?**

Possui casa própria?	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Sim	09	56,25%	17	32,69%	26	38,24%
Não	07	43,75%	35	67,31%	42	61,76%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>



### Gráfico 8: Casa própria



Juntamente com os itens 6 e 7, este objetivava saber o “status” social dos presos. Possuir ou não casa própria é uma forma relativamente segura de avaliar a condição social do entrevistado. O resultado indica que 61,76% pagam aluguel ou vivem na casa de parentes, seus ou da companheira, já que não possuem a sua própria habitação. E mais da metade dos que disseram ter sua casa própria referiram ser casebres ou casas de projetos habitacionais populares, destinadas às pessoas de baixa renda.

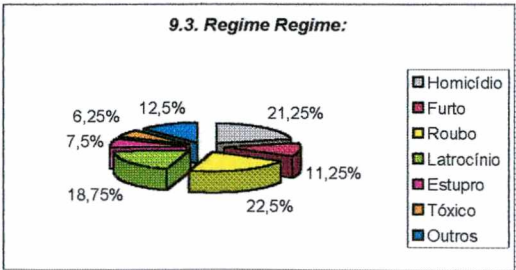
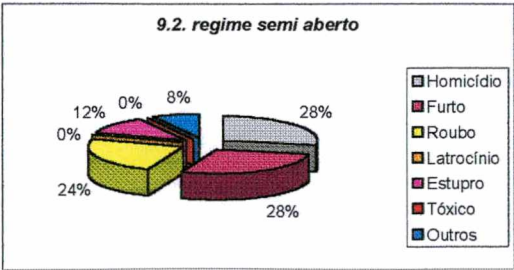
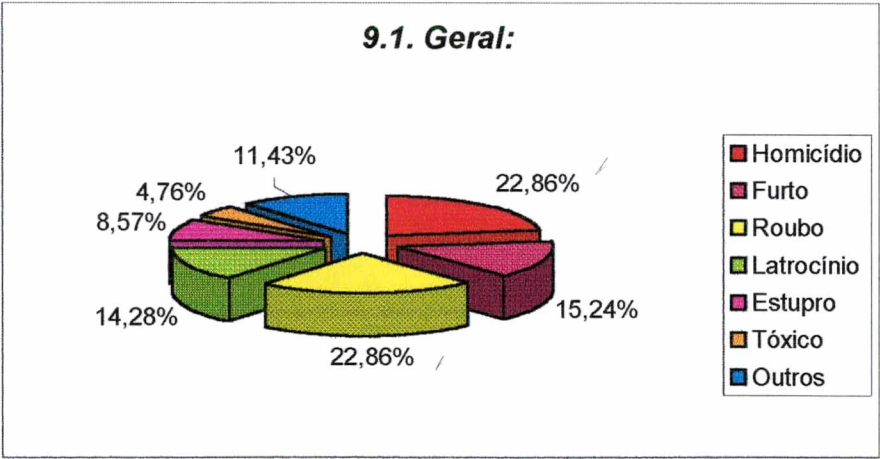
É mais um indicativo da condição de pobre que marca a população carcerária.

#### 3.4.1.9- Espécies de delitos

Tabela 9: Espécies de delitos dos presos

Principais delitos cometidos	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Homicídios	07	28,00%	17	21,25%	24	22,86%
Furtos	07	28,00%	09	11,25%	16	15,24%
Roubos	06	24,00%	18	22,50%	24	22,86%
Latrocínios	00	-	15	18,75%	15	14,28%
Estupros	03	12,00%	06	07,50%	09	08,57%
Tóxicos	00	-	05	06,25%	05	04,76%
Outros	02	08,00%	10	12,50%	12	11,43%

Gráfico 9: Espécies de delitos dos presos



Homicídios e roubos são as espécies de crimes com maior incidência entre os reclusos da Penitenciária Agrícola de Chapecó, os dois com um percentual de 22,86% e ambos com maior incidência nos presos que estão sob o regime semi-aberto.

Fazendo-se um comparativo com os resultados obtidos pela pesquisa realizada nos meses de agosto e setembro de 1996, no sistema penitenciário de Brasília, por iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios<sup>83</sup>, há uma porcentagem muito maior de presos por crimes de homicídio na Penitenciária Agrícola de Chapecó do que no Distrito Federal, pois nas penitenciárias da capital do país os presos por homicídios não chegam a 12% da população carcerária, enquanto que na PACH a porcentagem ultrapassa os 22%, conforme referido retro.

Roubos, furtos, latrocínios, crimes contra o patrimônio, juntos alcançam um percentual superior a 52 pontos.

Estupros aparecem com 08,75% dos crimes.

Finalmente, os crimes relacionados aos tóxicos, cuja porcentagem é considerada baixa, especialmente se comparada com a verificada em nível nacional<sup>84</sup>. Entretanto, cabe advertir que a pequena porcentagem de presos por práticas delitivas relacionadas a esse item não significa a baixa incidência dessa espécie de crime, mas sim à dificuldade de ficar caracterizado, comprovar tais práticas. Até porque seus autores são pessoas espertas que dificilmente se deixam cair nas malhas da polícia e da justiça. Isso é mais uma prova da seletividade que acontece no sistema prisional: os mais influentes, espertos e de posses quase nunca são aprisionados.

---

<sup>83</sup> LEITE, Jorge Lopes (Org.). **O perfil do preso no Distrito Federal**, p. 57.

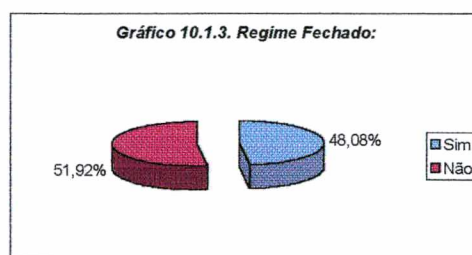
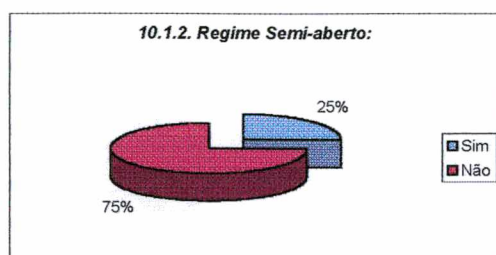
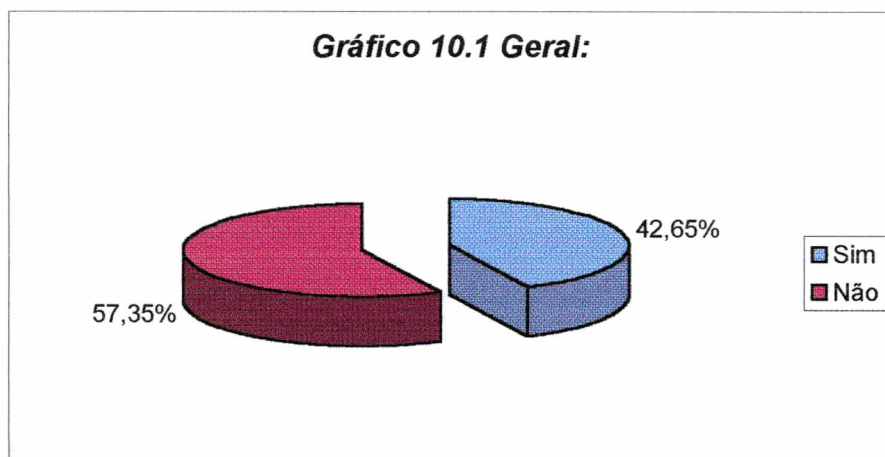
<sup>84</sup> No Censo Penitenciário de 1995, consta que 10,6% dos presos foram condenados por tráfico de drogas.

### 3.4.1.10/11- Reincidências

**Tabela 10: É reincidente tecnicamente?**

Reincidente tecnicamente	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Sim	04	25,00%	25	48,08%	29	42,65%
Não	12	75,00%	27	51,92%	39	57,35%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

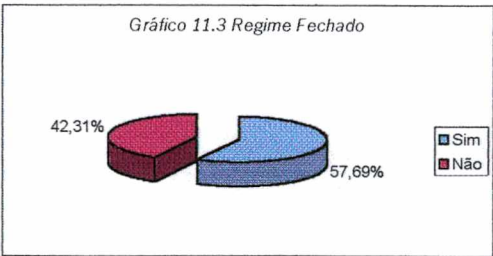
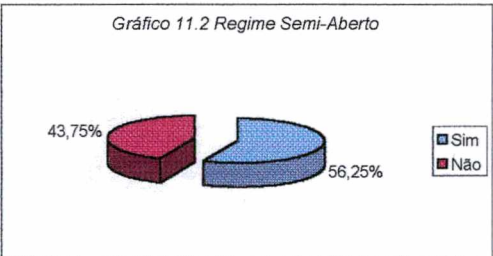
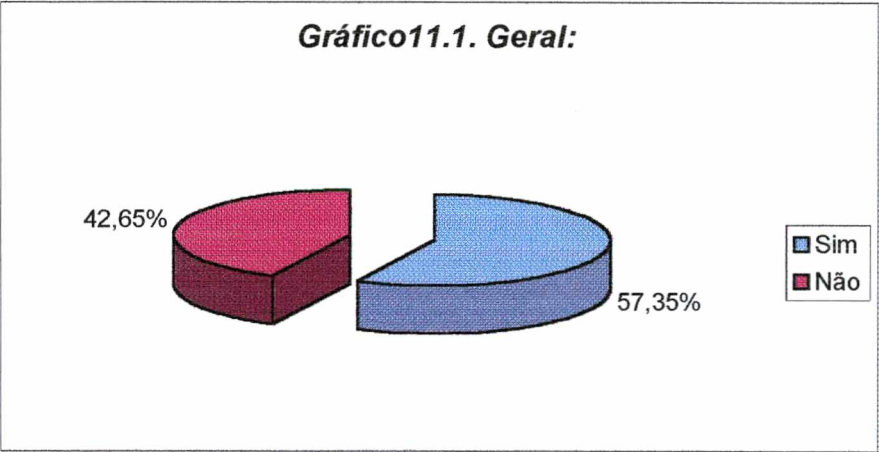
**Gráfico 10: Reincidência técnica dos presos**



**Tabela 11: É reincidente de fato?**

Reincidente de fato	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Sim	09	56,25%	30	57,69%	39	57,35%
Não	07	43,75%	22	42,31%	29	42,65%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 11: Reincidência de fato dos presos**



Neste item, a pesquisa pretendeu obter informações quanto à ocorrência de reincidência técnica e reincidência de fato. A primeira resulta da interpretação do artigo 7º, do Código Penal, entendida como a volta à delinquência após condenação; a segunda



considera a nova prática delitiva antes de qualquer sentença condenatória. No caso, não interessa se o novo delito é ou não da mesma espécie do anterior.

Em ambas as situações, a pesquisa revelou uma alta reincidência: 42,65% dos presos voltaram a delinquir após haverem sido condenados, e 57,35% cometeram outros crimes antes mesmo do julgamento do(s) crime(s) anterior(es).

Os resultados são taxativos: é grande a reincidência criminal.

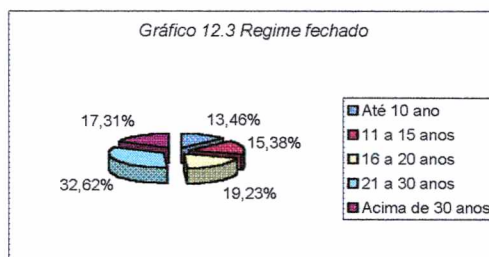
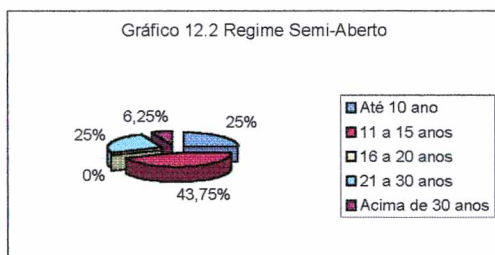
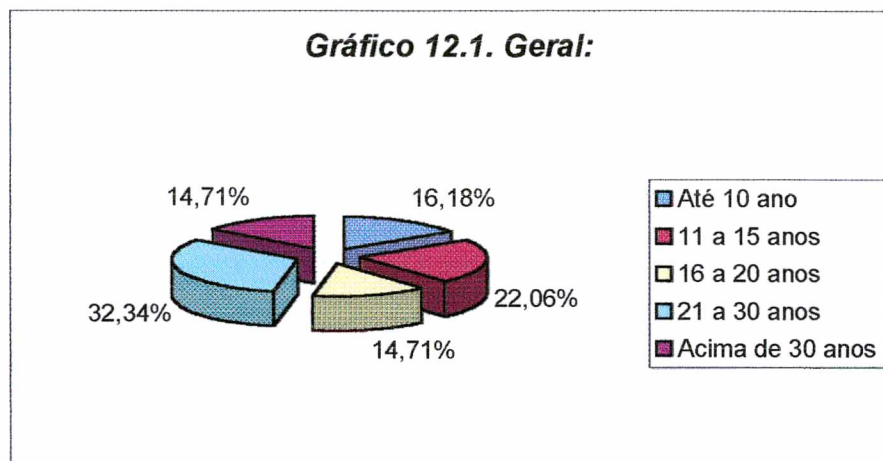
Tudo leva à conclusão que o objetivo ressocializador que o Estado atribui à pena de privativa de liberdade não se realizada, pois 42,65% dos presos que habitam a Penitenciária Agrícola de Chapecó voltaram à prática delitiva após haverem cumprido pena carcerária.

O resultado comporta ainda uma outra interrogação: será que com apenas o julgamento esses criminosos não teriam se conscientizado para a não reincidência, não precisando passar pelas agruras e pelo estigma da prisão? Ou uma outra forma de pena, que não fosse privativa de liberdade, não teria sido muito mais eficaz que a segregação?

#### 3.4.1.12 Pena aplicada

**Tabela 12: Pena aplicada**

Total da pena	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Até 10 anos	04	25,00%	07	13,46%	<b>11</b>	<b>16,18%</b>
11 a 15 anos	07	43,75%	08	15,38%	<b>15</b>	<b>22,06%</b>
16 a 20 anos	00	-	10	19,23%	<b>10</b>	<b>14,71%</b>
21 a 30 anos	04	25,00%	18	34,62%	<b>22</b>	<b>32,34%</b>
+ de 30 anos	01	06,25%	09	17,31%	<b>10</b>	<b>14,71%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 12: Pena aplicada**

Este quadro mostra o tempo, em anos, a que os presos foram condenados. A quantidade informada representa o *quantum* que resultou da soma das penas pelas práticas delitivas, quando for o caso.

O resultado dá conta que a maior porcentagem de presos está com aqueles que tiveram pena que fica entre 21 a 30 anos, alcançando uma cifra de 32,34%. É o dado mais significativo, servindo para dizer que as penas aplicadas são muito extensas, cujo fato dificulta, em muito, a atividade reeducadora, principalmente mantendo-se, por longo tempo, a distância entre preso, família e sociedade.

Este raciocínio vem confirmado na Tabela 13, que segue, onde 35,30% da população carcerária entrevistada queixou-se da elasticidade do tempo em que os presos ficam recolhidos nas casas prisionais.

Acrescente-se ao percentual já referido os 14,71% de presos que tiveram como condenação tempo superior a 30 anos, donde resulta que mais da metade (50,01%) tem pena a cumprir superior a 20 anos. Ora, comparando-se esses dados com aqueles da **Tabela 1: Idade dos presos**, onde mais de 97% dos reclusos têm idade superior a 25 anos, chega-se obrigatoriamente à conclusão que a grande maioria dos presos não será mais útil, em termos de trabalho, à família e à sociedade após saírem da prisão.

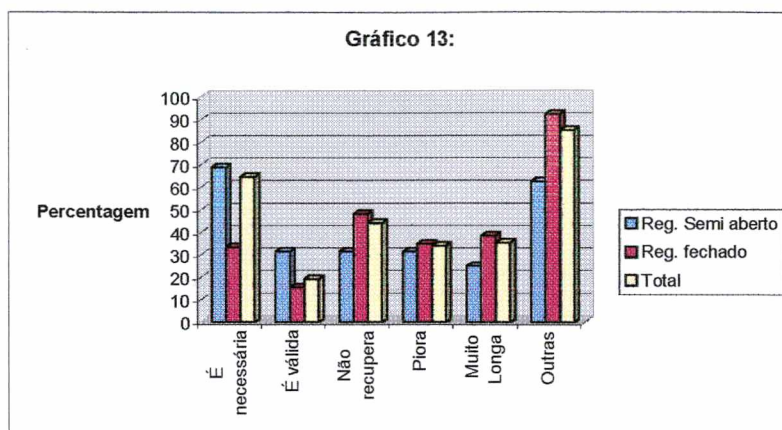
Este é mais um dado que vem somar-se à inadequação das atividades laborativas exercidas na penitenciária, com o objetivo ressocializador.

#### 3.4.1.13 Opiniões sobre a prisão

**Tabela 13: Opiniões sobre a prisão**

O que pensa da prisão	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
É necessária	11	68,75%	33	33,33%	<b>44</b>	<b>64,71%</b>
É válida	05	31,25%	08	15,38%	<b>13</b>	<b>19,72%</b>
Não recupera	05	31,25%	25	48,07%	<b>30</b>	<b>44,12%</b>
Piora	05	31,25%	18	34,61%	<b>23</b>	<b>33,82%</b>
É muito longa	04	25,00%	20	38,46%	<b>24</b>	<b>35,30%</b>



**Gráfico 13: Opiniões sobre a prisão**

Sobre esse item cabe, inicialmente, uma advertência: o total dos pontos percentuais ultrapassa os 100%, o que se deve ao fato de terem sido consideradas mais de uma resposta, desde que tida como importante, para cada entrevistado. Assim, alguns presos podem haver respondido que a prisão *é necessária*, mas também entenderam que ela *não recupera*, que é *longa* e ainda que, além de não recuperar e de ser muito extensa, *piora* o comportamento e a pessoa do preso.

A maior incidência de respostas coube ao item *necessidade* (64,71%). O que, a princípio, provoca certa perplexidade: o preso responder que a prisão é necessária. A questão, porém, encontrou explicação convincente dos próprios detentos: a prisão se faz necessária para tirar de circulação aqueles que, no seu entender, oferecem perigo, especialmente, contra mulheres, crianças, doentes e miseráveis, enfim contra aqueles que não podem oferecer resistência. Disso resulta a conclusão que a cadeia não é depositária de bandidos, mas de pessoas, em maior parte carente e necessitada, especialmente de amparo material, constituindo-se matéria prima de boa qualidade para trabalhar a ressocialização, em termos efetivos, o que não se opera porque o Estado, no fundo, não quer, por isso é que elege programas, estratégias e estabelecimentos prisionais inadequados.

Dentre os entrevistados, 44,12% são de opinião que a prisão não se presta para o fim ressocializador. Ao contrário, em vez de auxiliar para esse fim, 35,50% destacam o cárcere como elemento nocivo e que provoca nos apenados mudanças para pior.

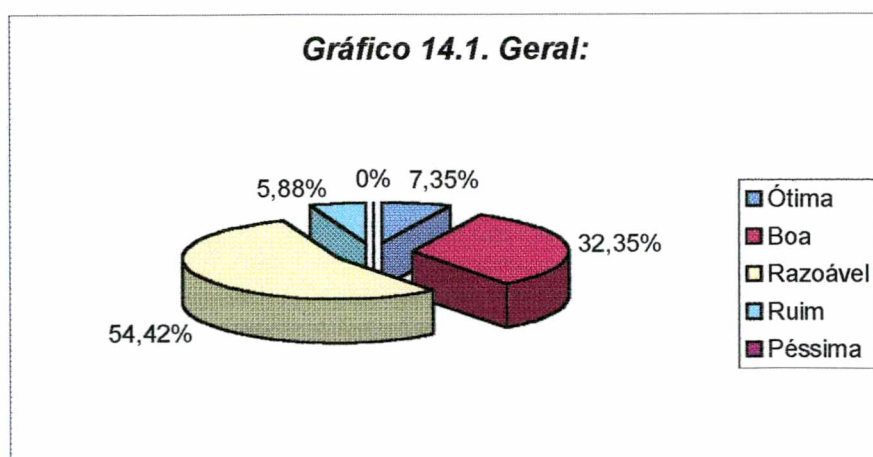
Apenas 19,72% disseram que a prisão é válida. Mas não para o fim reabilitador, e sim como remissão, pois entendem que, com o crime cometido, assumiram uma espécie de dívida para com a sociedade e a forma de pagá-la é o internamento temporário na cadeia. Daí atribuírem à pena privativa de liberdade finalidade exclusivamente retributiva.

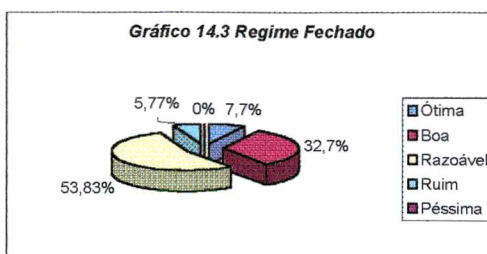
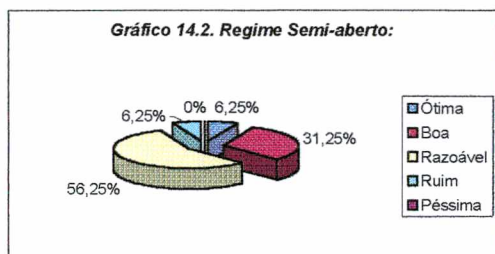
### 3.4.1.14 Alimentação

**Tabela 14: Qualidade da alimentação**

Qualidade da comida	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Ótima	01	06,25%	04	07,70%	05	07,35%
Boa	05	31,25%	17	32,70%	22	32,35%
Razoável	09	56,25%	28	53,83%	37	54,42%
Ruim	01	06,25%	03	05,77%	04	05,88%
Péssima	00	-	00	-	00	-
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 14: Qualidade da alimentação**



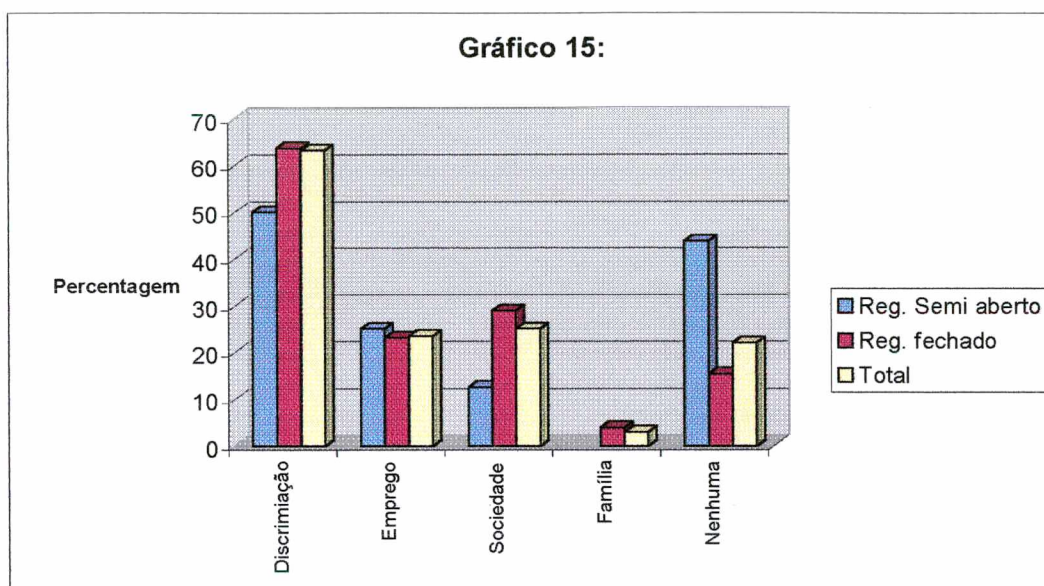


Por ser um elemento seguidamente tratado nas prisões, constou nessa entrevista. Seu resultado atribui um conceito que considera, em média, *razoáveis* a qualidade e a quantidade de comida oferecida aos presos, com um índice de 54,42%, sendo que 32,35% consideraram-na *boa*. Um número pouco expressivo, isto é 07,35%, atribuiu-lhe conceito *ótimo* (neste aspecto, porém, não se pode desprezar o fato de que alguns presos que trabalham na cozinha responderam a entrevista). 05,88% julgaram-na *ruim*. Por fim, nenhum preso considerou que a comida fornecida na Penitenciária Agrícola de Chapecó fosse *péssima*.

### 3.4.1.15 Preocupações para pós-egressão

**Tabela 15: Preocupações para pós-egressão**

Preocupações futuras	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Discriminação	08	50,00%	35	63,71%	43	63,24%
Emprego	04	25,00%	12	23,08%	16	23,53%
Sociedade	02	12,50%	15	28,85%	17	25,00%
Família	00	-	02	03,85%	02	02,94%
Nenhuma	07	43,75%	08	15,38%	15	22,06%

**Gráfico 15: Preocupações para pós-egressão**

Diversas são as preocupações manifestadas pelos detentos em relação ao seu futuro.

Deve-se advertir que também neste item, como ocorreu nas Tabelas 9 e 13, os entrevistados podiam manifestar mais de uma preocupação, daí que a soma das respostas ultrapassa os 100%, pois um preso pode haver declarado preocupação em não ser compreendido e aceito tanto pela família, como pela sociedade em geral, assim como pode sentir-se estigmatizado e, por causa disso, não encontrar emprego após cumprida a pena.

Feita essa advertência, passa-se à análise dos resultados, constatando-se que 63,24% manifestaram medo de serem discriminados pela sociedade, com o etiquetamento de ex-presidiários<sup>85</sup>, com reflexos no emprego e na sociedade em geral. Ressalva feita à família, que dificilmente abandona seu membro “desgarrado”. Por isso o inexpressivo índice que demonstrou receio de ser rejeitado pela família: 02,94% ou, em termos numéricos, dois presos num total de 68 entrevistados.

<sup>85</sup> Especialmente entre os evangélicos.



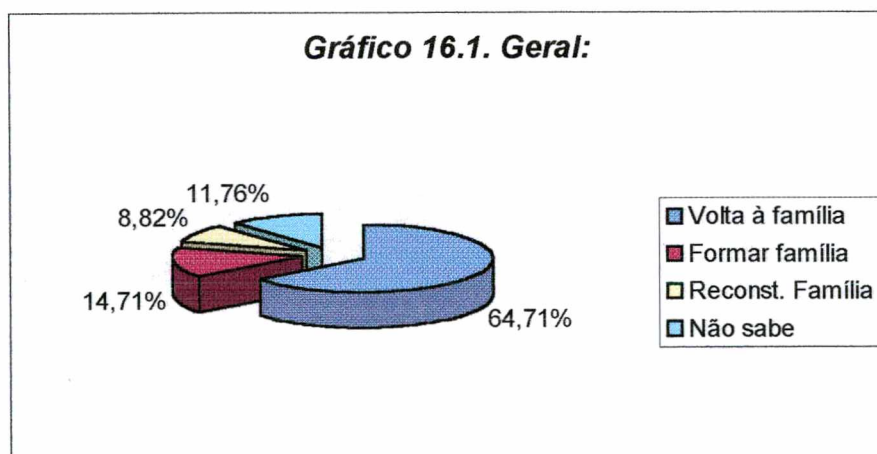
Dado importante a ser considerado é que as preocupações são bem mais acentuadas entre aqueles que cumprem pena no regime fechado, para quem, especialmente pelo longo período de condenação, não lhes restam muitas esperanças de um futuro melhor e os quais, por motivos de ordem psicológica, sentem-se mais discriminados e mais preocupados.

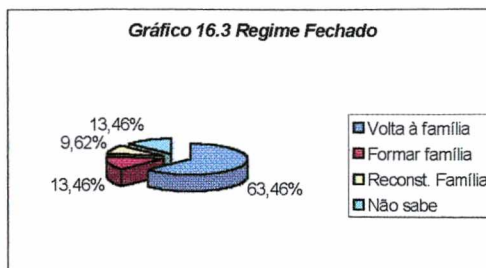
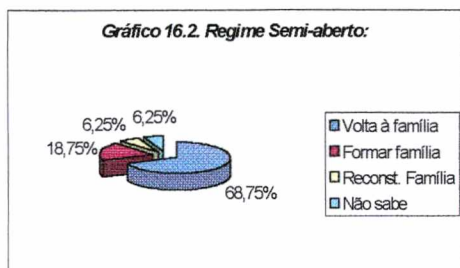
### 3.4.1.16: Destino pós-egressão

**Tabela 16: Destino pós-egressão**

Ao sair da prisão pretende:	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Voltar à família	11	68,75%	33	63,46%	<b>44</b>	<b>64,71%</b>
Formar família	03	18,75%	07	13,46%	<b>10</b>	<b>14,71%</b>
Reconstituir família	01	06,25%	05	09,62%	<b>06</b>	<b>08,82%</b>
Não sabe	01	06,25%	07	13,46%	<b>08</b>	<b>11,76%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 16: Destino pós-egressão**





Da análise dos dados contidos na Tabela 16, pode-se aquilatar a importância que a família exerce para o preso, pois, na média entre os do regime semi-aberto e fechado, a pesquisa revela que 64,71% manifestaram a intenção de retornar à família quando saírem da cadeia. Mais 14,71% pretendem formar família e 08,82% reconstruir a família que, por causa da prisão, se desestruturou.

Eis um dado que deveria merecer muito maior atenção do Estado, caso efetivamente pretendesse reinserir na sociedade os detentos que os segregou.

Por outro lado, não pode passar em branco o resultado de 11,76% dos presos pesquisados que responderam não saber para onde ir após cumprirem sua pena: a maioria perdeu a família e não tem nenhuma esperança de recuperá-la; outros nunca a tiveram ou se sentem por demais estigmatizados<sup>86</sup> que não têm coragem de retornar a ela.

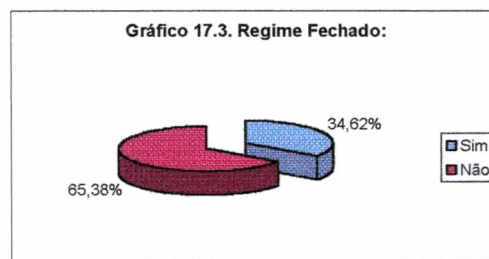
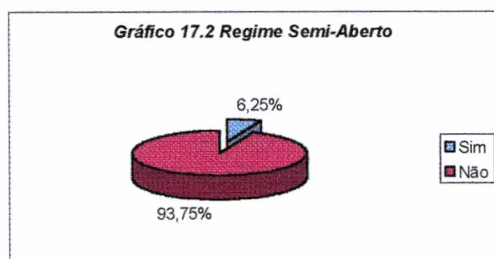
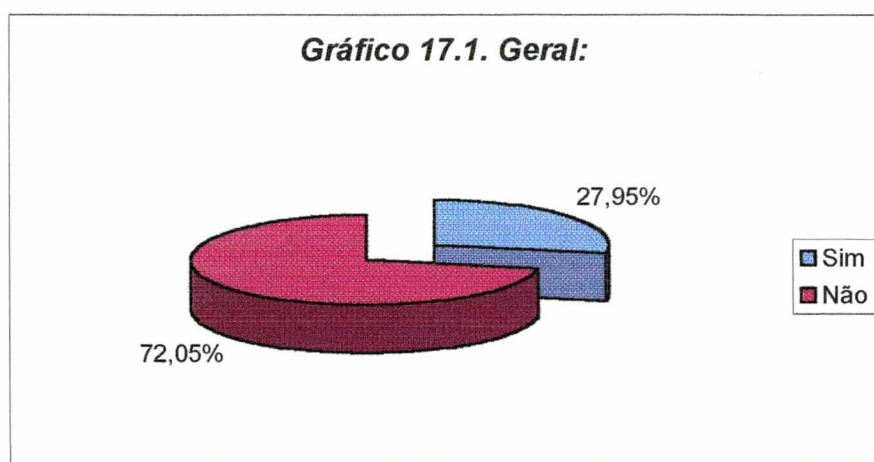
### 3.4.1.17: Fugas

**Tabela 17: Já fugiu da prisão?**

Já fugiu da prisão	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Sim	01	06,25%	18	34,62%	19	27,95%
Não	15	93,75%	34	65,38%	49	72,05%
<b>TOTAL</b>	16	100,00%	52	100,00%	68	100,00%

<sup>86</sup> Um presidiário respondeu que “O número nunca mais vai sair da minha cabeça”, referindo-se logicamente ao número de matrícula com o qual é etiquetado e identificado desde que ingressa na prisão.

**Gráfico 17: Já fugiu da prisão?**



Há um índice relativamente alto de presos que empreenderam fuga da Penitenciária, especialmente entre aqueles que se encontram sob o regime fechado, sendo quase inexpressivo o percentual acusado pelos do regime semi-aberto.

A acentuada diferença entre os regimes é interpretada sob o binômio esperança/desesperança, pois os do regime semi-aberto evitam as fugas porque têm fundada esperança de livrar-se logo, ao passo que os do fechado, desesperançados, sabendo que têm longa pena a cumprir, tentam evadir-se, na busca da tão sonhada liberdade perdida.

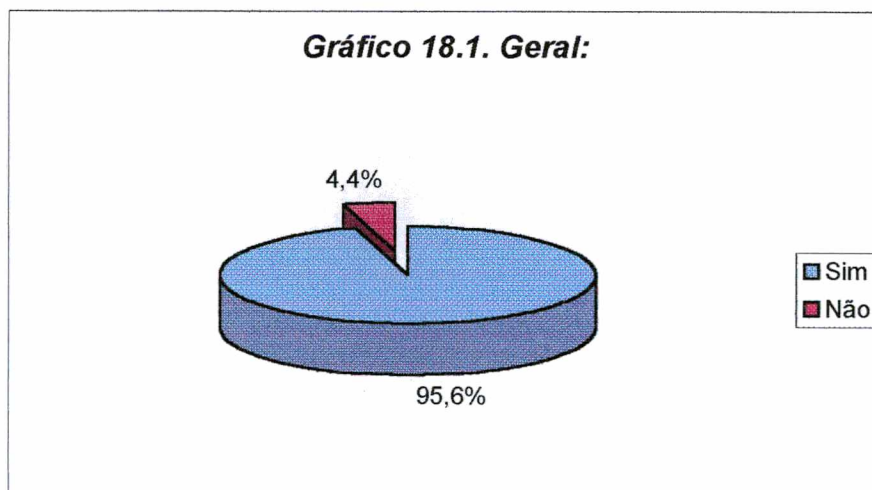
O alto índice de fugas revela também que a prisão, por melhor que seja, é sempre um lugar ruim, onde, em havendo possibilidade de sair, não vale a pena ficar, mesmo que as consequências decorrentes da fuga sejam duras e severas.

### 3.4.1.18 Trabalho

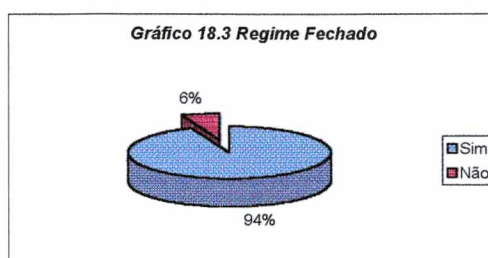
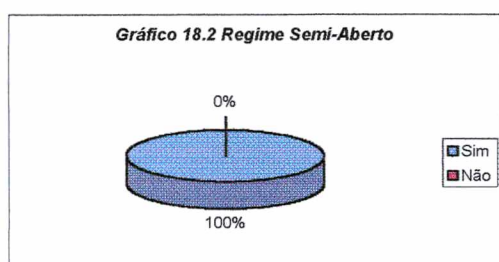
**Tabela 18: Trabalha na prisão?**

Trabalha na prisão	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Sim	16	100,00%	49	94,00%	<b>65</b>	<b>95,60%</b>
Não	00	-	03	06,00%	<b>03</b>	<b>04,40%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 18: Trabalha na prisão?**







Na Penitenciária Agrícola de Chapecó quase todos exercem alguma espécie de atividade laborativa<sup>87</sup>: Os do regime semi-aberto, muitos deles realizam trabalhos externos, tanto para órgãos públicos, como para empresas privadas, mediante remuneração.

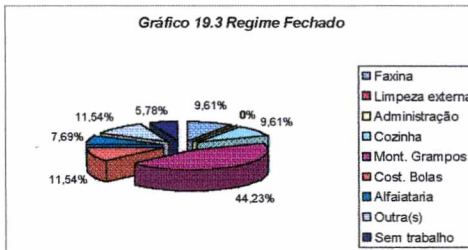
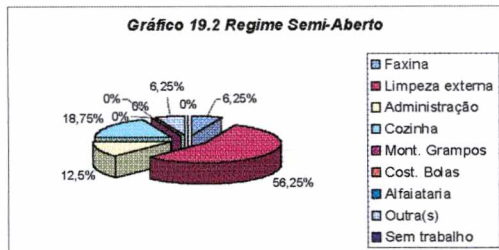
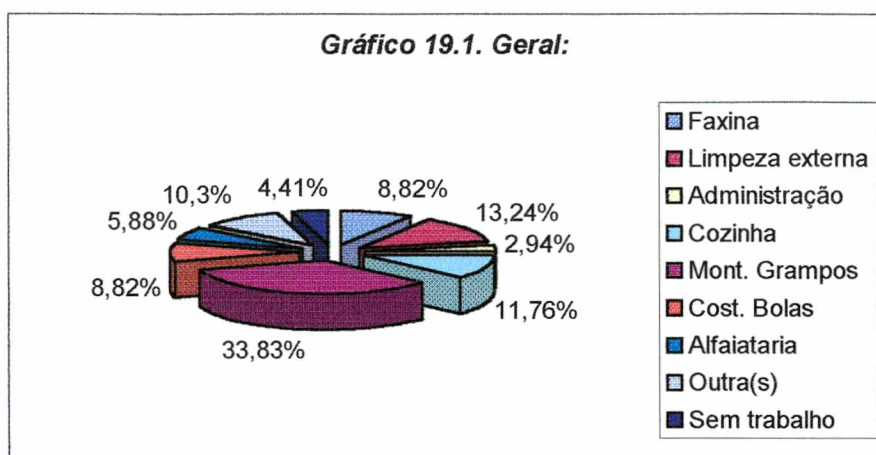
Os do regime fechado, em sua maioria, trabalham no interior de suas celas, exceto os que estão em “regalia”, os quais trabalham em alguns setores internos e até mesmo externo, mas sempre dentro do perímetro da Penitenciária.

### 3.4.1.19 Espécies de atividades laborativas

**Tabela 19: Setores de trabalho**

Setores de Trabalho	Regime semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Faxina	01	06,25%	05	09,61%	06	08,82%
Limpeza externa	09	56,25%	00	-	09	13,24%
Administração	02	12,50%	00	-	02	02,94%
Cozinha	03	18,75%	05	09,61%	08	11,76%
Mont. Grampos	00	-	23	44,23%	23	33,83%
Costura de bolas	00	-	06	11,54%	06	08,82%
Alfaiataria	00	-	04	07,69%	04	05,88%
Outras	01	06,25%	06	11,54%	07	10,30%
Sem trabalho	00	-	03	05,78%	03	04,41%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

<sup>87</sup> Exceto três, dentre os 68 entrevistados, os quais alegaram não querer trabalhar nas atividades que a Penitenciária lhes oferecia, pois não viam nelas qualquer utilidade.

**Gráfico 19: Setores de trabalho**

Os presos, na PACH, realizam diversos tipos de trabalho, diferenciados, dependendo do regime carcerário a que estão submetidos.

Dentre os entrevistados do regime semi-aberto, a maioria (56,25%) realizam trabalhos externos, principalmente para a Prefeitura Municipal, em serviços de limpeza de ruas, praças, jardins, pelo que recebem remuneração diária de R\$ 8,00.

Outros, em escala bem menor, trabalham na cozinha, auxiliares de administração, faxina e serraria. Nessas atividades também são remunerados e, principalmente (que muito os anima), diminuem o tempo de internamento, pela remição.

Já no regime fechado, a maioria, com porcentagem de 44,23%, labora fazendo montagem de grampos. Depois, por ordem numérica decrescente, aparecem os que costuram bolas (11,54%), trabalham na cozinha (09,61%), alfaiataria (07,69%), fazem faxina (11,54%). Ainda foram citadas atividades em bem menor escala, como fábrica de tubos de concreto, lavanderia, aviário, horta, biblioteca e responsável pela parte de esportes.

Como se depreende, são tarefas que, praticamente, não encontram similares, por isso não há demanda no mercado de trabalho, pois ninguém contrata alguém, por exemplo, para costurar bolas ou para montar grampos de roupas.

As outras atividades não exigem conhecimentos técnicos, nem a alfaiataria, posto que se resume a corte e costura de roupas comuns, usadas pelos próprios presidiários.

Pode-se reafirmar que as espécies de trabalho desenvolvidas pelos reclusos não são daquelas que competem com a mão-de-obra dos trabalhadores livres.

Ora, isso faz concluir que os tipos de trabalho oferecidos aos presos, na Penitenciária, longe de oportunizarem a aprendizagem de novos ofícios, favorecendo-lhes a ressocialização, objetivam acima de tudo manter os presos ocupados com atividades laborativas, evitando a ociosidade e os demais vícios dela decorrentes, as quais, por sua vez, não afetam a demanda de empregos para a população livre.

Disso resulta que o trabalho oportunizado na Penitenciária não oferece nenhuma contribuição para a vida produtiva pós-prisão. Portanto não tem caráter ressocializador.

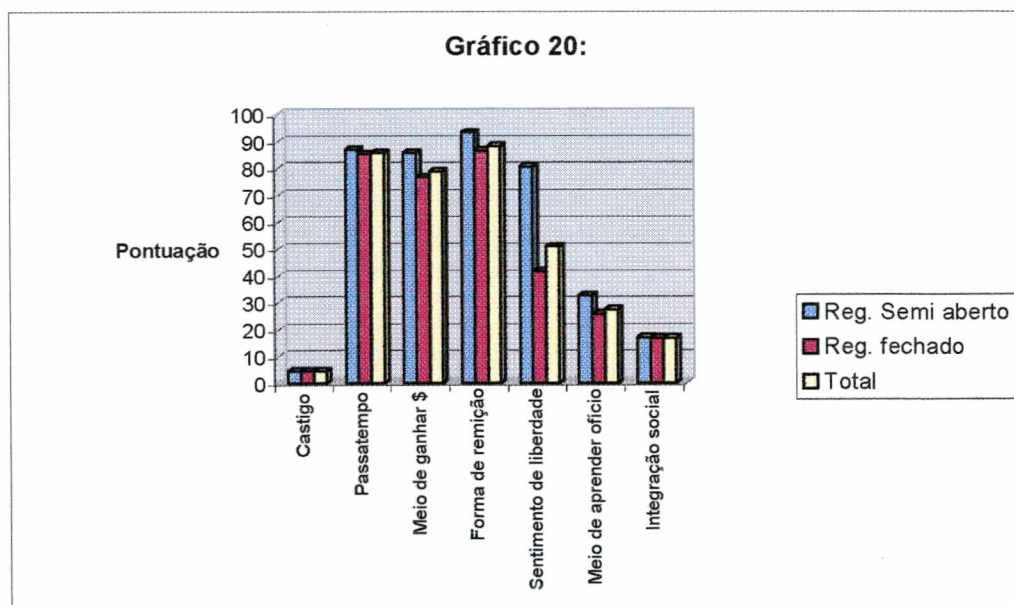
Importa, por fim, registrar que o apenado, segundo informação do Administrador da Penitenciária, conforme entrevista, quando em serviço externo, usa obrigatoriamente a vestimenta de recluso, nela estampado o número da matrícula, marca estigmatizante de sua condição de preso.

### 3.4.1.20 Sentidos atribuídos ao trabalho

**Tabela 20: Significados do trabalho**

Significado do trabalho	Regime semi-aberto	Regime fechado	Total
Castigo	04,37	04,42	04,39
Passatempo	86,87	85,19	85,58
Fonte de renda	85,62	76,53	78,67
Forma de remição	93,12	86,53	88,08
Sent. de liberdade	80,62	41,53	50,73
Aprender novos ofícios	32,50	25,76	27,35
Integração social	16,87	16,73	16,76

**Gráfico 20: Significados do trabalho**



Este item objetiva, especialmente, saber dos apenados que valoração eles atribuem ao trabalho.



Para fazer essa avaliação, foi solicitado aos entrevistados que dessem uma nota, de zero a cem, para cada item apresentado.

Os resultados obtidos dão conta que a importância maior dada ao trabalho é que, por ele, podem antecipar sua saída da prisão, pelo instituto da remição, à qual atribuíram valor de 88,08 pontos, sendo que entre os presos do regime semi-aberto o valor atribuído foi de 93,12.

Segue-lhe, com 85,58 pontos, o item *passatempo*, ou, em outras palavras, exercício de alguma atividade laboral com a finalidade terapêutica, preenchimento do tempo ocioso.

Mas os presos revelaram também que a remuneração é um fator importante que os move para o trabalho, sendo que a maior parte do dinheiro auferido é destinado para despesas pessoais e ajuda à família. A remuneração ficou com uma média de 78,67 pontos. Esses foram e continuam sendo os três motivos principais que impulsionam os presos para a execução de atividades laborativas.

Com valores apenas razoáveis ficaram os itens *sentimento de liberdade* (50,73) e *meio de aprender novo ofício* (27,35 pontos).

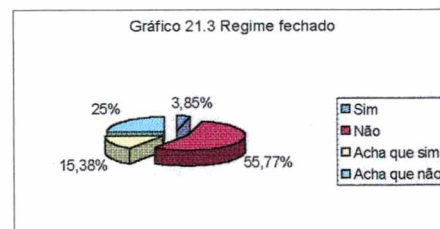
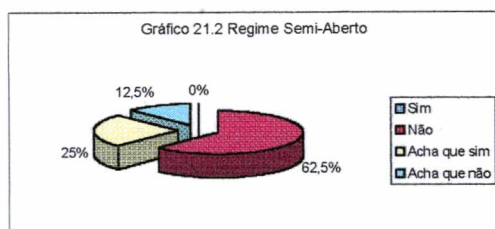
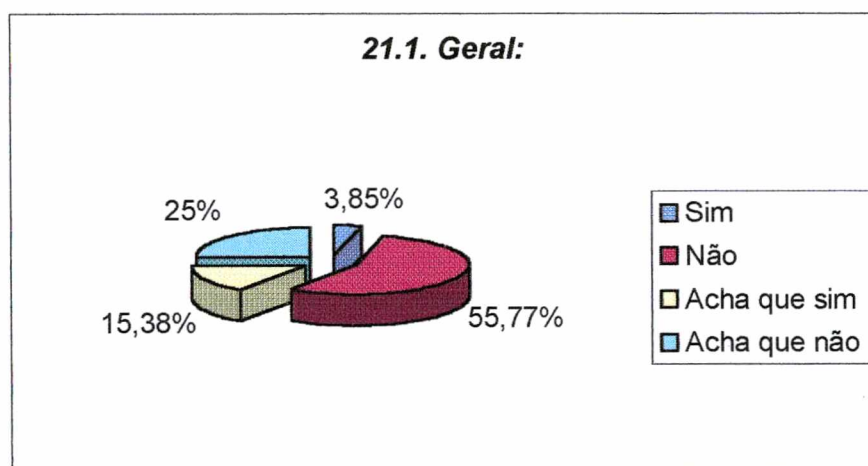
De outro lado, a entrevista revelou que os presos não interpretam o trabalho como castigo, cujo item obteve somente 04,39 pontos.

Também pouca importância atribuem ao trabalho como meio de ressocialização, ficando com apenas 16,76 pontos.

#### **3.4.1.21 Cursos e treinamentos**

**Tabela 21: Utilidade dos cursos e treinamentos**

Os cursos terão utilidade futura?	Regime Semi-aberto		Regime Fechado		Total	
Sim	00	-	02	03,85%	<b>02</b>	<b>02,94%</b>
Não	10	62,50%	29	55,77%	<b>39</b>	<b>57,35%</b>
Acha que sim	04	25,00%	08	15,38%	<b>12</b>	<b>17,65%</b>
Acha que não	02	12,50%	13	25,00%	<b>15</b>	<b>22,06%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100,00%</b>	<b>52</b>	<b>100,00%</b>	<b>68</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 21: Utilidade dos cursos e treinamentos**

Pretendeu-se com essa questão conhecer dos presos suas opiniões quanto à utilidade dos cursos oferecidos e treinamentos realizados na Penitenciária para o período pós-egressão. As respostas atestaram sua inutilidade, onde 57,35% dos entrevistados disseram categoricamente que os cursos realizados na PACH não se prestam para tanto.

Outros 22,06% acham o mesmo, embora sem firme convicção. Ora, isto dá um percentual de quase 80% que não acreditam na sua utilidade.

De tudo isso, conclui-se que o trabalho prisional não tem sentido para o fim ressocializador, vez que não ensina novos ofícios, nem aprimora os conhecimentos possuídos, com vistas ao seu aproveitamento quando no gozo da liberdade.

Funciona como suporte físico, emocional e mental, servindo como instrumento de ocupação do tempo, objetivando, pela remição, minorar a pena prisional, além de ajuda para suas despesas pessoais e ajuda nas despesas da família.

### **3.4.2 Entrevista com administrador da Penitenciária**

A entrevista realizada com o Administrador da Penitenciária Agrícola de Chapecó centrou-se em dois pontos fundamentais: trabalho prisional e relação preso/sociedade.

#### **3.4.2.1 Trabalho prisional**

O primeiro ponto objetivou avaliar a importância do trabalho para a ressocialização dos presidiários. Para tanto, pretendeu-se saber, especialmente, se os presos são ou não obrigados a trabalhar, onde trabalham, que espécies de trabalho lhes são oferecidas, se há ou não interesse por parte de empresas em contratar mão-de-obra presidiária e, em síntese, qual a contribuição do trabalho na vida do preso, enquanto recolhido e qual a contribuição para o futuro, isto é, para depois de sua saída.

A outra questão é, em suma, saber qual a relação que o preso tem com a sociedade, começando com a família, e vice-versa. Se há ou não interação.

Tanto o item trabalho como a interação preso/comunidade objetivou saber o que isso representava para a ressocialização dos apenados.

Ora, referente ao primeiro assunto, trabalhos prisionais realizados, a resposta foi que todos os detentos da Penitenciária têm o direito de trabalhar, operando em setores que melhor se adequem às habilidades de cada um, o que é constatado após passar por avaliações. Quanto ao local, os do regime fechado, trabalham em suas celas ou outros locais, desde que dentro do perímetro da prisão; os do regime semi-aberto, nos diversos setores de atividades laborativas, internas, e também em serviços externos, para órgãos públicos ou empresas privadas.

No dizer do administrador, não só todos têm direito ao trabalho, como também todos efetivamente trabalham. Respondeu, ainda, que, caso algum preso venha se negar a prestar serviços, não sofre nenhuma represália, vez que o trabalho, no seu entender, não é propriamente obrigatório.

A respeito, algumas ressalvas se impõem. Nas entrevistas com os detentos, três deles responderam que não exercem qualquer atividade laboral, alegando que o trabalho não tem nenhum valor e não lhes traz benefícios, inclusive que, mesmo não trabalhando, têm direito à remição.

No caso há contradição entre as informações dos presos e o dizer do Administrador e ambos estão em dissonância com a legislação prisional, pois, segundo a Lei de Execução Penal, o trabalho não é apenas um direito, mas também um dever<sup>88</sup>. Por outro lado, a lei só garante direito à remição àquele que trabalha, como expressamente diz o art. 126, da LEP: “Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.” (Grifei). E o artigo 127, da mesma lei, assevera que perde o direito ao tempo já remido o preso que cometer falta grave. Ora, a inexecução do trabalho constitui falta grave, na correta interpretação do art. 50, VI, c/c art. 39, V, ambos da Lei de Execução Penal.

---

<sup>88</sup> Ver artigos 28, 31 e 39, V, da LEP



Com referência, ainda, ao trabalho prisional, informou o Administrador da Penitenciária que, quanto à origem, os que provêm da zona rural, agricultores, são os que mais gostam de trabalhar. O motivo não vem expresso, mas não é difícil de interpretá-lo, tratando-se de pura laborterapia, vez que acostumados ao trabalho e à vida solta, não suportam ficar ociosos e fechados. E, como a Penitenciária não oferece os melhores cursos e treinamentos voltados a essa área, pode-se concluir com segurança que o trabalho para essa espécie de presos não tem nenhuma finalidade ressocializadora.

Também demonstram interesse no trabalho aqueles que possuem família, para os quais a remuneração é o fato de maior motivação, uma vez que, quase sempre, a família depende economicamente do familiar que foi recolhido à prisão.

Em relação às espécies de crime, o gosto pelo trabalho manifestado pelos homicidas e estupradores e a apatia ao labor por parte dos assaltantes e traficantes não têm conotação alguma com o fim ressocializador.

Já a relação dos trabalhos prestados pelos presos para órgãos públicos ou empresas privadas, constata-se que a demanda acontece principalmente pela gratuidade dos serviços (no caso de prestação de serviços à comunidade, conforme determina o artigo 149, I, da Lei 7.210/84), pelos baixos custos e pela inexistência de encargos sociais. Com certeza, são causas muito valoradas na oferta de trabalho externo para os presos.

Importa frisar que os tipos de trabalho prestados não exigiam qualquer qualificação dos presos (pois, de regra os presos não são qualificados e nem recebem qualificação especial na cadeia). O fato de que já houve presos que deram cursos de mecânica e aulas de inglês, isso ocorreu excepcionalmente. Ademais tratava-se de presos que já possuíam tais qualificações quando foram recolhidos.

Ainda, em relação ao trabalho, merece referência o efeito estigmatizante decorrente da prisão, conforme reconhecido pelo próprio administrador, afirmando que sempre há resistência na contratação de ex-detentos (o que não é nenhuma novidade), pois são sempre discriminados. É a marca, o estigma que nunca abandona o ex-presidiário.

Destaca o administrador, como aspectos positivos, consequência da atividade laboral, o fato de os presos apresentarem visível melhoria de comportamento e melhor qualidade de vida. Realmente, isso é altamente significativo, tanto para os presos como para o sistema prisional, mas, em absoluto, pode ser considerado como efeito ressocializador.

Finalizando, em relação ao trabalho, perguntado sobre os principais motivos que impulsionam os presos para o trabalho, de acordo com sua opinião, destacou, por ordem de importância, a remição, a remuneração e a possibilidade de aprender algum ofício.

Dentre os três motivos citados, o terceiro, por ordem de importância, o de apreender novos ofícios, o que poderia ser útil para alguns presos após sair da prisão, favorecendo a ressocialização, tal não acontece, pois os cursos e treinamentos que a Penitenciária oferece, pouco ou nada se prestam para essa finalidade. Os outros dois, nada significam como agentes ressocializadores.

Por último, há que se mencionar as perspectivas futuras, quanto às novas modalidades de ofícios a serem implantados na Penitenciária. Se de um lado, há previsão de, em convênio com empresas privadas, oportunizar cursos como os de serigrafia e confecções, os quais podem acenar com alguma possibilidade de aproveitamento quando em liberdade, de outro, o Estado insiste em atividades que não encontrarão mercado de trabalho, como é o exemplo de ampliação dos trabalhos de fabricação de bolas, chuteiras e caneleiras.

#### **3.4.2.2 Interação preso/sociedade**

Neste item, questionou-se acerca da participação da comunidade na tarefa de recuperação do preso e da existência ou não de alguma forma de intercâmbio entre os presos e a sociedade?

Relativamente à primeira questão, o administrador iniciou reconhecendo que a sociedade, em geral, rejeita o preso, e por isso é mínima, senão nula, a vinda de pessoas da sociedade, exceto a família, para visitar e conversar com os presos.

Esses, por sua vez, tentam ser simpáticos com a sociedade, na tentativa de atraí-la. Exemplo disso é o jejum que fazem mensalmente, durante um dia, destinando a comida que seria consumida naquele dia para uma determinada entidade ou comunidade. É, sem dúvida, uma atitude muito elogiável.

Outra forma de atrair a população livre são os jogos de futebol, com partidas amistosas e torneios.

De fora para dentro, o administrador cita a apresentação, esporádica, de algumas peças de teatro, palestras, cursos e seções de exercícios físicos.

Como se vê, é pequeno o intercâmbio entre a sociedade e a população carcerária. São dois “mundos” bem diversos.

Esse é mais um fator que impede a ressocialização, pois ela somente se opera no seio da sociedade. A interação preso/sociedade, como leciona Baratta<sup>89</sup>, é elemento indispensável para a consecução da finalidade ressocializadora da pena de prisão.

### **3.4.3 Considerações finais sobre as entrevistas**

Os trabalhos de pesquisa empírica realizados junto à Penitenciária Agrícola de Chapecó objetivaram conhecer a realidade quanto ao funcionamento desse estabelecimento prisional, especialmente a importância do trabalho para efeitos de ressocialização.

---

<sup>89</sup> BARATTA, Alessandro. *Resocialización o control social: por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado*, pp. 251-265.

Nas entrevistas com os presidiários, feita por amostragem envolvendo 15% da população carcerária, tanto do regime semi-aberto como do regime fechado, num total de 68 detentos, ficou constatado que a todos é oportunizado o direito de trabalhar<sup>90</sup> e, com exceção de três entrevistados, o que representa 4,41% dos detentos, os demais exercem, de boa vontade, atividades laborativas.

Para os presos sob o regime fechado, o trabalho é desenvolvido no interior das celas e, eventualmente, em outros setores dentro da cadeia. Nesse caso somente para aqueles que gozam das denominadas regalias. Os presos do regime semi-aberto trabalham em diversas seções do estabelecimento prisional, bem como lhes são oportunizados trabalhos externos.

A maioria queixa-se de que os trabalhos que realizam muito pouco, quase nada, lhes acrescenta em termos de aprendizagem, pois as tarefas que realizam são rotineiras e não exigem maiores conhecimentos, tais como montagem de grampos, costura de bolas, limpeza, cultivo de horta e outras atividades do gênero. Também reclamam da falta de cursos e treinamentos para novos ofícios, que pudessem ser úteis profissionalmente para quando saírem da prisão.

Dentre as utilidades do trabalho prestado na penitenciária, a remição obteve a maior pontuação, seguida de perto pela laborterapia e logo abaixo pela remuneração. Com baixa pontuação apareceu o item relativo à aprendizagem de novos ofícios ou profissões, o que vem confirmar suas queixas referidas no parágrafo supra.

Relativamente às opiniões dos presos sobre a pena de prisão, embora muitos deles a considerem necessária, praticamente todos manifestaram contrariedade à longa duração das mesmas, o que, em vez de facilitar, lhes dificulta a recuperação.

A pesquisa revelou também que é alta a reincidência criminal entre os apenados: 42,65% dos reclusos são, tecnicamente, reincidentes.

---

<sup>90</sup> O trabalho prisional não é apenas um direito, mas também um dever, conforme o disposto no art.39, inciso V, da LEP.

Um número bem expressivo (63,24%) de presos sentem desde já os efeitos da discriminação, projetando o etiquetamento de ex-presidiário.

Por sua vez, a entrevista realizada com o administrador da Penitenciária, em resumo, veio confirmar as informações obtidas nas entrevistas com os presos, com um acréscimo importante, pouco explorado quando daquelas entrevistas: as dificuldades de intercâmbio entre presos e sociedade e vice-versa. A própria oferta de trabalho para os presos junto à sociedade livre dá-se esporadicamente e sempre com fins de vantagem para as empresas ou entidades, seja pela gratuidade ou pelos baixos custos e ausência de encargos sociais. E quando o fazem, apregoam que estão colaborando para a ressocialização dos apenados.

Há, sim, que se destacar alguns aspectos positivos que ocorrem na Penitenciária Agrícola de Chapecó: Os presos, com raras exceções, elogiaram o bom tratamento recebido por parte da administração e dos agentes penitenciários. Não manifestaram descontentamento com a quantidade e qualidade da comida, elogiaram o atendimento médico e odontológico, do psicólogo e da assistente social. Não há superlotação. Os presos do regime semi-aberto ficam acomodados em alojamentos coletivos, mas espaçosos; os do regime fechado dividem, entre dois, cela de 7m<sup>2</sup>.

Entretanto, o grande objetivo que embala o discurso oficial da modernidade não se efetiva: os meios e os procedimentos utilizados não favorecem a “harmônica integração social do condenado e do internado”, como dispõe o artigo 1º, da Lei de Execução Penal.

A inadequação das práticas laborativas para uma aprendizagem de novos ofícios e profissões que facilitem o preso a inserir-se no exigente mercado de trabalho livre, aliada à falta de uma melhor e efetiva interação entre presidiários e sociedade, somada, ainda, aos indisfarçáveis efeitos estigmatizantes da prisão, e com a atenção voltada para os altos índices de reincidência criminal, pode-se concluir, com inteira segurança, que a Penitenciária Agrícola de Chapecó, embora seja considerada prisão modelar dentro do caótico sistema prisional do país, não é um exemplo de estabelecimento carcerário onde se possa afirmar que se realiza a ressocialização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado que, em razão de sua função, detém o poder punitivo, precisa justificar à opinião pública suas ações e decisões, quando usa esse poder, especialmente quando da aplicação de penas privativas de liberdade, que segregam na prisão as pessoas a quem se lhes imputa a prática de atos ofensivos à normatividade jurídico-penal.

Para justificar sua ação punitiva, os recursos que utiliza e sua forma procedimental, surgiram as teorias da pena, nas quais o Estado alicerça suas decisões.

Não há unanimidade na denominação das teorias da pena, sendo que, de forma mais simples, mas não menos completa, a maioria dos historiadores apresenta-as sob duas grandes divisões: absolutas e relativas. As primeiras, que também são denominadas retribucionistas, justificam a pena como necessária para pagar um mal. As relativas (ou preventivas), por outro lado, sustentam a legitimidade punitiva em critérios materiais utilitários. A inflicção de penas se justificava para mostrar que o “crime não compensa”, intimidando e desestimulando a todos para a prática delitiva e ao apenado para que não volte a delinquir, sendo que mais tarde, a partir da década de 60, do século XX, acentuou-se o fim utilitário da pena, especialmente da prisional, com a busca da ressocialização dos presos, pois o Direito penal moderno passava a caracterizar-se como de tratamento.

As teorias relativas possuem divisão e subdivisões. Assim, numa partição geral, são apresentadas como preventivas gerais e preventivas especiais, sendo que tanto aquelas como estas se subdividem em positivas e negativas. Importa acrescentar que é no marco das preventivas especiais positivas que se procura justificar a imposição de penas com objetivo de ressocializar e reintegrar o preso ao seio da família e da sociedade.

A prisão que, ao longo da história, teve diferentes finalidades, começando na Antigüidade como simples custódia, em que o preso ficava recolhido enquanto aguardava o julgamento e a execução da pena, passando depois para o objetivo de redenção e finalmente como fim ressocializador, é, desde que eliminada a pena capital, a mais severa das penas que o Estado aplica, considerados seus efeitos negativos, tanto no corpo como na mente do apenado, estendendo seus efeitos à família e à própria sociedade. E, o que é pior, sem alcançar os fins ressocializadores, acalentados pela moderna teoria da prevenção especial positiva.

O trabalho prisional, que iniciou como complemento de castigo, passou a ser empregado como utilidade própria, vendo-se nele um meio de combater a ociosidade, tão característica nos estabelecimentos prisionais. No domínio do atual sistema penal, que possui um discurso humanitário, voltado ao tratamento dos presos, o trabalho é visto como fator de grande importância no processo de ressocialização.

Contudo, os resultados obtidos com a pena privativa de liberdade não são nada animadores: Não ocorre, na efetividade, o fim ressocializador. Isso pode ser comprovado pelos elevados índices de reincidência criminal. Muitos presos, após passarem longo período na prisão, voltam à sociedade, dados pelo sistema como reabilitados. Entretanto, essa reabilitação é apenas aparente, pois, de acordo com os dados estatísticos, mais de 50% deles retornam à prisão, acusados/condenados pela prática de condutas etiquetadas como delituosas, na maioria das vezes as mesmas pelas quais foram condenados anteriormente.

Assim, em vez de diminuição, há aumento progressivo da criminalidade, o que se constata pela crescente superpopulação das prisões, que, de regra, abrigam as mesmas espécies de pessoas, especialmente os pobres e de pouca ou nenhuma cultura, os quais o Estado, assim parece, não tem real interesse de modificar, em que pese usar um discurso em sentido contrário.

Cabe destacar também os efeitos negativos que a prisão exerce, com a ocorrência dos fenômenos da "prisionalização" e "aculturação". O primeiro, caracterizado pela assimilação da cultura carcerária, e o segundo, pela perda dos valores e cultura sociais.

Essa a situação, no geral, do sistema carcerário, inserido no sistema penal, que não é muito diferente da situação encontrada na Penitenciária Agrícola de Chapecó, a qual foi constatada através da pesquisa empírica realizada durante o segundo semestre do ano de 2000, naquela casa de detenção, que compreendeu a entrevista de 15% de presos, dos regimes semi-aberto e fechado, e entrevista com o administrador daquela Penitenciária.

Referidas entrevistas tiveram como finalidade principal conhecer quais os procedimentos adotados com vista ao fim ressocializador do sistema. E, como o trabalho é uma das principais características da penitenciária, na qual praticamente todos os presos exercem alguma espécie de atividade laborativa, o fator trabalho foi o mais questionado, tendo-se chegado à conclusão que as espécies de trabalho que lá são desenvolvidas não servem para o fim perseguido, pois que a grande maioria dos presos elegeram outros fins pelos quais justificam suas atividades laborativas. Colocaram a remição, a remuneração, a laborterapia e o sentimento de liberdade muito acima da finalidade ressocializadora.

Também se constatou que é muito tímida a interação dos presos recolhidos na Penitenciária Agrícola de Chapecó com a sociedade, não só em relação às atividades laborais, como também, e principalmente, de natureza social. Os próprios contatos com os familiares, e a forma como esses acontecem, não ensejam um bom relacionamento e uma preparação para o convívio familiar normal, o que se considera muito relevante para diminuir o "choque" que decorre da mudança prisão-liberdade.

À vista dessas constatações, pode-se concluir que o nosso sistema penal, em realidade, não combate, muito menos elimina a criminalidade. Ao contrário, a produz e reproduz seletivamente. Praticamente, são sempre as mesmas pessoas ou categorias que acabam sendo selecionadas. Crescem, com isso, os índices de reincidência.

Vista sob este ângulo, não se pode propriamente dizer que a prisão, considerando sua ineficácia reabilitadora, seja uma instituição que fracassou, uma vez que, no fundo, não privilegia a função ressocializadora, por essa não fazer parte de suas funções reais, mas sim outras, como a seletividade criminal, pelo que se diz com muita propriedade que o nosso sistema penal tem uma "eficácia invertida".



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVIM, Rui Carlos Machado. **O trabalho penitenciário e os direitos sociais**. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Execução Penal: o direito à remição da pena**. São Paulo: Revista dos Tribunais nº 606, abril 1986. pp. 286/294.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A construção social dos conflitos agrários como criminalidade**. In: Introdução crítica ao estudo do sistema penal: elementos para a compreensão da atividade repressiva do Estado. SANTOS, Rogério Dutra dos (Org). Florianópolis: Diploma Legal, 1999. p. 23-52

\_\_\_\_\_. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cidadania: do Direito aos Direitos Humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

\_\_\_\_\_. **Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?** Seqüência, nº 33: Florianópolis, 1996, pp.87-114.

ANIYAR DE CASTRO, Lolita. **Notas para un sistema penitenciário alternativo**. In: OLIVEIRA, Raimundo (Org.). **Forum internacional de criminologia crítica**. Belém: Edições CEJUP, 1990. pp.108-119.

AZEVEDO, Jackson Chaves de. **Reforma e “contra”-reforma penal no Brasil**. Florianópolis: OAB-SC ed., 1999.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução do original italiano por Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: EVAN, 1997.

\_\_\_\_\_. **Resocialización o control social: por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado**. In: No Hay Derecho - 3. Revista bimestral, Año I, Número 3. Buenos Aires, Abril-maio 1991.

\_\_\_\_\_. **Criminologia crítica e política penal alternativa.** Trad. J. Sérgio Fragoso. In: Revista de Direito Penal, Nº 23, pp.7-21. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. **La política criminal y el derecho penal de la constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales.** Trad. Marianela Pérez Lugo y Patricia Chiantera. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 29. São Paulo, pp.27-52.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro.** 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

\_\_\_\_\_. **Alternativas à prisão no Brasil.** In: OLIVEIRA, Raimundo (Org.). **Forum internacional de criminologia crítica.** Belém: Edições CEJUP, 1990. pp.122-130.

BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di. **Dos delitos e das penas.** Tradução Flório De Angelis. Bauru: EDIPRO, 1993.

BERGALLI, Roberto. **Readaptacion social por medio de la ejecucion penal?** Madrid: Instituto de Criminologia. Universidad de Madrid, 1976.

BISSOLI FILHO, Francisco. **Estigmas da criminalização: dos antecedentes à reincidência criminal.** Florianópolis: Obra Jurídica, 1998.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1993.

\_\_\_\_\_. **O objetivo ressocializador na visão da criminologia crítica.** São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 662, dezembro de 1990. pp.247-256.

BRANT, Vinícius Caldeira. **O trabalho encarcerado.** Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BRASIL. **Código Penal.** Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 24. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAVALCANTE, Wilham. **Alternativas à prisão.** In: OLIVEIRA, Raimundo (Org.). **Forum internacional de criminologia crítica.** Belém: Edições CEJUP, 1990. pp. 131-137.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal.** Tradução por José Antônio Cardinalli. Campinas, SP: CONAN, 1957.

CENSO PENITENCIÁRIO DE 1995. Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Conselheira Júlia T. Lemgruber. Presidente do CNPCP Paulo R. Tonet Camargo. Apoio Técnico: Assessoria DEPEN/FEPESE/UFSC. Brasília, 1996.

CERVINI, Raul. **Los procesos de decriminalización**. Editorial Universidad Ltda., 1993.

COSTA, Alexandre Marino. **O trabalho prisional e a reintegração social do detento**. Florianópolis: Insular, 1999.

DOTTI, René Ariel. **Bases e alternativas para o sistema de penas**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. **Uma filosofia para tratamento do preso**. São Paulo: Revista dos Tribunais nº 716, junho 1995. pp. 544/548.

ETCHICHURY, Carlos. **Coelhos ajudam na ressocialização**. Zero Hora, Porto Alegre, 10 de dezembro de 2000, p. 46.

\_\_\_\_\_. **Quase metade dos presos no RS trabalha**. Zero Hora, Porto Alegre, 10 de dezembro de 2000, p. 46.

FALCONI, Romeu. **Reabilitação criminal**. São Paulo: Ícone, 1995.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução por Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAGOSO, Heleno. **Direitos dos presos**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. Cap. Quinto, III – O modelo ou paradigma “ressocializador”. P. 381-433. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 6. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HERKENHOFF, João Batista. **Crime: tratamento sem prisão**. 3. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos: uma idéia, muitas vozes**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 1998.

HULSMAN, Louk, CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão.** Niterói: Luan, 1993.

KANT, Immanuel. **Fundamentación metafísica de las costumbres.** Trad. de Garcia Morente. 8. ed.: Madrid, 1983.

KARAM, Maria Lúcia. **Pelo rompimento com as fantasias em torno de delitos e de penas.** IN: Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, nº 29, janeiro-março 2000.

LEITE, Eduardo de Oliveira: **A Monografia Jurídica.** 3. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LEITE, George Lopes (Org.). **O perfil do preso no Distrito Federal.** Brasília: Subsecretaria de Serviços Gráficos do tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 1998.

MAIA NETO, Cândido Furtado. **A inconstitucionalidade da execução da pena privativa de liberdade: flagrante violação aos direitos humanos dos presos.** São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 707, setembro de 1994, pp.427-429.

MELOSSI, Dario & PAVARINI, Massimo. **Cárcel y fábrica: los orígenes del sistema penitenciario.** 3. ed. Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1987.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11-07-84.** 8. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 1997.

MIR PUIG, Santiago. **Función de la pena y teoría del delito en el estado social y democrático de derecho.** IN: **Política Criminal y Reforma del Derecho Penal.** Bogotá: Editora Temis Librería, 1982. pp. 67/117.

\_\_\_\_\_. **Qué queda en pie de la resocialización?** San Sebastián: Eguskilore, nº 2, pp.35-41, 1989.

MOREIRA, Carlos André. Reforma no Código: Penas de prisão mais rigorosas. **Zero Hora**, 06 de agosto de 2000, p.50.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **La resocialización del delincuente: Análisis y Crítica de um Mito.** In: PUIG, Santiago Mir et alii. **Política Criminal y Reforma del Derecho Penal.** Bogotá: Editora Temis Librería, 1982. p. 131-54.

\_\_\_\_\_. **Introducción a las bases del derecho penal, concepto y metodo.** Barcelona: Bosch, 1976.

\_\_\_\_\_. **La prision en el estado social y democrático de derecho.** San Sebastián: Eguskilore, nº 2, pp.165-171, 1989.

NEUMAN, Elias. **Evolución de la pena privativa de libertad y regimenes penitenciarios**. Buenos Aires: Ed. Pannedille, 1971.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir: como o Estado trata o criminoso**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

PASSOS, Paulo Roberto da Silva. **Elementos de criminologia e política criminal**. Bauru-SP: Edipro, 1994.

PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru-SP: Jalovi, 1980.

QUADROS, Ângela de. **A (in)definição da reabilitação social do condenado na reforma penal brasileira de 1984: "O olhar da magistratura sulista"**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

**Relatório sobre as atividades desenvolvidas na Penitenciária Agrícola de Chapecó**. Chapecó, 15 de junho de 2000.

RIOS, Rodrigo Sanches. **Prisão e trabalho: uma análise comparativa do sistema penitenciário italiano e do sistema brasileiro**. Curitiba: Ed. Universitária Champagnat, 1994.

RODRIGUES, Francisco César Pinheiro. **Paradoxos da pena**. São Paulo: Revista dos Tribunais nº 651, janeiro 1990. pp. 381/383.

RUSCHE, Georg, KIRCHHEIMER, Otto. **Pena y Estructura Social**. Trad. Emilio Garcia Méndez. Bogotá: Editorial Temis Librería, 1984.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Cap. 9: subjectividade, cidadania e emancipação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **As raízes do crime: um estudo sobre as estruturas e as instituições de violência**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

**Sistema Penitenciário**. Simpósio. de 21 - 23, set., 1995. Anais da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1996.

SÜSSEKIND, Elizabeth. **Prisões dão vazão ao ódio**. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 de agosto de 2000, p. 38.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Quem são os criminosos?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

TREZZI, Humberto. Sistema carcerário: um retrato do inferno prisional. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 de setembro de 2000, p.46.

VARELA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **El sistema penal en los países de América Latina**. IN: Sistema penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel. Org. João Marcelo de Araujo Júnior. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. pp. 221-236.

\_\_\_\_\_. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Trad. Vânia Romano Pedrosa e Amir López da Conceição. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

## ANEXOS

## PESQUISA EMPÍRICA

ENTREVISTA COM PRESOS

Data da entrevista \_\_\_\_\_

Regime prisional: \_\_\_\_\_

### 1- Qualificação:

1.1 Nome

1.2 Sexo

1.3 Idade

1.4 Estado civil

1.5 Cor

1.6 Religião

1.7 Profissão

1.8 Nível escolar

1.9 Constituição familiar

1.10 Filhos menores

1.11 Atividade que exercia

1.12 Renda que auferia

1.13 Onde reside sua família

1.14 Tem casa própria?

### 2- Informações quanto às práticas delitivas:

2.1 Espécies de delitos:

Data/Fato	Data/Sentença	Comarca	Pena Aplicada

2.2 Recolhido na PACH desde quando?

2.3 Reincidente tecnicamente?

2.4 Reincidente de fato?

2.5 Já esteve recolhido anteriormente nesta PACH ou em outra prisão?



### 3- Trabalho:

3.1 Que trabalho(s) executa atualmente?

3.2 Que trabalho(s) já executou na PACH?

3.3 Você trabalha porque **gosta** ou porque é **obrigado**?

3.4 Caso o trabalho na PACH fosse facultativo, você trabalharia?

3.5 Há algum motivo principal pelo qual você trabalha?

### 4. Os sentidos do trabalho para os presos:

*Com as questões seguintes, quer-se saber o que significa para cada preso o trabalho que ele presta na Penitenciária.*

*Para tanto, você deve valorar, com nota de ZERO a CEM (0 – 100), cada um dos itens que seguem, de acordo com a importância que você dá ao trabalho.*

Então, para você o **trabalho** representa:

4.1 Castigo:

4.2 Prazer:

4.3 Passatempo:

4.4 Meio de ganhar dinheiro:

4.5 Oportunidade de exercitar o corpo:

4.6 Sentimento de liberdade:

4.7 Oportunidade de exercitar a mente:

4.8 Contagem de tempo para abreviar a saída da prisão (remição):

4.9 Oportunidade de aprender novos ofícios e/ou aperfeiçoar os que já possui:

4.10 Oportunidade de recuperação, com objetivo de se reintegrar à sociedade:

4.11 Outro(s) significado(s):

### 5. Responder:

5.1- Quais as atividades ou fatores, por ordem de importância, que você mais destaca para sua reinserção social?

5.2 Considera válida a prisão?

5.3 De que você **gosta** na prisão?

5.4 De que você **não gosta** na prisão?

5.5 Quais as suas preocupações, medos, angústias quando sair da prisão?

5.6 Você participou de algum incidente ou cometeu alguma falta durante sua prisão?

5.7 Se positivo, como foi seu julgamento? Achou justo o julgamento?

5.8 Que cursos e treinamentos você já participou na PACH?

5.9 Você gostaria de participar de outros cursos ou treinamentos? Quais?

5.10 Você acha que com os novos conhecimentos profissionais adquiridos na cadeia, vai encontrar emprego quando sair dela?

5.11 Para onde pretende ir depois que sai da cadeia? Tem alguém lhe esperando?

5.12 Que trabalho pretende fazer após sair da cadeia?

5.13 Faça suas considerações sobre:

a)- Recreação (lazer) na cadeia:

b)- Saúde

c)- Alimentação

d)- Visitas

e)- Outras considerações

## **PESQUISA EMPÍRICA - ENTREVISTA**

Entrevistado: ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Cargo: Administrador da Penitenciária Agrícola de Chapecó - SC

### **QUESTIONÁRIO:**

01. Quais os presos que têm direito ao trabalho?
02. O trabalho para os presos dessa PACH é facultativo ou obrigatório?
03. Qual o procedimento adotado pela PACH no caso de o preso negar-se a trabalhar?
04. Que conseqüências sofre o preso que se nega a trabalhar?
05. Qual o perfil dos presos que demonstram interesse para o trabalho?
06. Há presos que prestam trabalho, interno ou externo, para alguma empresa privada? Em caso positivo, qual(is) e em que ramo de atividade?
07. Alguma empresa (ou empresários) privada, por iniciativa própria, tem demonstrado interesse em contratar mão-de-obra de presos? Em caso positivo disseram por que razões fazia isso?
08. Há ou houve contato dessa Administração com empresas privadas para saber do interesse na contratação de mão-de-obra de presos? Em caso positivo, qual o retorno?
09. Qual a perspectiva de aproveitamento de mão-de-obra de ex-detentos no mercado de trabalho?
10. O preso, quando está em trabalho externo, tem alguma identificação?

11. Há, por parte da PACH, algum acompanhamento a ex-presidiários, especialmente no que se refere ao trabalho?
12. Dos presos que trabalharam, qual o percentual de reincidência criminal?
13. Os presos que trabalham têm alguma melhoria no seu comportamento?
14. Acha que os presos têm melhor qualidade de vida quando passam a trabalhar?
15. Qual a participação da comunidade na tarefa de recuperação do preso?
16. No seu sentir, quais os motivos pelos quais os presos trabalham? Enumerar por ordem de importância.
17. Existe algum intercâmbio entre os presos e a sociedade?
18. Quais os projetos relativos a trabalho de presos foram abandonados?
19. Qual o motivo desse abandono?
20. Quais eram de iniciativa privada e quais de iniciativa pública?
21. Há projetos para o futuro? Quais?
22. Em caso de haver projetos para o futuro, quais os de iniciativa pública e quais de iniciativa privada?